



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ - UECE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**

HELENA DE LIMA MARINHO RODRIGUES ARAÚJO

RELATÓRIO FINAL DE PÓS-DOCTORADO

**EDUCAÇÃO SUPERIOR, ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL E ATUAÇÃO DOCENTE:
DO DIREITO SOCIAL À EFETIVAÇÃO DE UMA POLÍTICA PÚBLICA NO
INSTITUTO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ- *CAMPUS*
FORTALEZA**

FORTALEZA - CEARÁ

2016

HELENA DE LIMA MARINHO RODRIGUES ARAÚJO

RELATÓRIO FINAL DE PÓS-DOCTORADO

**EDUCAÇÃO SUPERIOR, ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL E ATUAÇÃO DOCENTE:
DO DIREITO SOCIAL À EFETIVAÇÃO DE UMA POLÍTICA PÚBLICA NO
INSTITUTO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ- *CAMPUS*
FORTALEZA**

Relatório Final de Pós-Doutorado apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual do Ceará (UECE) - como requisito parcial para obtenção do título de Pós-Doutor.

Supervisora: Profa. Dra. Francisca Rejane Bezerra Andrade

FORTALEZA - CEARÁ

2016

Dedico este estudo a todos os docentes, pesquisadores e profissionais da educação que contribuem na consolidação de uma sociedade mais justa, que saiba valorizar os direitos humanos, sobretudo, a Educação de qualidade com acesso e permanência para todos.

AGRADECIMENTOS

O gesto do agradecimento é uma virtude humana que deve ser cada vez mais aprimorado. Dessa forma intenta-se fazer o registro de todos os que colaboraram, se tornaram cúmplice e também coautores desta pesquisa. Muito obrigada!

A Deus e Nossa Senhora de Fátima, fontes inesgotáveis de sabedoria e amor.

Aos meus pais, *José Francisco Marinho (in memorian)* e *Ernestina Rosa de Lima* presenças constantes em minha vida.

Aos meus familiares, sempre presente, tornando singular cada momento.

Às minhas, *Alana Kelly* e *Yasmin*, pérolas amadas e sem as quais não conseguiria mais esta conquista.

Ao meu marido, *Pedro Robério*, pelo apoio, amor e atenção, ajudando nos percalços de nossas vidas.

À minha supervisora, profa. Dra. *Francisca Rejane Bezerra Andrade*, pelo apoio em todas as horas no decorrer de um ano no Pós-Doutorado. Ela é exemplo de profissionalismo em sua vida de magistério e na pesquisa, líder do Grupo de Estudos e Pesquisas em Políticas Públicas e Exclusão Social (GEPPE) e do Observatório Juventude, Educação Profissional e Trabalho (UECE), sempre preocupada com a formação dos profissionais e sua atuação na sociedade. Amiga, verdadeira e humana, tornando o ambiente do grupo de estudo um local prazeroso e acolhedor, pleno de sentimentos bons.

À professora *Dra. Isabel Maria Sabino de Farias* - coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE), ao professor *Dr. João Batista Carvalho Nunes* (vice-coordenador do PPGE), ao professor *Dr. Antônio Germano Magalhães Júnior* e aos funcionários da Secretaria.

À minha comadre, *Ila Maria*, exemplo de vida no magistério superior, compromissada com a formação dos alunos no seu papel docente, exemplo e incentivadora da busca por uma vida com qualidade, com certeza, uma fortaleza para seus familiares e amigos, dos quais tenho orgulho de fazer parte.

À Comissão de Aperfeiçoamento de Pessoal do Nível Superior (CAPES) e à Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FUNCAP), pelo incentivo financeiro.

A todas as pesquisadoras e colegas do GEPPES, em especial, *Bruna Genú Almeida, Larissa Maria Bezerra de Melo Félix, Maria Juliana Soares, Tayana Pereira Santana, Edna Mota, Flávia Gonçalves, Geórgia Santos, Monica Cavaignac, Ludimila Façanha, Mayara Medeiros e Bárbara Diniz* pela parceria, histórias vivenciadas no cotidiano, momentos de ensino e aprendizagem, incentivo, motivação de debates e contribuições para a melhoria da nossa formação.

A todos os servidores do IFCE *campus* Fortaleza pela acolhida e atenção nos momentos em que se estive nessa instituição, em especial a *todos os entrevistados que se tornaram sujeitos desta pesquisa, Ana Maria Nóbrega Cavalcanti* (coordenadora de Serviço Social), *Gilmar Lopes Ribeiro* (Diretor de Extensão), as assistentes sociais: *Renata Paiva da Costa e Eva Gomes da Silva; Maria Núbia Barbosa* (Docente) e *Maria Assunção de Lima Marinho* (Contadora).

Aos meus amigos que fazem a minha vida mais alegre.

“[...] a luta pela ampliação da educação pública em todos os níveis está associada à luta por medidas que garantam a permanência dos estudantes, desde o transporte, a alimentação e a moradia até suporte acadêmico, bibliotecas e laboratórios de informática. Independente de alguns avanços terem sido conquistados na ampliação de garantias materiais objetivas em algumas universidades e para alguns estudantes, não se pode perder de vista a perspectiva da universalidade no compromisso da assistência estudantil como direito, a partir de equipamentos coletivos com a participação democrática dos estudantes na gestão, garantindo a autonomia universitária na utilização dos recursos e recursos suficientes para as necessidades locais”.

(CISLAGHI & SILVA)

RESUMO

Este estudo “Educação superior, assistência estudantil e atuação docente: do direito social à efetivação de uma política pública no Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará-*campus* Fortaleza” se constituiu como um Projeto Piloto para alicerçar a pesquisa em conclusão desenvolvida pelo Grupo de Estudo e Pesquisa em Políticas Públicas e Exclusão Social (GEPPE), abrangendo os institutos de Canindé, Crateús, Maracanaú, Limoeiro do Norte, Juazeiro do Norte e Fortaleza. Teve como objetivo geral analisar as potencialidades e limites do processo de democratização do Ensino Superior para o êxito dos estudantes dos cursos de graduação do IFCE - *campus* Fortaleza, contemplados com a assistência estudantil, no seu acesso e permanência no mercado de trabalho cearense, considerando ainda a ação docente nesse processo. Nos procedimentos metodológicos se embasou na pesquisa qualitativa, estudo de caso, busca bibliográfica e documental. Utilizou a entrevista semiestruturada e depoimentos tendo a participação de onze sujeitos do *campus* Fortaleza, sendo 3 da equipe multidisciplinar, a assistente social, a pedagoga e a psicóloga; o diretor de Extensão; a coordenadora do Serviço Social e seis docentes, 2 do curso de licenciatura em Teatro, 2 do curso de bacharelado em Engenharia de Telecomunicações e 2 do curso tecnológico em Saneamento Ambiental. Esses cursos foram selecionados pelo critério de maior número de estudantes que receberam auxílio-transporte e alimentação em 2014 e 2015. Os resultados apontaram que o *Campus* possui estrutura-física boa, mas necessita de reformas por conta do aumento do número de alunos e cursos; possui uma equipe multidisciplinar completa, porém não existe uma Coordenadoria de Assistência Estudantil; os auxílios contribuem para que o aluno tenha mais condição de realizar seu curso, no entanto, precisa da ampliação dos recursos financeiros; o aluno que recebe auxílio foi considerado com frequência e desempenho de notas na média ou acima desta; o fato de receber auxílio não está diretamente relacionado à aprendizagem, que depende de outros fatores. É notória a contribuição do auxílio, porém não resolve o problema de longo tempo da precariedade da Educação em todos os níveis, como também, não garante uma educação de qualidade como direito social assegurado para toda sociedade.

Palavras-chave - Assistência Estudantil. Educação Superior. Atuação Docente. IFCE. Direito Social.

ABSTRACT

This study "Higher education, student assistance and educational performance: the social right to realization of public policy at the Institute of Education, Science and Technology the Ceará - *campus* Fortaleza" was formed as a pilot project to underpin research in conclusion to the Group Study and Research in Public Policy and Social Exclusion (GEPPEs) covering the institutes Canindé, Crateús, Maracanaú, Limoeiro do Norte, Juazeiro and Fortaleza. We aimed to analyze the potential and limits of Higher Education democratization process for the success of students of IFCE graduation courses - *campus* Fortaleza, awarded to student assistance in their access and permanence in Ceará labor market, also considering the teaching action in this process. The methodological procedures are underwrote in qualitative research, case study, bibliographic and documentary search. He used the semi-structured interviews and statements with the participation of eleven subjects of *campus* Fortaleza, 3 multidisciplinary team, social worker, educator and psychologist; the director of Extension; the coordinator of the Social Work and six teachers, two of the degree course in Theatre, 2 bachelor's degree in Telecommunications Engineering and 2 technological Environmental Sanitation. These courses were selected by the highest criterion number of students who received financial aid for transportation and food in 2014 and 2015. The results showed that the *Campus* has good physical structure, but needs reforms due to the increase in the number of students and courses; It has a complete multidisciplinary team, but there is Coordinator of Student Assistance; the aid contribute to the student is better able to hold its course, however, it needs the expansion of financial resources; the student who receives aid was considered frequently and performance notes on average or above; the fact of receiving aid is not directly related to learning, which depends on other factors. It is notorious the contribution of aid, but does not solve the problem of long time the precariousness of education at all levels, as well, does not guarantee a quality education as a social right guaranteed to all society.

Keywords - Student Assistance. College education. Acting Teacher. IFCE. Social Right.

LISTAS DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Número de Auxílios Concedidos aos Discentes da Educação Superior em 2014..... 48

Gráfico 2 –Número de Auxílios Concedidos aos Discentes da Educação Superior em 2015.....49

LISTA DE FOTOS

Foto 1 – Liceu Industrial de Fortaleza.....	24
Foto 2 – Escola Industrial de Fortaleza.....	24
Foto 3 – Escola Técnica Federal do Ceará - CEFET.....	25
Foto 4 – IFCE.....	25
Foto 5 – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará – <i>Campus</i> Fortaleza.....	26
Foto 6 – Parte da Frente do <i>Campus</i>	121
Foto 7 – Painel Cultural - Bloco Central.....	121
Foto 8 – Placa de Formatura - Turma de 94.2.....	122
Foto 9 – Placa de Formatura - Turma de 98.1.....	122
Foto 10 – Placa de Formatura - Turma de 99.2.....	123
Foto 11 – Placa de Formatura - Turma de 2001.2.....	123
Foto 12 – Placa de Formatura - Turma de 2006.2.....	124
Foto 13 – Sala de Aula - Entrada.....	124
Foto 14 – Sala de Aula - Área de Frente.....	125
Foto 15 – Sala de Aula - Área Superior.....	125
Foto 16 – Sala de Aula - Área Lateral.....	126
Foto 17 – Laboratório da Inovação Tecnológica.....	126
Foto 18 – Laboratório de Engenharia Civil.....	127
Foto 18.1 – Laboratório de Engenharia Civil.....	127
Foto 19 – Bloco de Engenharia Civil.....	128
Foto 20 – Novo Bloco em Reforma.....	128
Foto 21 – Biblioteca Eng ^o Waldir Diogo de Siqueira.....	129
Foto 22 – Entrada da Biblioteca Eng ^o Waldir Diogo de Siqueira.....	129
Foto 23 – Pátio do Bloco Central - Acesso (Elevador e Escada)	130
Foto 24 – Pátio do Bloco Central.....	130
Foto 25 –Área de Lanches	131
Foto 26 – Entrada da Controladoria de Serviço Social.....	131
Foto 27 – Indicação do Parque Aquático.....	132
Foto 28 – Parque Aquático.....	132

Foto 29 – Parque Aquático - Área Lateral.....	133
Foto 30 – Depósito para Material das Atividades na Piscina.....	133
Foto 31 – Pátio.....	134
Foto 31.1 – Pátio.....	134

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Cursos Técnicos do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará – <i>Campus</i> Fortaleza.....	27
Quadro 2 – Cursos Superiores do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará – <i>Campus</i> Fortaleza.	28
Quadro 3 – Atividades do Serviço Social no Projeto – Implementação do Serviço Social na Escola Técnica Federal do Ceará.....	42
Quadro 4 – Saberes Docentes.....	53
Quadro 5 – Atribuições do Serviço Social.....	71

LISTA DE SIGLAS

- AE** – Assistência Estudantil
- ANPED** – Associação Brasileira de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação
- BNDES** – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
- CAPES** – Comissão de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
- CEFET** – Centro Federal de Educação Profissional e Tecnológico do Ceará
- CF** – Constituição Federal
- CFE** – Conselho Federal de Educação
- CNPq** – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
- COE** – Coordenadoria de Orientação Educacional
- COLDIR** – Colégio de Dirigentes
- CONSUP** – Conselho Superior
- CPA** – Comissão Própria de Avaliação
- DAE** – Diretoria de Assuntos Estudantis
- DOU** – Diário Oficial da União
- DPAD** – Departamento de Pedagogia e Apoio Didático
- EAD** – Educação a Distância
- EJA** – Educação de Jovens e Adultos
- ENAD** – Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes
- FIES** – Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior
- FUNCAP** – Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico
- GEPPEs** – Grupo de Estudo e Pesquisa em Políticas Públicas e Exclusão Social
- IES** – Instituições de Ensino Superior
- IFCE** – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará
- IFET** – Institutos Federais de Educação e Tecnologia
- INEP** – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
- INSS** – Instituto Nacional do Seguro Social
- IME** – Instituto Militar de Engenharia
- ITA** – Instituto Tecnológico de Aeronáutica
- LBA** – Legião Brasileira de Assistência
- LDB** – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
- MEC** – Ministério da Educação

PBP – Programa de Bolsa Permanência

PDI – Plano de Desenvolvimento Institucional

PEPE – Programa Especial de Bolsa Estudantil

PNAD – Pesquisa Nacional por Amostras em Domicílios

PNAES – Programa Nacional de Assistência Estudantil

PPGE – Programa de Pós-Graduação em Educação

PROUNI – Programa Universidade para Todos

RAE – Regulamento de Auxílios Estudantis

REUNI – Restruturação e Expansão das Universidades

ROD – Regulamento de Orientação Didática

SCIELO – Scientific Eletronic Library Online

SENAC – Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial

SINAES – Sistema Nacional de Avaliação Superior

TCLE – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

TCC – Trabalho de Conclusão de Curso

UAB – Universidade Aberta do Brasil

UECE – Universidade Estadual do Ceará

UFBA – Universidade Federal da Bahia

UFC – Universidade Federal do Ceará

UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais

UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Tecnologia

UNIFOR – Universidade de Fortaleza

URJ – Universidade do Rio de Janeiro

UVA – Universidade Estadual Vale do Acaraú

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	16
1.1 Relevância da Investigação - Justificativa	20
1.2 Objetivos.....	21
1.2.1 Objetivo Geral.....	21
1.2.2 Objetivos Específicos.....	22
1.3 Procedimentos Metodológicos.....	22
1.3.1 Instituição Campo, Sujeitos e Fontes da Pesquisa.....	23
1.3.2 Técnica de Coleta e Análise de Dados.....	31
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	32
2.1 Educação Superior e Política Pública de Assistência Estudantil no Brasil.....	32
2.2 Programa de Assistência Estudantil no IFCE - <i>Campus</i> Fortaleza - Funcionamento e Desafios.....	39
2.3 Atuação Docente na Formação Profissional dos Discentes.....	50
3 PESQUISA DE CAMPO - ANÁLISE DAS ENTREVISTAS REALIZADAS NO IFCE – CAMPUS FORTALEZA	55
3.1 Entrevistas com Integrantes da Equipe Multidisciplinar que Trabalha com a Assistência Estudantil.....	55
3.1.1 Entrevista Coletiva com a Assistente Social, a Pedagoga e a Psicóloga.....	55
3.1.2 Entrevistas Individuais com a Assistente Social, a Pedagoga e a Psicóloga.....	68
3.2 Entrevistas Individuais com os Docentes do Ensino Superior.....	80
CONSIDERAÇÕES FINAIS	98
REFERÊNCIAS	103
ATIVIDADES DESENVOLVIDAS NO PERÍODO DE ESTÁGIO PÓS-DOCTORAL	
.....	111
APÊNDICES	117
ANEXOS	135

1 INTRODUÇÃO

A Educação em âmbito geral no Brasil, do final dos anos de 1980 aos seguintes, experimentou melhorias consideráveis que perpassaram as dimensões de acesso, expansão, financiamento, formação docente e dos gestores das instituições, redução da taxa de analfabetismo, dentre outras. Essas mudanças relacionam-se às leis e às políticas de Educação estabelecidas, que permitiram outras perspectivas para o campo educacional.

Em consonância com a Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO),¹ o Brasil demonstrou os seguintes avanços nas últimas décadas - obrigatoriedade da matrícula das crianças de quatro e cinco anos de idade na pré-escola (EC nº 59/2009); acesso ao Ensino Fundamental quase universalizado; expansão da oferta de Educação Profissional nos últimos anos; redução das taxas de analfabetismo entre jovens e adultos [taxa de analfabetismo das pessoas com 15 anos ou mais é reduzida no Brasil - havendo passado 12,4%, em 2001, para 8,7%, em 2012 de acordo com Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD, 2012)]; aumento do financiamento da Educação (6,4%) do Produto Interno Bruto (PIB); e promulgação do Plano Nacional de Educação (PNE), 2014-2024.

A Constituição Federal/88 (CF) (BRASIL, 1988) normatiza, no artigo 205: a “educação como direito de todos e dever do Estado e da Família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”.

No artigo seguinte, expressa, em oito incisos, os princípios com os quais o ensino será ministrado - Igualdade de acesso e permanência; Liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento; Pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas; Gratuidade do ensino público; Valorização dos profissionais da educação, Gestão democrática, Garantia do padrão de qualidade e Piso salarial profissional nacional.

Nesse âmbito, na década posterior, ressalta-se a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) nº 9.394 (BRASIL, 1996), que rege atualmente o campo educacional em todos os níveis, incluindo a Educação Superior.

Vale salientar outro documento relevante, também reconhecido pela UNESCO, como avanço para a Educação brasileira - PNE - Lei nº 13.005 de 25 de junho de 2014, com vigência de 2014-2024. Do seu anexo, constam 20 metas, visando à melhoria da Educação,

¹ Disponível em <<http://www.unesco.org/new/pt/brasil/education/education-for-all/>>. Acesso em março de 2016.

versando sobre formação, gestão, financiamento, expansão, acesso e qualidade da Educação, a serem cumpridas no decorrer da realização desse plano, que serve como norteador para os estados e municípios elaborarem suas propostas.

De outra parte, é notório um distanciamento da teorização redigida e aprovada como Lei no concernente à elaboração de políticas educacionais com sua praticidade no funcionamento das instituições escolares. Vários problemas são detectados, como, por exemplo, estrutura física, precarização do trabalho dos profissionais da Educação, formação aligeirada, falta de merenda escolar, financiamento, isto é, fatores que implicam a condição de acesso, sobretudo, de permanência dos alunos nas instituições, contribuindo para o aumento da evasão escolar. A UNESCO² ressalta que o Brasil ainda enfrenta “problemas para atingir a educação básica de qualidade para todos, a qual é essencial para continuar o processo de redução da mortalidade infantil, promover a equidade da educação e assegurar o desenvolvimento sustentável, a paz e a democracia”.

Esses desafios não são enfrentados somente no Brasil, que, mesmo reconhecendo a Educação como um direito em seus documentos, não logra a garantia de acesso, qualidade e permanência para todos, fator que transita por todos os níveis - Educação Infantil, Ensino Fundamental, Ensino Médio e Educação Superior, formato da organização do sistema educacional mostrado na LDB nº 9.394/96 (BRASIL, 1996). Sobre o assunto, a UNESCO³ ressalta que a Educação

[...] é um direito humano fundamental e é essencial para o exercício de todos os direitos. Mesmo assim, existem ainda cerca de 781 milhões de analfabetos no mundo, e cerca de 58 milhões de crianças ainda se encontram fora da escola primária, e muitos jovens e mulheres e homens adultos continuam sem aprender o que precisam saber para dirigir suas vidas com saúde e dignidade.

No âmbito da realidade ora relatada, esta pesquisa se insere na área de Ciências Humanas - âmbito da Educação, abrangendo Educação Superior, Assistência Estudantil e Atuação Docente no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará - *Campus Fortaleza*⁴.

² Disponível em <<http://www.unesco.org/new/pt/brasil/education/education-for-all/>>. Acesso em 2016.

³ Disponível em <<http://www.unesco.org/new/pt/brasil/education/education-for-all/>>. Acesso em 2016.

⁴ Funcionou como um Projeto Piloto para alicerçar a pesquisa geral do Grupo de Pesquisa em Políticas Públicas e Exclusão Social (GEPPEs), sob a coordenação da Profa. Dra. Francisca Rejane Bezerra Andrade, que também coordena esse grupo, cujo estudo abrangerá os *campi* do IFCE - Canindé, Crateús, Maracanaú, Limoeiro do Norte Juazeiro do Norte e Fortaleza. A pesquisa é intitulada *Juventude e Assistência Estudantil: do direito social à efetivação de uma política pública democrática nos Campus do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará*. Descrição: Compreendemos que a assistência estudantil passa a ser de grande relevância para um expressivo número de estudantes dos cursos de graduação do IFCE - capital e demais municípios, pois eles se encontram em situação social vulnerável, não possuindo as mínimas condições socioeconômicas para iniciar ou permanecer nos cursos escolhidos. Situação: em andamento. Natureza- Pesquisa. Previsão de conclusão em 2017. *Órgão Financiador(es)* - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

A Educação Superior, como degrau seguinte da Educação Básica, absorve também os problemas não sanados durante todo o aprendizado escolar anterior à Educação Universitária. Além dos problemas mencionados, destaca-se o que é expresso no ensino-aprendizagem, tendo por objetivo o aprendizado dos alunos, com o conhecimento ocorrente em todas as áreas. Essa falta de base de parte de muitos estudantes é um fator preponderante também no Ensino Superior e que interfere diretamente na qualidade da formação profissional. Também é notória, entretanto, a conquista de melhorias na Educação acadêmica, possibilitando acesso, expansão, mais qualidade na infraestrutura, formação docente etc. Tais mudanças também são reflexos do final dos anos de 1980 e que se solidificaram nos exercícios seguintes, embasadas na promulgação na Carta Magna de 1988, na LDB nº 9.394/96, PNE (2014-2014) e na elaboração de políticas educacionais.

Nessa perspectiva, ações do Governo Federal promoveram e possibilitaram esses avanços na Educação Superior, sobretudo, na expansão e acesso, tais como o Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007 (BRASIL, 2007), que instituiu o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), ampliando o número de instituições superiores federais, como também mediante a Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, que criou a Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica - os institutos federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs).

Os Programas Universidade para Todos (PROUNI) e Financiamento Estudantil (FIES) buscam atender os alunos que pretendem ingressar nas instituições privadas, mas que não têm recursos. Destaca-se, todavia, a contradição expressa no âmbito do mercado capitalista de cunho empresarial, visando ao lucro, tornando a Educação uma mercadoria e, do outro lado, os que defendem e se preocupam com uma educação de qualidade para todos, portanto, se configura primordial o papel do Estado para garantir essa Educação.

Outra possibilidade de acesso ao Ensino Superior é a Educação a Distância (EAD), a qual o expande, pois que se torna uma escolha para alunos que não podem realizar um curso presencial, sendo essa uma das vantagens da modalidade. Arrasta, no entanto, vários problemas - polos sem estrutura, falta de conhecimento de estudantes sobre Informática, dificuldade de acompanhamento do curso e no desenvolvimento das atividades, distanciamento entre o polo e o município onde reside, excesso de trabalho etc.

É amplamente perceptível, por conseguinte, maior expansão, havendo possibilidade de os alunos poderem ingressar na Educação Superior, contudo, o problema da permanência desse estudante no curso e a qualidade da formação profissional constituem fatores primordiais que merecem atenção. Rosa (2014, p. 245), analisando o Ensino Superior, apontou que

[...] ainda não há um sistema de gestão democrática do ensino. O Estado vem, de forma gradativa, descentralizando o ensino superior com a criação de instituições e formas de financiamento diversificadas. Há, ainda, um forte incentivo à criação de instituições de ensino superior privadas e ao financiamento dos cursos de graduação.

Ainda sobre esse assunto, releve destacar, em estudo recente, o que enfatizaram Mancebo, Vale e Martins (2015, p. 33):

Se, por um lado, a expansão engendrada nas últimas décadas pode ser percebida como positiva por ampliar o acesso da população ao ensino superior, deve-se atentar para alguns efeitos perversos desse mesmo processo, particularmente no que tange ao perfil dos cursos e das carreiras criadas pelas instituições privadas, cuja expansão se dá sob a influência direta de demandas mercadológicas, valendo-se dos interesses da burguesia desse setor em ampliar a valorização de seu capital com a venda de serviços educacionais.

Impõe-se evidenciar o fato de que discussões apontam para a preocupação com uma formação de qualidade a qual só se pode concretizar com a permanência do aluno no curso e as condições necessárias para esse fim. Com o objetivo de subsidiar o discente no decorrer do curso, foi instituído o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) - Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010 (BRASIL, 2010), objetivando a ampliação das condições de permanência dos jovens na Educação Superior pública federal. De acordo com esse documento, artigo 3º, a assistência estudantil abrangerá: moradia estudantil; alimentação; transporte; atenção à saúde; inclusão digital; cultura; esporte; creche; apoio pedagógico; acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação.

No artigo 4º (PNAES, 2007), destaca a necessidade de igualdade de oportunidades: “as ações de assistência estudantil devem considerar a necessidade de viabilizar a igualdade de oportunidades, contribuir para a melhoria do desempenho acadêmico e agir, previamente, nas situações de retenção e evasão decorrentes da insuficiência de condições financeiras”. Sobre o assunto, Menezes (2012, p. 73) enfatiza a ideia de que

A Assistência Estudantil pode ser traduzida como um mecanismo de direito social que transita por diversas áreas, correspondendo ações que vão desde o acompanhamento das necessidades especiais dos estudantes até o provimento de recursos mínimos (moradia, alimentação, transporte, recursos financeiros) para o alcance dos objetivos de permanência na educação superior.

Por outro ângulo, o acesso e a permanência ultrapassam os aspectos meramente econômicos que afetam vários alunos e membros familiares, como a cultura e o conhecimento

digital, inclusive assegurados como condições de permanência dos jovens na Educação Superior (BRASIL, PNAES, 2010).

Outra ação também ressaltada nesse documento como medida para assegurar a permanência estudantil é o apoio pedagógico. A atuação docente, sem dúvida, é um fator preponderante que incide diretamente na qualidade da formação dos alunos e, por isso, o trabalho docente precisa ser desenvolvido com planejamento e apoio da instituição, sobre o alicerce de normas nacionais que tenham como objetivo a educação gratuita e de qualidade para todos. Nesse aspecto, observam-se também avanços, como planos de cargos e carreira, formação continuada, investimentos em pesquisas, porém, ainda são necessários investimentos em gestão, infraestrutura, formação, melhores salários e políticas públicas que garantam a Educação de qualidade como direito de todos. Após essas breves considerações, serão justificadas as vantagens da investigação ora relatada.

1.1 Relevância da Investigação - Justificativa

Como *justificativa pessoal*, salienta-se a relevância da formação profissional continuada, pois em toda a trajetória na docência, opera-se na pesquisa, publicando artigos e participando de eventos e cursos, sempre com a ideia de se melhorar a formação. O pós-doutorado tem como um de seus objetivos proporcionar a aproximação do doutor aos trabalhos desenvolvidos cotidianamente no que concerne à demanda científica, como também, oportunidades no ensino e na extensão⁵.

Assim, com a aprovação do projeto de pesquisa *Educação superior, assistência estudantil e atuação docente: do direito social à efetivação de uma política pública no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará – Campus Fortaleza*, de autoria da Profa. Dra. Francisca Rejane Bezerra Andrade, no Edital FUNCAP 04/2015 – Programa de Pós-Doutorado para Jovens Doutores, surgiu a oportunidade, através do convite da Profa. Dra. Rejane Bezerra, para ser bolsista de pós-doutorado sob sua supervisão, o que significou enorme satisfação, objeto de grande motivação pessoal.

São ocasiões ricas que colaboraram com uma melhor formação docente, no momento em que se participou de debates sobre vários assuntos que englobaram áreas diversas, em níveis distintos - graduação e pós-graduação - desenvolvendo, além da pesquisa, palestras, participação em bancas, coorientação de trabalhos em mestrado e integração ao grupo de estudo

⁵ Conforme as atividades desenvolvidas no período do Estágio Pós-Doutoral que constam após as Referências.

que proporcionou discussões frequentes. Portanto, define-se que a soma de todas as ações vivenciadas no Pós-Doutorado, com certeza, contribuiu para a formação docente, melhorando todas as dimensões - ética, técnica e política (RIOS, 2004).

No que tange à *justificativa social*, pelo fato de este Relatório ser uma pesquisa-piloto como mencionado, ela contribuirá para o trabalho que está sendo desenvolvido pelo GEPPEs, sob a coordenação da professora doutora Francisca Rejane Bezerra Andrade, que também coordena esse grupo, e o Observatório Juventude, Educação Profissional e Trabalho (UECE), cujo estudo, *Juventude e Assistência Estudantil: do direito social à efetivação de uma política pública democrática nos Campus do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará*, abrangerá, além de Fortaleza, os *Campi* do IFCE - Canindé, Crateús, Maracanaú, Limoeiro do Norte e Juazeiro do Norte.

Outro fator é a divulgação deste Relatório de Pesquisa, em que se buscará publicação de forma impressa em periódico de circulação nacional, além de edição em livro, que será divulgado nos *Campi* pesquisados e demais instituições.

Como *justificativa acadêmica*, em relação aos estudos e pesquisas realizados especificamente na área da Educação, envolvendo política pública e o IFCE, ainda há lacunas e, quando se delimita a esfera da Política de Assistência Estudantil, se fazem ainda mais escassos. Assim, a investigação ora sob relato será mais uma possibilidade para somar-se às bibliografias da área. No que é pertencente às influências positivas desta pesquisa, o fato é que trouxe dados relevantes para subsidiar novas investigações, destacando-se o experimento do GEPPEs, em andamento, auxiliando também na propagação das discussões acerca da maneira de se pensar as políticas educacionais direcionadas à Educação Superior que pretendam discutir sobre a assistência estudantil e atuação docente, contribuindo para uma concepção da qualidade da Educação Superior como direito de todos.

1.2 Objetivos

1.2.1 Objetivo Geral

Analisar as potencialidades e limites do processo de democratização do Ensino Superior para o êxito dos estudantes dos cursos de graduação do IFCE - *campus Fortaleza*, contemplados com a assistência estudantil, no seu acesso e permanência no mercado de trabalho cearense, considerando ainda a ação docente nesse processo.

1.2.2 Objetivos Específicos

Analisar os desafios postos ao Programa de Assistência Estudantil para a promoção da igualdade de oportunidades educacionais e de inserção no mercado de trabalho aos estudantes dos cursos de graduação do IFCE - *campus Fortaleza*.

Identificar as mudanças organizacionais e de gestão pedagógica no IFCE - *campus Fortaleza*, a partir da implementação da Assistência Estudantil, visando à democratização da política de Educação Superior, notadamente relativa à permanência dos estudantes oriundos das camadas sociais de baixa renda e sua posterior inserção qualificada no mercado de trabalho cearense.

Caracterizar os desafios da atuação dos docentes do IFCE - *campus Fortaleza*, na oferta de uma formação profissional tecnológica como um direito social e na inserção qualificada dos estudantes no espaço laboral e social cearense.

1.3 Procedimentos Metodológicos

Consoante Demo (1996, p. 34), divisa-se a pesquisa científica como uma atividade cotidiana e atitude, um “questionamento sistemático crítico e criativo, mais a intervenção competente na realidade, ou o diálogo crítico permanente com a realidade em sentido teórico e prático”. Gil (1999, p. 42), enfatiza que um trabalho de busca desse quilate tem caráter pragmático, pois é um “processo formal e sistemático de desenvolvimento do método científico. O objetivo fundamental da pesquisa é descobrir respostas para problemas mediante o emprego de procedimentos científicos”.

A etimologia da palavra “metodologia” – do grego *methodos* – “caminho para se chegar a um fim” e *logia* – *ciência* - sugere a ideia de transcorrer um percurso, criar possibilidades para se iniciar algo e finalizá-lo. Nessa perspectiva, Minayo (2012, p.14) enaltece o fato de que metodologia “[...] inclui simultaneamente a teoria da abordagem (o método), os instrumentos de operacionalização do conhecimento (as técnicas e a criatividade do pesquisador, sua experiência, sua capacidade pessoal e sua sensibilidade)”. Nesse segmento, serão delimitadas as escolhas que se constituíram como procedimentos metodológicos para esta pesquisa.

O primeiro aspecto dos procedimentos metodológicos desta pesquisa foi a abordagem *qualitativa*, pelo fato de se incluir a fonte oral e de considerá-la de assinalada

relevância para a captação de sentimentos, detalhes que enriquecem a pesquisa (BOGDAN; BIKLEN, 1994; MINAYO, 1994).

No procedimento seguinte, se elegeu o *estudo de caso*, consoante Yin (2001, p. 19), é caracterizado [...] “pela capacidade de lidar com uma completa variedade de evidências, documentos, artefatos, entrevistas e observações”. Na sequência, o autor (IDEM, IDEM) salienta que “[...] utiliza-se o estudo de caso em muitas situações, para contribuir com o conhecimento que temos dos fenômenos individuais, organizacionais, sociais, políticos e de grupo, além de outros fenômenos relacionados”. Portanto, as mencionadas lições, vêm ao encontro desta pesquisa.

Busca *bibliográfica e documental* foi o último aspecto, em que se utilizou estudos de teses, dissertações, artigos e livros/capítulos de autores, como: Mancebo, Vale e Martins (2015), Rosa (2014), Menezes (2012), Kawalski (2012), Martins (2009), Dourado, Oliveira e Santos (2007), Carrilo e Iranzo (2000), Arroyo (2000), Libâneo (1996), Nóvoa (1995), Shön (1995), Tardif, Lessard e LLaHaye (1991) e Saviani (1989); bem como do material da Pesquisa de Levantamento⁶ (Cf. APÊNDICE D) nas plataformas CAPES, = (SciELO) e Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd) como fontes para reforçar as ideias desta pesquisa, assim como de documentos como leis, resoluções, decretos, pareceres, regimento e estatuto. Na sequência, serão expressos os indicativos da instituição/campo, os sujeitos e os lugares investigados.

1.3.1 Instituição Campo, Sujeitos e Lugares da Pesquisa

O *locus* da pesquisa para aplicação dos instrumentais foi o IFCE – *Campus* Fortaleza, sito à Avenida Treze de Maio, nº 2081, no quadrilátero formado pela rua Paulino Nogueira com a avenida Treze de Maio e a avenida dos Expedicionário com a rua Marechal Deodoro, no bairro Fátima na cidade de Fortaleza. O endereço é muito bem situado, oferecendo várias opções de transportes coletivos que trafegam para diversos locais da Região Metropolitana de Fortaleza.

Vale ressaltar que o marco histórico e documental que se refere ao limiar das escolas técnicas se direciona ao início do século XX, na gestão do presidente Nilo Procópio

⁶ A pesquisa foi realizada nos meses de setembro e outubro de 2015, participando-se juntamente com quatro bolsistas do GEPPEs e estudantes da UECE - Bruna Genú Almeida (Psicologia), Larissa Maria Bezerra de Melo Félix e Maria Juliana Soares, Tayana Pereira Santana (todas do Serviço Social). Parte do material pesquisado foi trabalhado durante os encontros desse grupo de estudo em 2016.

Peçanha (14/06/1909 a 15/11/1910), advogado, substituiu o Presidente Afonso Pena, quando de se sua morte. Nasceu na cidade de Campos, Estado do Rio de Janeiro, em 1867, tendo editado o Decreto nº 7.566, de 23 de setembro de 1909, ato instituinte das escolas de aprendizes artífices

Art. 1º. Em cada uma das capitais dos Estados da República o Governo Federal manterá, por intermédio do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, uma Escola de Aprendizes Artífices, destinada ao ensino profissional primário gratuito.

Art. 2º. Nas Escolas de Aprendizes Artífices, custeadas pela União, se procurará formar operários e contra-mestres, ministrando-se o ensino prático e os conhecimentos técnicos necessários aos menores que pretendem aprender um ofício, havendo para isso até o número de cinco oficinas de trabalho manual ou mecânico que forem mais convenientes e necessárias no Estado em que funcionar a escola, consultadas, quanto possível, as especialidades das indústrias locais.

Esta denominação foi objeto de algumas modificações ao longo de sua história. No ano de 1937, passou-se a se chamar Liceu Industrial do Ceará (Foto 1). Em 1942, ocorreu outra mudança, sendo denominada de Escola Industrial de Fortaleza (Foto 2):

Foto 1 – Liceu Industrial de Fortaleza



Foto 2 – Escola Industrial de Fortaleza



Fonte: Arquivo Nirez < <http://www.fortalezanobre.com.br>>, acesso em fevereiro de 2016.

A especificação seguinte dada a esta instituição foi Escola Técnica Federal do Ceará pela Lei nº 3.552, de 16 de fevereiro de 1959.

Foto 3 – Escola Técnica Federal do Ceará -CEFET



Fonte: Arquivo Nirez - <<http://www.fortalezanobre.com.br/>>, acesso em fevereiro de 2016.

Foto 4 – IFCE



Fonte - Arquivo Pessoal da Pesquisadora – setembro de 2016.

Em 1965, passou a ser chamada Escola Industrial Federal do Ceará. Passadas mais de duas décadas, em 1994, a instituição foi denominada de Centro Federal de Educação

Profissional e Tecnológica do Ceará (CEFET/CE) período que marca a abrangência para o Ensino Superior incluídas as atividades de pesquisa e extensão⁷.

Desde o ano de 2008, o IFCE - *campus* Fortaleza, *locus* desta pesquisa, tem a Reitoria sediada em Fortaleza, unidade criada nos termos da Lei n° 11.892, de 29 de dezembro de 2008 (BRASIL, 2008a), mediante a integração do Centro Federal de Educação Tecnológica do Ceará com as escolas agrotécnicas federais de Crato e de Iguatu, vinculado ao Ministério da Educação. É uma autarquia (IFCE) de natureza jurídica, detentora de autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-pedagógica e disciplinar. Para efeito da incidência das disposições que regem a regulação, avaliação e supervisão institucionais e dos cursos de Educação Superior, o IFCE é equiparado às universidades federais⁸.

Foto 5 – Instituto IFCE - *campus* de Fortaleza



Fonte: <<https://www.google.com.br>>, acesso em fevereiro de 2016.

O Instituto sob exame é uma instituição de Educação Superior, básica e profissional, pluricurricular e *multicampi*, especializada na oferta de Educação Profissional e Tecnológica, nas distintas modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos

⁷ *Campi* no estado do Ceará: Acaraú, Aracati, Baturité,, Camocim, Canindé, Caucaia, Cedro, Crateús, Crato, Fortaleza, Guaramiranga, Iguatu, Itapipoca, Jaguaribe, Juazeiro do Norte, Limoeiro do Norte, Maracanaú, Morada Nova, Quixadá, Tabuleiro do Norte, Tauá, Tianguá, Quixadá, Sobral, Ubajara e Umirim, totalizando 27 instituições. Mais 8 unidades estão sendo construídas nos municípios de: Acopiara, Boa Viagem, Horizonte, Jaguaruana, Maranguape, Paracuru, São Gonçalo do Amarante e santa Quitéria. Aumentando para 35 unidades no Ceará. Disponível em <<http://www.ifc.edu.br>>. Acesso em fevereiro de 2016.

⁸ Disponível em <<http://www.ifc.edu.br/fortaleza>>. Acesso em fevereiro de 2016.

técnicos e tecnológicos com a prática pedagógica. No *campus* Fortaleza funcionam os seguintes cursos:

Quadro 1 – Cursos Técnicos

INTEGRADOS	CONCOMITANTES	SUBSEQUENTES	EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS (EJA)
Téc. Interg. em Informática	Téc. Em Edificações	Guia de Turismo	Téc. Em Refrigeração e Climatização
Téc. Integr. em Edificações	Téc. Em Eletrotécnica	Segurança do Trabalho	- - - -
Téc. Integr. em Eletrotécnica	Téc. Em Manutenção Automotiva	- - - -	- - - -
Téc. Integr. em Mecânica	Téc. Em Mecânica Industrial	- - - -	- - - -
Téc. Integr. em Telecomunicações	Téc. Em Instrumento Musical	- - - -	- - - -
Téc. Integr. Em Química	- - - - -	- - - -	- - - -

Fonte: <www.ifce.edu.br>, fevereiro de 2016 . Elaboração própria (2016).

Sobre os tipos de cursos técnicos mencionados, a Lei nº 11.741, de 16 de julho de 2008, respaldada nos artigos 36-B e 36-C, exprime que a educação profissional em nível médio poderá ser: 1) Articulada – com o Ensino Médio, podendo ser 1.1) *Integrada* – oferecida somente a quem já tenha concluído o Ensino Fundamental, sendo o curso planejado de modo a conduzir o aluno à habilitação profissional técnica de nível médio, na mesma instituição de ensino, efetuando-se matrícula única para cada aluno; e 1.2) *Concomitante* – oferecida a quem ingresse no Ensino Médio ou que já esteja cursando, efetuando-se matrículas distintas para cada curso, e podendo ocorrer na mesma instituição de ensino, aproveitando-se as oportunidades educacionais disponíveis em instituições de ensino distintas, mediante convênios de intercomplementaridade, visando ao planejamento e ao desenvolvimento de projeto pedagógico unificado. 2) Subsequente, em cursos destinados a quem já tenha concluído o ensino médio (BRASIL, 2008b).

No que concerne aos cursos superiores, os tecnológicos têm duração mais curta, de dois a três anos e procuram formar o profissional qualificado que atenda ao mercado de trabalho em áreas específicas de eixo tecnológico. As licenciaturas formam os docentes que estarão formando novos profissionais para o mercado e os cursos de bacharelado preparam mais o profissional com saber específico na área e são direcionados mais à pesquisa. Ambos têm formação mínima de três anos. Em consonância com o Estatuto (2014, p.12) em vigor, veja-se o que expressa o seguinte dispositivo:

Art. 6º - No desenvolvimento da sua ação acadêmica, o IFCE, em cada exercício, deverá garantir o mínimo de 50% (cinquenta por cento) de suas vagas para a educação

profissional técnica de nível médio, e o mínimo de 20% (vinte por cento) das vagas para cursos de licenciatura e/ou programas especiais de formação pedagógica, ressalvado o caso previsto no § 2º do art. 8º da Lei nº. 11.892/2008.

A seguir os cursos superiores ofertados no IFCE - *Campus* Fortaleza.

Quadro 2 – Cursos Superiores

TECNOLÓGICOS	LICENCIATURAS	BACHARELADOS
Tecnologias em Estradas	Artes Visuais	Bacharelado em Engenharia da Computação
Tecnologia em Gestão Ambiental	Licenciatura em Física	Bacharelado em Turismo
Tecnologia em Hotelaria	Licenciatura em Matemática	Bacharelado em Engenharia Civil
Gestão Desportiva e de Lazer	Licenciatura em Química	Bacharelado em Engenharia Mecatrônica
Tecnologia em Processos Químicos	- - - - -	Bacharelado em Engenharia de Telecomunicações
Tecnologia em Saneamento Ambiental	- - - - -	- - - - -
Tecnologia em Mecatrônica Industrial	- - - - -	- - - - -
Tecnologia em Telemática	- - - - -	- - - - -

Fonte: <www.ifce.edu.br>⁹, acesso em fevereiro de 2016. Elaboração própria (2016).

Com 107 anos de existência, o IFCE - *campus* Fortaleza se consolida como instituição de ensino inclusivo e de qualidade, norteada por princípios fundamentais, ratificados em 2011, na Resolução nº 014, de 02 de março de 2012, aprovando as seguintes redações dos princípios:

Visão - tornar-se padrão de excelência no ensino, pesquisa e extensão na área de Ciência e Tecnologia.

Missão - produzir, disseminar e aplicar os conhecimentos científicos e tecnológicos na busca de participar integralmente da formação do cidadão, tornando-a mais completa, visando sua total inserção social, política, cultural e ética e

Valores - nas suas atividades, o IFCE valorizará o compromisso ético com responsabilidade social, o respeito, a transparência, a excelência e a determinação em suas ações, em consonância com os preceitos básicos de cidadania e humanismo, com liberdade de expressão, com os sentimentos de solidariedade, com a cultura da inovação, com ideias fixas na sustentabilidade ambiental.

Em relação à estrutura física (cf. APÊNDICE E), o prédio atual do IFCE - *campus* Fortaleza possui uma área de 25.930 metros quadrados, oferecendo vários locais ao ar livre, arborizados e com assentos para a comunidade institucional. Local agradável com boa

⁹ Vale enfatizar que na data da pesquisa não foram localizados no referido site da instituição cursos de Pós-Graduação em Especialização ou Mestrado.

iluminação, ambientes refrigerados e/ou com ventiladores, distribui a merenda aos discentes¹⁰ e tem amplo estacionamento para os veículos dos servidores.

Possui sala de manutenção, uma piscina olímpica e uma coberta que atende à comunidade e alunos em Natação e Hidroginástica, um ginásio onde também acontece a colação de grau, uma quadra coberta e uma cantina, um prédio – denominado “Casa da Arte” de dois andares, onde funcionam os cursos relacionados às artes: Música e Artes Visuais. 120 laboratórios nas diversas áreas - Informática, Engenharia, Química e Artes; 48 salas de aulas, 18 banheiros femininos e 18 masculinos, dois vestiários femininos com espaço para banho com igual quantidade de banheiros para o público masculino e 18 bebedouros distribuídos no *Campus*. No caso de acesso para pessoas deficientes existem rampas e elevadores, porém não em todos os blocos. Possui banheiros adequados.

Relativamente à gestão, a Reitoria está localizada em Fortaleza sendo o órgão executivo, atuando nas áreas de Administração, Coordenação e Supervisão em todas as atividades institucionais. De acordo com o Estatuto (2014, p 21),

Art. 16. O IFCE tem administração de forma descentralizada, por meio de gestão delegada, em consonância com os termos do art. 9º da Lei nº. 11.892/2008, conforme disposto no Regimento geral.

Parágrafo único. Os Diretores Gerais dos *Campi* respondem solidariamente com o Reitor por seus atos de gestão, no limite da delegação.

O reitor é aprovado mediante consulta aos servidores do quadro ativo - docentes e técnicos administrativos - e os alunos. Ele nomeia os representantes para as cinco Pró-Reitorias – de Gestão de Pessoas; Ensino; Extensão; Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação; e Administração e Planejamento. O Gabinete do reitor, órgão de apoio, tem estrutura administrativa correspondendo aos seguintes setores: Chefia de Gabinete; Assessoria Especial; Assessoria de Relações Internacionais; Ouvidoria; Departamento de Comunicação Social; Secretaria do Gabinete; e Secretaria dos Conselhos.

O IFCE - *campus* Fortaleza conta ainda com as diretorias sistêmicas: Tecnologias da Informação, Assistência Estudantil e Assessoria de Relações Internacionais; Auditoria Interna e a Procuradoria Federal. São conselhos e órgãos colegiados: Conselho Superior

¹⁰ Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009 - dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica. Disponível em <<http://planalto.gov.br>>. Acesso em 2016.

(CONSUP), Colégio de Dirigentes (COLDIR), Comissão Própria de Avaliação (CPA) e Comissões Eleitorais¹¹.

O quadro dos servidores públicos desta instituição totalizam 178 técnicos em nível médio e superior, 320 docentes (com titulação diferenciadas) e o corpo discente - soma 7.157 alunos - sendo 5.770 matriculados em cursos presenciais e 1.387 em cursos a distância¹².

Para as entrevistas realizadas com os docentes (cf. APÊNDICE C) foram selecionados os cursos de Educação Superior representados da seguinte forma: licenciatura em Teatro, bacharelado em Engenharia de Telecomunicações e tecnológico em Saneamento Ambiental. O critério utilizado para escolha foi o maior número de alunos recebedores de auxílio-transporte e alimentação em 2014 e 2015.

Os sujeitos da pesquisa totalizaram onze participantes: 3 da equipe multidisciplinar - a assistente social, a pedagoga e a psicóloga¹³, identificadas, respectivamente, por *AI*, *PI* e *P2*. Nesta etapa essas profissionais foram entrevistadas de maneira coletiva (cf. APÊNDICE A) e também individualmente (Cf. APÊNDICE B)¹⁴. Todas as entrevistas foram realizadas em 16/06/2016.

Os docentes totalizaram seis profissionais que trabalham nos cursos superiores mencionados, sendo duas docentes do curso de licenciatura em Teatro, nomeadas de *DTI* e *DT2*; um docente e uma docente do curso de bacharelado em Engenharia de Telecomunicações identificados por *DETI* e *DET2*, e 2 do curso tecnológico em Saneamento Ambiental nomeados de *DSAI* e *DSA2* (cf. APÊNDICE C). As entrevistas ocorreram em 14/07/2016 e 18/07/2016.

A coordenadora do Serviço Social - *CSS* - e o diretor de extensão - *DE* - participaram mediante depoimento (conversa informal) sobre a assistência estudantil¹⁵. Foram realizados nesta ordem em 12/04/2016 e 25/04/2016.

¹¹ Quanto à documentação institucional usada no cotidiano, destacam-se: Lei nº 11.892, de 29/12/2008, publicada no Diário Oficial da União (DOU) de 30/12/2008, determina em suas disposições gerais e transitórias, Processos de Contas Anuais e Relatórios de Auditoria, Relatórios de Auditoria, Plano Anual de Ações, Plano de Desenvolvimento Institucional, Regimento Geral, Estatuto, Boletim de Serviços, outros Documentos (Manual de Redação Oficial da Presidência da República, Organograma e Regulamentação de carga horária do ensino, pesquisa e extensão) e Orientações Normativas. Disponível em <<https://ifce.edu.br/instituto/gabinete-do-reitor/gabinete-do-reitor>>. Acesso em março de 2016 e no Estatuto (2014).

¹² Fonte – Diretoria de Gestão de Pessoas do IFCE – *campus* Fortaleza, 2016.

¹³ Cf. Nota 4. Destacando-se o fato de esta pesquisa ser piloto e o *campus* Fortaleza se integrar aos demais *campi* do IFCE – Canindé, Crateús, Maracanaú, Limoeiro do Norte e Juazeiro do Norte, assim, a escolha desses sujeitos teve como critério a presença dessas profissionais na nesses institutos.

¹⁴ As entrevistas aconteceram no dia 16/06/2016 e foram realizadas da seguinte forma: *Entrevista Coletiva* – participaram Helena Marinho (autora) e as pesquisadoras do GEPPES – Renata, Flávia e Bruna; *Entrevistas Individuais* – se utilizou da formação inicial de cada pesquisadora, assim, a autora entrevistou a pedagoga, a Flávia (Mestranda em Serviço Social- UECE) entrevistou a Assistente Social e a Bruna (graduanda em Psicologia – UECE) acompanhada da Renata (mestranda em Serviço Social – UECE) entrevistaram a psicóloga.

¹⁵ Ressalta-se que as entrevistas individuais dos docentes e os depoimentos foram realizados pela autora.

A busca das fontes ocorreu no IFCE - *Campus* Fortaleza (local de aplicação dos instrumentais), Arquivo Público e *Internet* quando foram visitados, os sites e os portais CAPES, sciELO e ANPEd pesquisando em dissertações, teses e periódicos; fontes documentais (leis, pareceres, decretos etc) e livros.

1.3.2 Técnica de Coleta e Análise de Dados

As técnicas utilizadas para a coleta de dados foram a *entrevista semiestruturada* e *depoimentos*. Minayo (1994) expressa o fato de que a entrevista privilegia a obtenção de informações por meio da fala individual, reveladoras das condições estruturais, sistemas e valores, normas e símbolos. Também transmite representações de determinado grupo. Será um momento de coleta de dados individual e percepções do ponto de vista do sujeito.

Além dessas técnicas de coletas de dados, foram utilizados o gravador, a máquina fotográfica e o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), preservando o anonimato e critérios éticos da pesquisa como instrumentos de auxílio à pesquisa.

Os procedimentos de reflexão sobre os dados tiveram como base as respostas das entrevistas e depoimentos, sendo discutidos e embasados em estudos de autores e documentos que forneceram elementos para o avanço da análise dos resultados e achados da pesquisa.

Na seção seguinte, é expressa a Fundamentação Teórica, abordando os seguintes tópicos: Educação Superior e Política Pública de Assistência Estudantil no Brasil, Programa de Assistência Estudantil no IFCE - *Campus* Fortaleza - Funcionamento e Desafios, Atuação Docente na Formação Profissional dos Discentes. A Pesquisa de campo e análise das entrevistas realizadas com integrantes da equipe multidisciplinar que trabalha com a Assistência Estudantil (a assistente social, a pedagoga e a psicóloga) e com os docentes do ensino superior. Seguida das Considerações Finais.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Não é intenção neste trabalho fazer um estudo histórico e pormenorizado da Educação Superior no Brasil, até porque foge à proposta no momento, mas considera-se que alguns fatores históricos educacionais se tornam relevantes de assinalar, pois contribuem para pensar o contexto atual da Educação Superior e as políticas criadas para seu funcionamento, destacando-se a Política de Assistência Estudantil, visto que elas são resultados de tomadas de decisões que envolvem muitos agentes, instituições internacionais, nacionais, locais e que são norteados por aspectos ideológico, técnico, econômico e político. Essas medidas resultam no planejamento e concretização de regras para determinado contexto histórico, regendo normas para o funcionamento da sociedade, dentre as quais a regulamentação das políticas públicas na esfera educacional.

2.1 Educação Superior e Política Pública de Assistência Estudantil no Brasil

No Brasil Imperial após a chegada da Família Real, em 1808, o Ensino Superior teve como um de seus objetivos organizar a sociedade. No Ato adicional de 1834, (BRASIL, 1834) decretou

Art. 9º - Compete ás Assembléas Legislativas Provinciaes propôr, discutir, e deliberar:

§ 2º - Sobre instrucção publica e estabelecimentos proprios a promover-a, não comprehendendo as faculdades de Medicina, os Cursos Juridicos, Academias actualmente existentes e outros quaesquer estabelecimentos de instrucção que para o futuro forem creados por lei geral (SIC).

Com efeito o Ensino Elementar à época ficou aos cuidados das províncias¹⁶ e o Ensino Superior como incumbência da Coroa, ratificando, assim, a predileção do Governo Imperial. O Ensino Superior, dessa forma, se constituiu como pertencente a uma classe elitista, que tinha como um de seus objetivos a formação de profissionais para a ocupação dos cargos necessários para o funcionamento e desenvolvimento da sociedade da época.

Nos anos seguintes do século XIX até meados dos anos de 1960, a Educação, incluindo o Ensino Superior, foi regulamentada por leis, decretos e emendas, enfatizando-se as

¹⁶ Cf. Ato adicional de 1834 (BRASIL, 1884) - Pernambuco, Bahia, Rio de Janeiro, Minas e São Paulo, Pará, Maranhão, Ceará, Parahyba, Alagôas, Rio Grande do Sul.

constituições federais e reformas educacionais¹⁷, momentos da História da Educação em que o Ensino Superior continuou sendo destinado à formação de poucos brasileiros de uma classe econômica privilegiada. Vale enfatizar a criação da Lei Orgânica do Ensino Superior e do Fundamental na República (conhecida também como Reforma Rivadávia Correia), instituída pelo Decreto nº 8.659 de 5 de abril de 1911, (BRASIL, 1911) e traz à tona os artigos a seguir:

Art. 6º Pela completa autonomia didactica que lhes é conferida, cabe aos institutos a organização dos programmas de seus cursos, devendo os do Collegio Pedro II revestirse de caracter pratico e libertar-se da condição subalterna de meio preparatorio para as academias.

Art. 64. Para requerer matricula nos institutos de ensino superior os candidatos deverão provar:

a) idade minima de 16 annos e b) idoneidade moral.

Art. 65. Para concessão da matricula, o candidato passará por exame que habilite a um juizo de conjuncto sobre o seu desenvolvimento intellectual e capacidade para emprehender efficazmente o estudo das materias que constituem o ensino da faculdade.

As mudanças ocorridas na Educação Secundária, como a retirada da equiparação desse ensino ao Colégio Pedro II, sendo extinto o reconhecimento dos certificados originários dessas instituições equiparadas, essa medida favoreceu o Ensino Superior, com maior autonomia, podendo realizar o Exame de Admissão, portanto, fato que incidiu no acesso ao Ensino Superior.

Vale lembrar que a criação da primeira universidade como instituição oficial acontecer somente em 1920 - Universidade do Rio de Janeiro (URJ) - originária da junção da Escola *Polytechnica*, Escola de Medicina e Faculdade de Direito¹⁸. Mesmo com essa providência o Ensino Superior continuou priorizando seu corpo discente. Sobre o assunto, Fávero (2006, 19) ressalta que “[...] ela foi pensada e aceita como um bem cultural oferecido a minorias, sem uma definição clara no sentido de que, por suas próprias funções, deveria se constituir em espaço de investigação científica e de produção do conhecimento”.

¹⁷ Destacam-se as Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil de 24 de fevereiro de 1891, Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil de 16 de julho de 1934, Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil de 18 de setembro de 1946, Constituição da República Federativa do Brasil de 15 de março de 1967 e as Reformas Educacionais: Benjamin Constant, instituída pelo Decreto nº 981, de 8 de novembro de 1890; Epitácio Pessoa, Decreto nº 3.890, de 1 de janeiro de 1901; Rivadávia Correia (Lei Orgânica do Ensino Superior e do Fundamental na República), Decreto 8.659 de 5 de abril de 1911; Carlos Maximiliano, Decreto nº 11.530, de 18 de Março de 1915; Reforma Francisco Campos, decreto nº 19.890, de 18 de abril de 1931, dentre outras. Disponível em <<http://www.planalto.org.br>> e FÁVERO (2006), respectivamente.

¹⁸ “A 7 de setembro de 1920, por meio do Decreto nº 14.343, o Presidente Epitácio Pessoa institui a Universidade do Rio de Janeiro (URJ), considerando oportuno dar execução ao disposto no decreto de 1915. Reunidas aquelas três unidades de caráter profissional, foi-lhes assegurada autonomia didática e administrativa. Desse modo, a primeira universidade oficial é criada, resultando da justaposição de três escolas tradicionais, sem maior integração entre elas e cada uma conservando suas características” (FÁVERO, 2006, p. 22).

Após a instauração de universidades federais e estaduais, somente em 1968, foi elaborada a Reforma para essas instituições¹⁹ - Lei nº 5.540, de 28 de novembro (BRASIL, 1968). Por um lado, essa reestruturação universitária trouxe para o Ensino Superior: o sistema departamental, disciplinas como créditos, exame vestibular unificado, abolição do sistema de cátedras e institucionalização de planos e carreira pela titulação acadêmica e, para esse fim, se instaurou uma política de pós-graduação (FÁVERO, 2006; MARTINS, 2009). Porém, uma questão relevante precisava de solução imediata era “os excedentes” por conta da baixa oferta de vagas nessas instituições. Martins (2009, p. 19) enfatiza que

Paralelamente, os estudantes se mobilizaram diante da incapacidade do ensino público de absorver os alunos aprovados nos vestibulares. Em 1960, 29 mil estudantes não conseguiram vagas nas instituições para as quais tinham sido aprovados, número que aumentou para 162 mil em 1969. A questão dos “excedentes” constituiu-se num constante foco de tensão social. A pressão para a expansão do ensino superior estava relacionada à ampliação da taxa de matrícula do ensino médio, que cresceu 4,3 pontos entre 1947 e 1964. Ao mesmo tempo, o processo de concentração da propriedade e de renda, em curso na sociedade brasileira desde a década de 1950, acentuado pela política econômica adotada a partir de 1964, conduziu as classes médias a encarar a educação superior como uma estratégia para a concretização de seu projeto de ascensão social.

Nesse contexto o Ensino Superior continuou sendo um privilégio e as universidades públicas não abrangeram a demanda, assim como a maneira para solucionar o problema foi a entrada do ensino privado no campo educacional superior, momento em que os grandes colégios particulares tiveram a oportunidade de expandir suas instituições no campo educacional superior. Corroborando essa discussão, Martins (2009, p.22) acentua que,

Entre as condições que tornaram possível a emergência do novo ensino privado, a existência do Conselho Federal de Educação (CFE) desempenhou um papel relevante. [...]. Era composto majoritariamente por personalidades ligadas ao ensino privado, com disposição favorável para acolher os pedidos de abertura de novas instituições particulares. Entre 1968 e 1972, foram encaminhados ao CFE 938 pedidos de abertura de novos cursos, dos quais 759 obtiveram respostas positivas [...]. Percebendo a existência de uma demanda não atendida pelo ensino público, os proprietários de escolas e colégios passaram a deslocar parte de seus investimentos para a abertura de novas instituições, sob o olhar conivente do CFE.

Assim, o ensino privado foi caracterizado como diferenciado do que era ofertado antes da reforma universitária, sobretudo, pela rápida expansão. O ponto central que circunda essa nova proposta de “ensino privado” está direcionado à relação Educação, Ensino e mercado.

¹⁹ Vale ressaltar a promulgação da primeira Lei de Diretrizes e Bases Nacional (LDB) nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961. (BRASIL, 1961). Na qual foi destinado ao ensino superior o Título IX – Da Educação de Grau Superior – compreendendo os artigos 66 a 87.

No contexto da ditadura militar, havia uma intensa exigência de formação de mão de obra qualificada e técnica. O Ensino Superior selecionava seus futuros profissionais dentre as pessoas que tinham uma situação econômica confortável, e os demais “excedentes” que não conseguissem ingressar no Ensino Superior tinham a opção de pagar uma escola privada ou poderiam tentar ingressar nos cursos profissionalizantes e ter mais oportunidades para serem absorvidos pelo mercado. Martins (2009, p. 17) também corrobora essa discussão, quando sinaliza no trecho a seguir essa questão do Ensino Superior privado e suas implicações para o contexto educacional

O ensino superior privado que surgiu após a Reforma de 1968 tende a ser qualitativamente distinto, em termos de natureza e objetivos, do que existia no período precedente. Trata-se de outro sistema estruturado nos moldes de empresas Educacionais voltadas para a obtenção de lucro econômico e para o rápido atendimento de demandas do mercado educacional. Esse novo padrão, enquanto tendência, subverteu a concepção de ensino superior ancorada na busca da articulação entre ensino e pesquisa, na preservação da autonomia acadêmica do docente, no compromisso com o interesse público, convertendo sua clientela em consumidores educacionais

Essa nova concepção do Ensino Superior privado, de um lado, contribuiu para a expansão desse grau, ao passo que, trouxe implicações, como: a formação fragilizada, precariedade do trabalho docente e dificuldades no processo de ensino - aprendizagem, baixos salários e a desvalorização docente, entre outros - problemas da atualidade, não só nesse nível, mas também na educação de modo geral abrangendo também a esfera pública que se tornaram desafios na busca de uma educação de qualidade, tema muito discutido nos últimos anos, e dependente de vários fatores. Na análise de Dourado, Oliveira e Santos (2007, p. 24), “[...] a Qualidade da Educação deve se dar em uma perspectiva polissêmica, envolvendo as condições intra e extra-escolares, bem como, os diferentes atores individuais e institucionais”.

As discussões sobre o tema da qualidade da Educação e outros, tais como expansão, acesso e permanência na Educação Superior se intensificaram no final dos anos 1980 de seguintes, pela proposta de retomada do Estado de direito garantido pela CF/88 (BRASIL, 1988), contexto marcado pela garantia da autonomia das universidades no texto dessa Lei, no entanto, vários empecilhos então já em curso limitaram esse processo. Sobre isso Dourado (2011) ressalta, no limiar dos anos 1980, a medida do Conselho Federal da Educação (CFE) em tentar conter a expansão privada da Educação Superior e, segundo o autor, não conseguiu tal propósito.

Mesmo com as restrições, não restam dúvidas de que a Lei Magna trouxe avanços, reconhecendo o Estado de direito, priorizando a Educação e servindo de arcabouço para a

promulgação da LDB nº 9.394 (BRASIL, 1996), ainda em vigor, e que também propiciou mudanças consideráveis em seu texto: a junção entre Ensino, Pesquisa e Extensão, como também a autonomia na Educação Superior, a gratuidade do ensino público em todos os níveis e a gestão democrática, a Educação de Jovens e Adultos (EJA), Profissional e a Especial como modalidades de Educação.

Exemplificando esse contexto, relativamente à Educação Superior, a gratuidade não atingiu sua generalidade, pois os cursos de especialização *lato sensu*, por exemplo, são cursos pagos também nas instituições de Ensino Superior (IES) públicas. Outro ponto relevante é a manutenção do financiamento da Educação em seus dois níveis - básica e superior - o que interfere diretamente nas dimensões intra e extra-instituições educacionais, contribuindo para uma baixa qualidade educacional.

Essas diretrizes e bases para a Educação, assim como a CF/88 e o mais recente PNE (2014-2024), não resultaram de um processo harmonioso permeado por confluência de ideologias e pensamentos, embora tenham sido criadas em um contexto embasado na participação democrática, pois vários agentes e instituições trouxeram perspectivas e pontos de vista diferenciados. Por conta desses embates de cunho político de cada representação, esses avanços esbarram em sua praticidade e consolidação no cotidiano. Nessa conjuntura, vale enfatizar o que Dourado (2011, p. 56-57) expressou e que contribui para a reflexão:

Merecem destaque as ações, políticas e regulamentações sobre a avaliação, centrada em testes estandardizados do desempenho do estudante e avaliações IES; as novas formas de organização acadêmica, com a criação da figura dos centros universitários (IES de ensino com prerrogativas de autonomia), por exemplo; a flexibilização das exigências nos processos de criação de IES e naturalização do segmento não universitário nesse nível de ensino (centros universitários, faculdades integradas, faculdades e institutos); os novos processos de regulação e gestão das IES públicas federais (institucionalização da gratificação de estímulo da docência, novos parâmetros de financiamento, congelamento de salários e precarização do trabalho, dentre outras); financiamento público do setor privado (recurso do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para IES, financiamento estudantil – crédito educativo, Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (FIES).

Complementando, no tocante à avaliação, salienta-se a criação do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES)²⁰, do que o Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE) faz parte e, por um lado, se busca um controle, ao mesmo tempo em

²⁰ “Criado pela Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, é formado por três componentes principais: a avaliação das instituições, dos cursos e do desempenho dos estudantes. O Sinaes avalia todos os aspectos que giram em torno desses três eixos: o ensino, a pesquisa, a extensão, a responsabilidade social, o desempenho dos alunos, a gestão da instituição, o corpo docente, as instalações e vários outros aspectos. Integra esse sistema - o ENADE - de acordo com a Portaria Normativa nº 40 de 12 de dezembro de 2007, Art. 33-D”.

Disponível em <<http://portal.inep.gov.br/superior-sinaes>>. Acesso em março de 2016.

que abre possibilidades para a competitividade. Outras duas medidas foram o redimensionamento e o fortalecimento da CAPES, a qual também ficou responsável pela coordenação de estruturação do Plano do Sistema Nacional de Formação e sua expansão. Ao Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP)²¹, foram destinadas a responsabilidade do levantamento estatístico sobre vários assuntos educacionais e avaliação nos níveis da Educação Básica e Superior.

Em relação a essas políticas e regulamentações mencionadas, releva frisar a existência marcante dos organismos internacionais, não só como fomentadores de recursos financeiros, mas também como articuladores de políticas em esfera internacional, ressaltando-se os países da América Latina, incluindo o Brasil, estabelecendo no âmbito educacional superior nos anos 1980 a intensificação dos discursos sobre a Educação como meio de ascensão econômica mediante a qualificação, que é uma exigência do mercado. Sobre o assunto, Carrilo, Iranzo (2000, p. 195) enfatizam que,

En forma resumida estos discursos mencionan que sólo a través de la elevación de la calificación de los recursos humanos será posible acompañar los incrementos en la productividad y la competitividad de las empresas y, de esta manera, aumentar los ingresos de la población trabajadora.

Na esfera pública, primordialmente nas IES federais, vale ressaltar algumas políticas que estiveram em evidência: o investimento na expansão de universidades públicas, nos institutos federais, abertura de concurso para docentes e técnicos; a criação do Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB) – Decreto nº 5.800, de 8 de junho de 2006 e efetivação de apoio e programas direcionados a políticas afirmativas (cotas, assistência estudantil, entre outros), e no âmbito do Ensino Superior privado, o PROUNI e FIES de instituições superiores privada (DOURADO, 2011).

Todas essas ações, políticas e regulamentações incidem diretamente no funcionamento educacional brasileiro, destacando-se os aspectos da expansão, acesso e garantia de permanência dos discentes na conclusão do curso. São notórios os avanços ocorridos no âmbito desse nível de educação, porém um dos grandes desafios enfrentados foi a garantia da permanência. Como medida para esse problema, como já mencionado, foi instituído o PNAES

²¹ “O Inep foi criado, por lei, no dia 13 de janeiro de 1937, sendo chamado inicialmente de Instituto Nacional de Pedagogia. No ano seguinte, o órgão iniciou seus trabalhos de fato, com a publicação do Decreto-Lei nº 580, regulamentando a organização e a estrutura da instituição e modificando sua denominação para Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos. Foi nomeado para o cargo de diretor-geral do órgão o professor Lourenço Filho”. Disponível em < <http://portal.inep.gov.br/institucional-historia> >. Acesso em março de 2016.

pela Portaria Normativa/MEC nº 39/2007, tendo sido regulamentado pelo Decreto nº 7.234/2012, que tem como finalidade e objetivos, respectivamente:

Art. 1º O Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES, executado no âmbito do Ministério da Educação, tem como finalidade **ampliar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal**. (Grifo da autora)

Art. 2º São objetivos do PNAES

I – democratizar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal;

II - minimizar os efeitos das desigualdades sociais e regionais na permanência e conclusão da educação superior;

III - reduzir as taxas de retenção e evasão; e

IV - contribuir para a promoção da inclusão social pela educação.

Em consonância com esse documento, no art. 5º “Serão atendidos no âmbito do PNAES prioritariamente estudantes oriundos da rede pública de educação básica ou com renda familiar **per capita** de até um salário mínimo e meio, sem prejuízo de demais requisitos fixados pelas instituições federais de ensino superior”.

Com suporte nessa leitura, consideram-se duas questões relevantes para reflexão 1) o fato de não garantir a igualdade desse aluno com os que não recebem os benefícios em vários aspectos, como: cultural, inclusão e pertença aos espaços da universidade, o processo de ensino-aprendizagem pelas dificuldades que carrega gestadas ainda na Educação Básica, entre outros e, 2) a dificuldade da seleção enfrentada pela equipe de assistência estudantil das IES, em razão do recurso financeiro, que não abrange a todos os que o solicitam e que estão em condições citadas no artigo mencionado para receber os benefícios, não garantindo, portanto, a igualdade de inclusão para receber, tornando-se benefício e não um direito comum.

A assistência estudantil, como já ressaltado, é um tema que ainda necessita de pesquisas. Alguns estudos foram localizados e trazem boas discussões que contribuem para reflexão. Dentre esse material, destaca-se a tese doutoral “Os (Des)caminhos da Política de Assistência Estudantil e o Desafio na Garantia de Direitos” (KOWALSKI, 2012, p. 9) mostrando que

[...] os limites estão nos condicionamentos à equalização dos Direitos Humanos à educação que, em tempos de valorização de políticas neoliberais e da hegemonia dos mercados, associam a assistência estudantil à lógica de serviço e não de direito. As possibilidades e os limites relacionados à garantia de direitos aos alunos nas instituições federais de ensino superior revelam uma dinâmica entre o caminho e o descaminho na formalização da assistência estudantil no país, em que se possam ser desocultadas as tutelas assistencialistas do Estado, a lógica do mercado que incide na formatação dos programas e naturalização da questão social.

Também é ressaltada a dissertação de mestrado “A Política de Assistência Estudantil na Universidade Federal: da escola Pública para o Ensino Superior” (GRAEFF, 2014), cujos resultados demonstraram a instabilidade da Política de Assistência Estudantil, que ora garante a permanência do aluno ora o exclui, em razão de inúmeros aspectos que condicionam a continuidade dos benefícios oferecidos, como a precariedade das ações que visam à permanência e do preconceito.

Inclui-se ainda a “Assistência Estudantil na Educação Superior: o Programa de Bolsas Implementado pela Universidade do Rio de Janeiro” - dissertação de mestrado - (MENEZES, 2012), cuja pesquisa desenvolvida teve como objetivo identificar de que maneira a bolsa de assistência estudantil contribui para a permanência do aluno bolsista da UFRJ.

Ainda tem curso o artigo “Ensino Superior, Assistência Estudantil e Mercado de Trabalho: um Estudo com Egressos da UFMG” (VARGAS, 2011), o qual tem os resultados apontando que a assistência estudantil, ao subsidiar os discentes pobres a obter o diploma de graduação, colabora para que eles ingressem no mercado de trabalho e ampliem suas possibilidades de ascensão na sociedade.

Taufick (2014), em seu artigo “Análise da Política de Assistência Estudantil dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia”, embasada em regulamentos de 30 institutos federais, concluiu que é necessário marco legal adequado para a política de assistência estudantil nessas instituições que garanta a consolidação e ampliação dos auxílios, embora os resultados tenham evidenciado que a política vigente busca atender os estudantes em condições socioeconômicas desfavoráveis. No tópico seguinte, será abordado o Programa de Assistência Estudantil no IFCE - *Campus* de Fortaleza - Funcionamento e Desafios.

2.2 Programa de Assistência Estudantil no IFCE - *Campus* Fortaleza - Funcionamento e Desafios

O IFCE *campus* Fortaleza, instituição centenária que, em 2016 completa 107 anos de funcionamento, durante esse período, esteve voltado, prioritariamente, para a formação profissional, contribuindo para o desenvolvimento socioeconômico e cultural do Estado do Ceará. Embora tendo muitos anos de história, na busca das fontes para a discussão desse tópico, não se conseguiu localizar muito material. Assim, o embasamento teórico teve como aporte os documentos da instituição: Projeto – “Implantação do Serviço Social na Escola Técnica Federal do Ceará” (1991), Projeto - “Seminário de Orientação Ocupacional” (1992), Projeto – “Bolsa Trabalho” (1991), “Regulamento da Assistência Estudantil do IFCE” (2015), Regulamento dos

Auxílios Estudantis (RAE, 2016), Resolução IFCE/CONSUP nº 088/2016, e a conversa informal com a coordenadora do Serviço Social realizada em 12/04/2016²².

Vale ressaltar o fato de essa instituição, desde 2008, como Instituto Federal, oferta também a Educação Superior, porém antes atendia somente ao nível médio profissional, como aquele nível se destinava à formação da elite esse atendia à população que, desprovida de recursos financeiros, precisava de trabalho para sobreviver. Nesse âmbito, para que os alunos permanecessem e concluíssem seus cursos, se fazia necessário que a instituição tivesse meios de subsidiar, sobretudo, com recursos financeiros, que esses discentes lograssem êxito e finalizassem seus cursos. Esse motivo foi um fator decisivo para o limiar de planejamento, projetos e programas de auxílios que proporcionassem assistência a esses estudantes.

Em consonância da conversa informal com a CSS (ABRIL, 2016), nessa instituição, sempre houve auxílios para os alunos que não podiam permanecer nos cursos por motivo de falta de recursos econômicos. A bolsa do Programa Especial de Bolsa Estudantil (PEPE) já existia desde o funcionamento da instituição e foi extinta em 1985, contando até para aposentadoria dos que recebiam esse benefício. Depois dessa data, foi criada a Bolsa Trabalho, hoje a bolsa-Formação; a merenda escolar sempre existiu e, atualmente, todos os alunos dessa instituição recebem a merenda (CSS, ABRIL, 2016).

Além desses, existiam também outros auxílios, porque a Escola, na época, arrecadava dinheiro da Caixa Escolar (oriundo das inscrições dos cursos e esse recurso só poderia ser usado para os auxílios) e com esse dinheiro a Instituição proporcionava auxílio pedagógico, alimentação, transporte, moradia e auxílio técnico, porque os meninos não tinham dinheiro para comprar as réguas de desenho, por exemplo (CSS, ABRIL, 2016).

Sobre a criação da Caixa Escolar no Brasil, Vasconcelos (2013, p. 56)²³ ressalta que tem início com as escolas profissionais,

[...] que deveriam lecionar seus conteúdos e suas aplicações de acordo com as necessidades de cada província ou região do Império, voltadas para as artes e indústrias dominantes, que estavam sendo instaladas ou desenvolvidas no país, ou seja, há uma adaptação tanto temporal como local pela cultura da região, e para dar sustentação econômica às escolas profissionalizantes, como diz o próprio texto, é que foram criadas as Caixas Escolares, portanto, elas já nascem com a missão de ajudar a financiar a educação. Essa mesma preocupação seria também percebida na reforma seguinte instituída por Carlos Leôncio de Carvalho que ocupava, em 1879, o cargo de Ministro dos Negócios do Império, pasta na qual se encontrava submetida à Instrução

²² Ela será designada ao longo do trabalho como CSS, seguida de mês e ano. Vale lembrar que serviram também como base os trabalhos de teses de doutorado, dissertações de mestrado e periódicos antes mencionados no texto e os que constam nas referências.

²³ Para aprofundamento sobre o assunto, sugere-se a dissertação de Mestrado de VASCONCELOS, Dimas Augusto de - *Custeio da educação pública na Era Vargas: A Caixa Escolar do Ceará (1930-1945)* – Fortaleza, 2013.

Pública do país, cujas decisões repercutiam em todas as províncias do império, onde exercia sua influência política e social.

A Caixa Escolar de Fortaleza foi criada em 1922 com base no Regulamento de Ensino e Reforma de 1922 e tinha como objetivo proporcionar auxílios aos alunos carentes, como: merenda, livros, vestuário, calçados e cadernos. Outro objetivo era o controle da frequência e a premiação desses alunos mediante a concessão desses auxílios. (VASCONCELOS, 2013).

Após 1991, para a seleção dos alunos “candidatos a receber os auxílios”, as assistentes sociais faziam a entrevista e a investigação, como, se tinha mais tempo, se fazia a visita domiciliar; depois, elaboravam a relação dos alunos e o gabinete do diretor é que liberava. Os auxílios já existiam, mas Lula injetou recursos e vem como uma rubrica direcionada para esses fins, somente para a assistência estudantil (CSS, ABRIL, 2016).

A instituição, em 1990, tinha ainda a denominação de Escola Técnica Federal do Ceará e a assistência estudantil era vinculada ao Departamento de Pedagogia e Apoio Didático (DPAD) e à Coordenadoria de Orientação Educacional (COE), e não havia o Departamento de Serviço Social, implementado no ano seguinte, que data da chegada dessa coordenadora (CSS) à Instituição. *Em 1990 quando eu fui transferida do Norte (Ministério do Interior de Roraima) para o estado do Ceará eu vim para a Legião Brasileira de Assistência (LBA) que foi extinta e depois para a educação em 1991* (CSS, ABRIL, 2016). Então, a Coordenadora e uma equipe (três assistentes sociais e a colaboração de uma estagiária do curso de Serviço Social) iniciaram o processo de implementação desse serviço em agosto de 1991. Na apresentação do Projeto de Implantação do Serviço Social (1991, p. 4), existe a seguinte justificativa:

O momento atual nos é favorável ao redirecionamento das ações deste setor, dado o seu fortalecimento técnico e principalmente levando-se em conta que, com o decorrer do tempo, há uma tendência de massificação dos problemas decorrentes de fatores sócio-econômico do educando.

Observa-se a preocupação de que esse setor seja implementado já apontando, para a expansão e acesso de um maior número de alunos, como também sinaliza para o fato de que haveria à frente profissionais qualificados para o acompanhamento desse corpo discente durante o curso, que crescia a cada ano. Nesse projeto (1991, p. 6), os objetivos especificados foram:

Atender os educandos nos seus aspectos psicossocial e econômico, favorecendo assim um aprendizado de forma integral;
Ajudar os educandos a encontrar o caminho para a obtenção de suas satisfações pessoais e sociais de forma independente e

Criar condições para que os alunos formem uma consciência crítica sobre a importância do seu papel profissional na transformação da sociedade.

Percebe-se nesses objetivos um cuidado com a formação integral dos discentes visando à conscientização crítica e à transformação da sociedade. Esses aspectos estão na Legislação Brasileira: CF (BRASIL, 1988), LDB nº 9.394 (BRASIL, 1996) e nas teorias Histórico-Crítica e Libertadora, de Paulo Freire, que defendem uma formação política, abrangendo a autonomia e a cidadania para a transformação social.

Ainda sobre o projeto retrocitado, é importante enfatizar qual era a sistemática de operacionalização que alicerçava o serviço social proposto: Relação Escola-Família, que era a área primordial do projeto, tendo o acompanhamento sistemático das atividades desenvolvidas (observações, relatórios, reuniões e análise de documentos, encaminhamentos, entrevistas, visitas domiciliares, dentre outros) e a avaliação de todos os eventos realizados (palestras, seminários, campanhas dentre outros). Outro fator que merece destaque são as atividades que o Serviço Social deveria desenvolver junto com os demais departamentos:

Quadro 3 – Atividades do Serviço Social no Projeto - Implementação do Serviço Social na Escola Técnica Federal do Ceará

Executar a política de assistência estudantil.
Assistir os alunos carentes.
Executar os programas de bolsas de estudo e/ou de trabalho.
Promover a integração da Escola Técnica Federal do Ceará com outras instituições de ensino.
Realizar levantamento sócio-econômico relativo ao corpo discente da escola, visando a uma atuação preventiva de problemas sociais a nível individual e comunitário.
Orientar o grêmio livre da escola.
Atender alunos com problemas sócio-econômicos e psicológicos, que interferiram no seu rendimento escolar.
Encaminhar às instituições especializadas os alunos que necessitam de assistência.
Atender o grupo familiar do aluno em suas dificuldades, em casos específicos.

Fonte: Projeto (1991, p. 9). Elaboração própria (2016).

Após a criação desse setor na Instituição, iniciava-se uma mudança nos modos de acompanhamento dos estudantes, fato que pode ser atribuído à formação dos profissionais na área do Serviço Social, cujo objetivo desse curso na Universidade Estadual do Ceará²⁴ é

Formar Assistentes Sociais capazes de intervir no contexto das desigualdades sociais, resgatando e potencializando a dimensão humano social dos sujeitos coletivos, com vistas à transformação das relações sociais, sobrelevando o sentido emancipatório da tecnologia no processo de desenvolvimento sustentável.

²⁴ Disponível em <<http://www.uece.br>>. Acesso em fevereiro de 2016.

Observa-se que os aspectos desse objetivo do curso estão na fala da CSS (ABRIL, 2016), quando se referiu ao papel do assistente social no IFCE *Campus* Fortaleza. Portanto, se faz relevante mencionar:

Tudo o que a gente faz é caminhando para que o ensino se desenvolva. As assistentes sociais estão nesse instituto para fazer com que o aluno permaneça na escola que possam concluir seus cursos, ser um cidadão reconhecido na sociedade e que possam se engajar no mercado de trabalho. E qual o papel do serviço social? O papel do serviço Social é dá esse apoio através da assistência estudantil ao aluno e à família e que ele possa concluir seu curso. (CSS - ABRIL, 2016).

Em outro momento da conversa, a Coordenadora fez também uma reflexão que colabora com o assunto do papel e dos desafios do assistente social no cotidiano de sua função, retratando um conjunto de elementos que mostram o funcionamento desse setor:

Aqui nós temos um índice de controle para liberar os auxílios ai pegamos o histórico e tem reprovado, reprovado então não pode receber auxílios, encaminhamos para a psicologia (com duas reprovações) e a psicologia fica lotada de alunos para saber qual a causa da reprovação. Porque eles perdem os auxílios e muitas vezes a gente fica de mãos atadas porque muitas vezes estamos tirando o auxílio de um aluno carente que precisa, então é muito complexo o trabalho do assistente social é muito complicado porque você precisa conhecer a fundo para chegar a um parecer. Muitas vezes um aluno relata que a causa é a greve e quem causou a greve? Foi a situação do país. Eles tiveram culpa? Nenhuma. Os professores passaram 3 meses de greve e quando os alunos voltaram estavam desestimulados e foram reprovados porque eles vão empurrar matéria, matéria, matéria e os alunos não acompanham. Está precisando encaminhar esses índices para o departamento de ensino para que eles compreendam essas coisas. (CSS - ABRIL, 2016).

O trabalho antes era realizado por profissionais da Instituição que não tinham a formação específica. Em 1997, o setor de Serviço Social foi vinculado à Extensão e funcionava apenas com a coordenadora e uma técnica, ambas do Serviço Social, que iniciaram uma batalha para concurso público e reconhecimento do setor²⁵.

*Então eu comecei um trabalho de formiguinha e tinha poucos assistentes sociais, uma que hoje é pró-reitora de extensão e na época era Escola Técnica, na época muito conceituada mais que atualmente porque essas crises todas banalizaram a educação no país todo e agente começou a fazer um trabalho para implementação do setor porque todo o trabalho desenvolvido de assistência ao estudante era feito pelo gabinete do diretor e passou a ser feito **pela equipe multidisciplinar que ainda não era coordenação que era a pedagoga, duas assistentes sociais e uma psicóloga.***

²⁵ Em 1997 nós implantamos aqui o serviço social apenas com uma assistente social, uma diretora, e uma coordenadora sem cargo e gratificação. Então começamos a batalha para conseguirmos a gratificação e ter concurso na área para formar a equipe. Veio uma assistente do MEC para cá só que ela já veio perto de se aposentar ela passou aqui um ano e meio e se aposentou. Fiquei só novamente. No primeiro concurso (antes de 1996, não lembro a data) foram aprovados, mas foram contratados pelo INSS. No seguinte, em 1996, teve alguns contratados passaram duas assistentes sociais uma ficou no campus de Fortaleza e a outra para Maracanaú. (CSS -ABRIL, 2016).

Sempre existiu psicólogo aqui não como psicólogo clínico ou escolar, mas psicólogo contratado como professor, mas atuando na equipe multidisciplinar. Essa equipe fazia todo o trabalho de assistência estudantil então a gente fazia projetos com os pais, com a comunidade e com os alunos. (CSS - ABRIL, 2016). (Grifou-se).

Dentre os projetos elaborados pelo setor, em 1991, se enfatizam Projeto Bolsa Trabalho, que teve como objetivo ensinar ao aluno o desenvolvimento de atividade remunerada compatível com sua formação, contribuindo, também, para a melhoria da qualidade da Educação Tecnológica, por via do maior relacionamento teoria e prática. Tinha como critério de seleção a condição socioeconômica e o rendimento escolar, e funcionava em parceria com empresas, recebendo o aluno a metade de um salário-mínimo.

Outro projeto que chama atenção no mesmo ano é “Assistência Social Suplementar ao Estudante”, o qual objetivava garantir ao aluno de baixo poder aquisitivo o acesso à assistência, transformando a busca individualizada numa oportunidade de contribuir com a formação de sua consciência crítica. Os auxílios ofertados eram: fardamento, medicamento, auxílio-transporte, atendimento em serviços especializados, material escolar, concessão de óculos e outros.

No tocante à formação educacional profissional do corpo discente, ressalta-se um projeto -“Seminário de Orientação Ocupacional” - implementado em setembro de 1992 e que teve como objetivo dar subsídios aos alunos de P-VI para enfrentarem o mercado de trabalho. A frequência era obrigatória, como também era um seminário destinado a todos os alunos²⁶.

Um ponto muito relevante mencionado na conversa com a CSS (ABRIL, 2016) foi relacionado à formação do assistente social, se reportando à dimensão acadêmica de grupo de estudo e produção de artigos em detrimento da falta de tempo pela grande quantidade de alunos no *campus*, e foi apresentado como um fator impactante no funcionamento e melhor aproveitamento dos dados disponibilizados no setor:

Agora a nossa equipe do serviço social é tão mínima que a gente não consegue sentar para estudo, escrever artigo academicamente, precisa. Quando cheguei aqui em 1991 toda sexta-feira à tarde a orientadora pedagógica e outros professores sentávamos e tínhamos o Grupo de Estudo da Educação era distribuído textos, analisados dava o parecer e elaborávamos projeto para nosso trabalho. Mas a gente não pode comparar em 1991 com 500 alunos e hoje a gente tem ensino médio, ensino técnico, ensino superior (tecnológico, licenciatura e bacharelado) e pós-graduação, então é muita coisa. Uma instituição que cresce, mas não olha a base, podemos criar mais um curso se não damos conta dos que já tem? (CSS - ABRIL, 2016).

²⁶ Juntamente com a indicação dos projetos mencionados elaborados pelo setor de Serviço Social em 1991, foram localizados: “Acompanhamento às Atividades dos Representantes de Turma”, “Integração Escola-Família”, “Supervisão de Estágio”, “Caracterização Sócio-Econômica”, “Atendimento Odontológico” e “Atendimento Médico”.

Observa-se que há uma conscientização da importância da formação continuada dos profissionais, como também que esses projetos citados abrangem não só a dimensão econômica, referindo-se somente aos auxílios, mas também se percebe uma preocupação de acompanhamento da formação desses alunos e sua inserção no mercado de trabalho. Atualmente, a assistência estudantil no *Campus* Fortaleza é vinculada à Extensão. Segundo conversa informal com a coordenadora, a equipe multidisciplinar é composta por todos os profissionais citados no Regulamento da Política de Assistência Estudantil do IFCE (2015, p. 4) da seguinte maneira:

Art. 7º - cada campus terá equipe multidisciplinar mínima constituída por pedagogo, assistente social, psicólogo, enfermeiro e nutricionista.

Parágrafo único - será considerada equipe completa, no campus, quando houver cargos preenchidos por profissionais provenientes das seguintes áreas:

I - assistente social; II - educador físico; III - enfermeiro, IV - médico, V - nutricionista, VI - odontólogo, VII – pedagogo, IX - assistente de aluno e X - técnico em assuntos educacionais.

De acordo com a fala da coordenadora, há uma peculiaridade do *Campus* Fortaleza que é o fato de não existir Coordenadoria de Assistência Estudantil, e essa equipe, embora completa, referindo-se ao Regulamento mencionado, pertence a Coordenadorias distintas:

A equipe é formada por psicólogos, assistente social, pedagogo, odontólogo, médico e enfermeiro é uma equipe completa como rege o regulamento, mas todos pertencem a uma coordenadoria e não existe um departamento de assistência estudantil. Coordenadoria de Serviço Social, Coordenadoria de Saúde, Coordenadoria de Orientação pedagógica, Coordenadoria de Estágio, Coordenadoria de Incubadora, que pertencem a Extensão e forma todo o núcleo de apoio ao ensino. (CSS - ABRIL, 2016).

No governo de Luís Inácio Lula da Silva “Lula” (2000), houve a expansão do ensino tecnológico em todo o País e foram ofertadas vagas para o Serviço Social em todos os *campis* do IFCE. São 44 assistentes sociais - seis são lotadas no *Campus* Fortaleza e somente duas não trabalham com a assistência estudantil e estão lotadas na Reitoria. Há *campis* com poucos alunos e não tem como justificar para o Ministério da Educação concurso para esse local, pois depende da demanda. Pela lei, são cerca de 500 alunos para cada assistente social. A escola foi passando para Centro Federal e depois para Instituto e hoje tem na Coordenadoria de Serviço Social: duas assistentes sociais, dois psicólogos, três estagiárias do Serviço Social - duas colaram grau e não podem mais ser estagiárias -, portanto, existe apenas uma estagiária (CSS, ABRIL, 2016).

No ano de 2016, além do Regulamento da Política de Assistência Estudantil do IFCE (CEARÁ, 2015), tendo como embasamento o PNAES (BRASIL, 2010), foi criada, também à luz desse documento, a Resolução CONSUP/IFCE nº 008/2016, que aprovou o RAE, com o objetivo geral de especificar todos os auxílios, seu funcionamento e concessões, especificando também a incumbência do Serviço Social, dentre outros. No 4º artigo do RAE (2016, p. 2), o Programa de Bolsa Permanência (PBP)²⁷ tem por objetivos:

- I. viabilizar e/ou ampliar as condições de permanência e apoio à formação acadêmica, no curso de graduação, de estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica, em especial, os indígenas e quilombolas, visando a minimizar os efeitos das desigualdades;
- II. reduzir custos de manutenção de vagas ociosas em decorrência de evasão estudantil;
- III. colaborar para que os discentes concluam sua formação acadêmica no tempo regular e
- IV. promover a democratização do acesso ao Ensino Superior, por meio da adoção de ações complementares de promoção do desempenho acadêmico.

Merece destaque a concessão da Bolsa Permanência com a condição de que os estudantes devem cumprir, conforme descrito no art. 9º do supracitado Regulamento (RAE, 2016, p. 4-5):

- I. possuir renda familiar per capita não superior a um salário mínimo e meio;
- II. estar matriculado em cursos de graduação com carga horária média superior ou igual a 5 (cinco) horas diárias;
- III. não ultrapassar dois semestres do tempo de integralização do curso de graduação em que estiver matriculado e
- IV. ter seu cadastro devidamente aprovado e, mensalmente, homologado pela DAE/Reitoria, no âmbito do sistema de gestão do Programa²⁸.

Parágrafo único - O disposto nos incisos I e II não se aplica aos estudantes indígenas ou quilombolas.

Sobre as definições das modalidades dos auxílios, são mostrados os seguintes tipos nesse documento (2016, p. 2, 3 e 4):

²⁷ Art. 5º - A Diretoria de Assuntos Estudantis (DAE)/Reitoria é responsável pelo Programa Bolsa Permanência, no âmbito do IFCE. (RAE, 2016, p. 2).

²⁸ Os estudantes devem acessar o sistema eletrônico no site <www.bolsapermanencia.mec.gov.br> para realizar os procedimentos designados e preenchimento de formulários.

I. moradia, II. alimentação, III. transporte, IV. óculos, V. Proeja²⁹, VI. visitas/viagens técnicas, VII. acadêmico (a. de ensino, pesquisa e extensão; b. socioestudantis e c. de desporto e cultura), VIII. didático-pedagógico, IX. discentes mães/pais, X. formação e XI. Pré-embarque internacional.

Outro fator pesquisado no RAE (2016, p.10), que se julga importante mencionar, é a manutenção da Bolsa Permanência especificada no artigo 20:

I. estar matriculado e cursando, no mínimo, 12 (doze) créditos por semestre, exceto nos casos em que o *campus* deixar de ofertar;;
 II. estar matriculado e cursando disciplina de estágio obrigatório, se considerado concludente;
 III. ter frequência e rendimento satisfatório a cada semestre letivo, de pelo menos, 75% e 100%, respectivamente, nas disciplinas nas quais estiver matriculado e
 IV. ter 100% de aprovação das disciplinas matriculadas, nos casos específicos de matrícula de menos de 12 créditos.

Em anexo, o RAE (2016) traz os seguintes modelos: Declaração de responsabilidade das informações prestadas pelo discente menor de idade, Edital de seleção de auxílios aos estudantes, Declaração de renda, Modelo de orçamento para óticas, Modelo de orçamento para auxílio didático-pedagógico, Plano de formação - auxílio formação, Relatório semestral para preenchimento pelos responsáveis pelas atividades/projetos/laboratório, Lista de frequência - auxílio formação, Formulário para prestação de contas dos auxílios, visitas e viagens técnicas e acadêmico, Formulário socioeconômico, Formulário para interposição de recurso relativo ao resultado da solicitação de auxílios.

Após o estudo desses documentos e de fragmentos citados, se percebe a importância dos recursos humanos que vão analisar a documentação e os procedimentos de entrevistas desses alunos, tanto para o acesso à bolsa e, sobretudo, durante a sua permanência, pois, além de não se dispor de recursos que abrangem todos os que necessitam ocorrem fatos transcendentais aos alunos e que podem ocasionar desmotivação, levando-os à reprovação e até mesmo à evasão, exemplificando a greve, problemas familiares diversos, uso de drogas, perda de algum parente, dentre outros. Esse assunto foi também mencionado na conversa informal com a coordenadora no IFCE - *campus* Fortaleza:

Muita gente critica que é assistencialismo, mas vem pra cá senta e escuta a história dos alunos. Aluno que vem lá de Caridade somente com a farda, uma blusa e calça jeans a gente investiga e ver como vai dá os auxílios ai ele aluga um quitinete com mais 3 alunos e ai ele passa 4 ou 5 anos e se promove porque já saiu aluno daqui para todo tipo de emprego bom como para universidades até para o sul do país, saindo daqui do campus Fortaleza. (CSS - ABRIL, 2016).

²⁹ “Subsidia aos discentes do programa de Educação de Jovens e Adultos, sobretudo, em seus deslocamentos, durante os meses letivos”. (RAE, 2016, p. 3).

Ficou evidente a importância desses auxílios para a permanência dos alunos na Instituição até o fim do curso, porque há muitos problemas em relação à permanência na Instituição e muitas vezes não há como concluir o curso pela carência socioeconômica. Esse posicionamento foi também abordado nos achados da Dissertação de Mestrado de Menezes (2012, p. 104), quando os seus três entrevistados ressaltaram sobre a contribuição da bolsa:

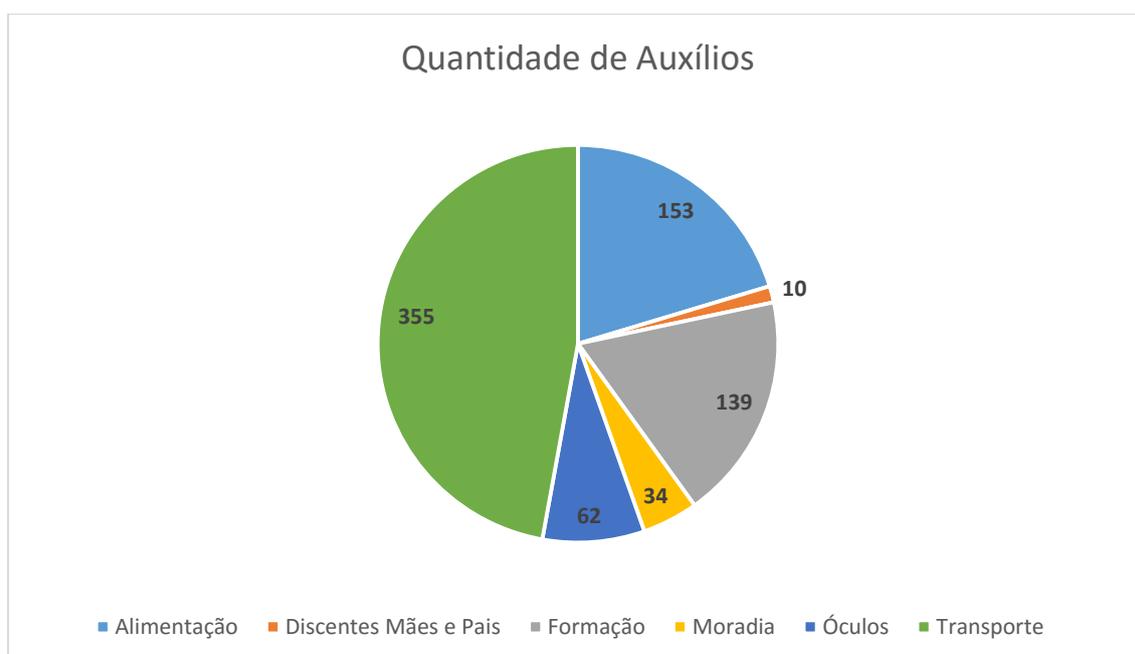
Primeiro porque eu pude... não ter que ter um trabalho. Coisa que para mim não teria condições nenhuma, né? Além da iniciação científica, mas assim... além da iniciação não teria como eu ter outro trabalho e fazer Física.

Foi essencial... porque eu acho que... não sei como eu faria. Acho que eu teria que me virar muito mais pra manter a faculdade. Ainda mais no começo.

Ela auxiliou... o fundamental... pra tirar xerox, se tem algum projeto cultural que não dá pra fazer. Auxiliou também no estágio, auxilia na impressão de trabalho... essas coisas. Xerox, compra do livro também. Você até consegue também separar uma parte do dinheiro pro livro.

Com o intento de ilustrar alguns dados referentes aos auxílios concedidos pelo IFCE- *Campus* Fortaleza, na sequência são mostrados dois gráficos com elementos sobre os anos de 2014 e 2015.

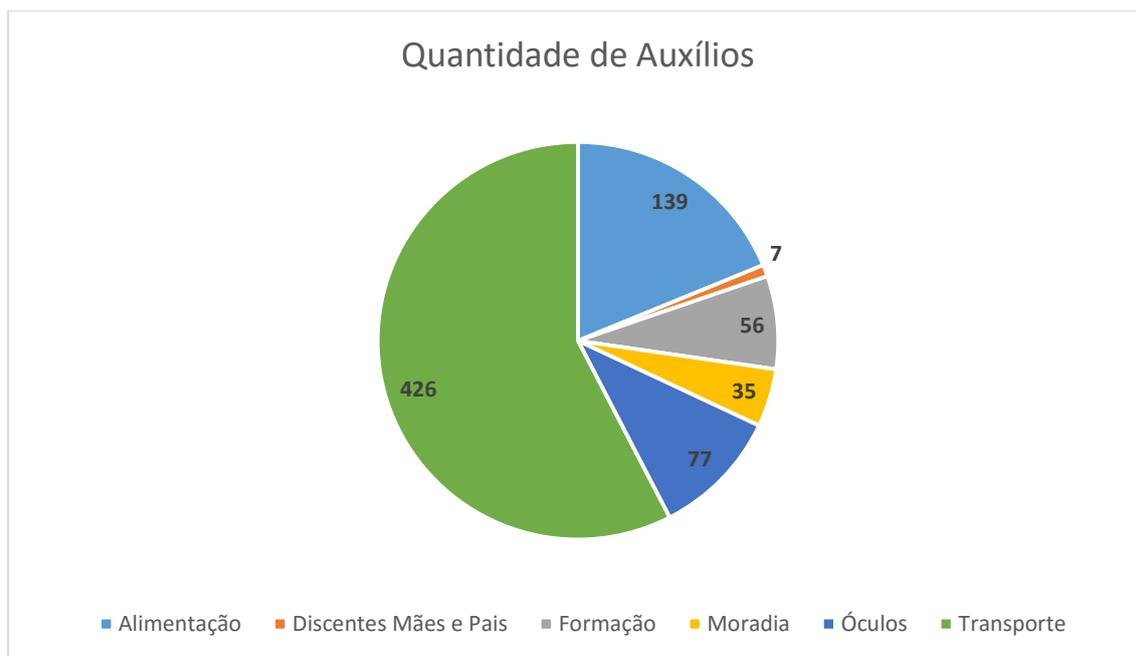
Gráfico 1 – Número de Auxílios Concedidos aos Discentes da Educação Superior em 2014.



Fonte: Diretoria de Extensão – DIREX – IFCE – *Campus* Fortaleza. Elaboração própria (2016).

Em primeiro lugar, o auxílio-transporte foi o mais requisitado, fato que leva ao pensamento de que muitos estudantes residem fora do bairro da Instituição. A alimentação está em segundo lugar, e o que chamou atenção foi o fato de o terceiro lugar ser destinado à formação. No ano seguinte, 2015, o levantamento dos auxílios revelou os seguintes dados:

Gráfico 2 – Número de Auxílios Concedidos aos Discentes da Educação Superior em 2015.



Fonte: Diretoria de Extensão – DIREX – IFCE – *Campus* Fortaleza. Elaboração própria (2016).

Realizando uma comparação nos dois gráficos, no de 2015, o auxílio-transporte continuou liderando, mas com uma diferença a maior de 71 auxílios. Alimentação ficou em segundo, pois teve uma redução de 14 auxílios e, no auxílio-formação, houve uma declinação de 83 auxílios.

Sobre esse último auxílio, é importante ressaltar este fragmento da conversa informal realizada no dia 25 de abril de 2016, com o Diretor da Extensão do *Campus*, identificado por *DE*:

O programa Formação foi originado do chamado Bolsa de Trabalho. O que era a bolsa de trabalho? Você pegava o aluno e colocava em qualquer setor da instituição, inclusive setor administrativo, burocráticos enfim com o PNAES isso foi mudado, ou seja, não pode mais existir a bolsa de trabalho tendo em contrapartida o trabalho. A ideia do PNAES é diferente. Então o IFCE trabalha agora com o auxílio formação e o aluno não trabalha ele participa dentro de um setor da instituição ligado ao ensino, algum laboratório, ligado a pesquisa ligado à formação dele por isso se chama auxílio formação. Então um aluno da área de Eletrotécnica pode ser um bolsista de auxílio formação desde que ele vá fazer atividades em um laboratório que tenha a ver

com a formação dele. No caso de eletrotécnica ele vai para um que tem a ver com eletrotécnica, de mecânica para um laboratório, setor ou local que tenha a ver com mecânica. Informática, Química da mesma forma. O auxílio formação tem como objetivo o aluno fazer atividades de acordo com seu curso, portanto, relacionado ao processo de ensino e aprendizagem (DE - ABRIL, 2016).

Ainda sobre esse auxílio, enfatizou aspectos da atuação docente:

A atuação docente entra na orientação, o professor vai desenvolver as atividades com os alunos. Por exemplo numa demonstração de experiência em um laboratório o professor acompanha o aluno para que esse momento lhe sirva de aprendizado. O coordenador do curso e o professor tem um perfil de cada laboratório de quais são as atividades a serem desenvolvidas. Então os alunos serão lotados de acordo com o perfil do laboratório e do aluno levando em conta o seu curso. Por exemplo – um aluno de informática ou engenharia da computação (técnico ou superior) pode desenvolver as atividades no suporte de informática. O aluno da área de eletrônica ela irá montar circuito, auxiliar o professor em outras atividades dentro do laboratório.

Os professores são os concursados de cada departamento e que estão lotados com aulas nos laboratórios. São disciplinas que exigem parte teórica e prática e que podem ser ministradas pelo mesmo professor ou em outra situação um trabalha a parte teórica e outro a prática. (DE -ABRIL, 2016).

Em outro percurso da conversa com a coordenadora do IFCE, *campus* Fortaleza, ela se reportou também ao benefício, os auxílios contribuíam para a melhoria de vida desses alunos que concluem o curso:

[...] eles chegam aqui e dizem professora (porque tem a mania de chamar todo mundo de professora) professora passei no ITA, professora passei no IME, professora passei na Petrobrás, professora passei na USP. Por causa do ENEM os alunos fazem inscrição para São Paulo e outros e passam. O ensino está tão bom como já foi, mas precisa melhorar. Estava assistindo a uma palestra e ele estava falando da mudança que vai haver em toda estrutura do ensino do pré-escolar até o superior - a reforma curricular - isso estava precisando mesmo. (CSS - ABRIL, 2016).

A CSS finaliza sua fala, apontando para a qualidade do ensino e da proposta de mudança curricular como um jeito positivo de melhoria da educação, aspecto que remete, também, à reflexão sobre o processo de ensino-aprendizagem, que tem como sujeitos diretamente envolvidos os docentes e os discentes. Será o próximo item abordado, compreendendo aspectos da atuação docente na formação dos discentes.

2.3 Atuação Docente na Formação Profissional dos Discentes

A atuação docente em sala de aula ou nos demais espaços onde se desenvolvem sua prática e saberes depende de sua formação acadêmica, das subjetividades individuais e das

relações sociais, isto é, das escolhas que o constituem como profissional e ser humano. As múltiplas experiências originadas dessas escolhas edificam seu processo identitário de profissional da docência que, por conseguinte, serão externalizadas no decorrer da formação dos discentes. A identidade não é imutável, pois se constitui de maneira histórica e situada pelo sujeito e, na docência, é expressa “como um espaço de construção de maneiras de ser e de estar na profissão” (NÓVOA, 1995, p. 34), e contribuindo com essa perspectiva Arroyo (2000, p. 27), enfatiza que

levamos para casa as provas e os cadernos, o material didático e a preparação das aulas. Carregamos angústias e sonhos da escola para casa e da casa para a escola. Não damos conta de separar esses tempos porque ser professoras e professores faz parte de nossa vida pessoal. É o outro em nós.

Com suporte nessas concepções, enfatiza-se, portanto, a relevância de uma formação docente de qualidade que dê suporte para o docente desenvolver suas atividades e fazer as intervenções necessárias nas situações cotidianas surgidas no decorrer de sua prática docente. Assim, a docência requer uma formação específica que exige saberes para sua atuação profissional. Consoante Saviani (1996, p.146), “os saberes que determinam a formação do educador são, por certo, aqueles saberes que correspondem à natureza própria da educação”.

A Educação pode ser concebida abrangendo a dimensão não formal, que se refere às aprendizagens adquiridas antes de a criança adentrar a escola (família, grupo esportivo, religioso, dentre outros) e Educação Formal, na perspectiva sistematizada, mediante os conteúdos científicos trabalhados nas instituições escolares. Libâneo (2001, p 3,) salienta que

um dos fenômenos mais significativos dos processos sociais contemporâneos é a ampliação do conceito de educação e a diversificação das atividades educativas, levando, por consequência, a uma diversificação da ação pedagógica na sociedade. Em várias esferas da prática social, mediante as modalidades de educação informais, não-formais e formais, é ampliada a produção e disseminação de saberes e modos de ação (conhecimentos, conceitos, habilidades, hábitos, procedimentos, crenças, atitudes), levando a práticas pedagógicas.

No decorrer do processo histórico educacional, ancorada em teorias, a Educação assumiu várias concepções que alicerçam as práticas docentes. Dentre elas, estão as tendências pedagógicas³⁰ que apontam não somente para conceitos de Educação, mas também para

³⁰ Sobre esse assunto, indicam-se os estudos de SAVIANI, Dermeval. *Escola e democracia* e LIBÂNEO, José Carlos. *Democratização da Escola Pública*. (Veja nas Referências desta pesquisa a bibliografia completa).

aspectos que delimitam a função da escola, como se processa o ensino-aprendizagem, a formação de ser humano e o tipo de sociedade que se almeja.

Ilustrando esse contexto, enfatiza-se a Teoria Positivista, em que a Educação, mediante a tarefa de correção, tem como função a equalização social, sendo entendida como um mecanismo que supera diferenças e desigualdades (SAVIANI, 1989). Como originárias dessa teoria, Libâneo (1990) enfatiza quatro tendências pedagógicas: Tradicional (foco no ensino), Renovada Progressivista e Renovada não Diretiva (foco na aprendizagem) e Tecnicista (foco na tecnologia educacional), que formam o grupo das Tendências Liberais que, ao contrário, não se fundamenta na democratização, mas sim na justificação da sociedade capitalista.

Dicotômica a essa concepção, na teoria Histórico Crítica, a Educação busca trabalhar no sentido de articular o conhecimento sistemático, concepções prévias dos alunos, cultura e espaço, buscando compreender a realidade social onde a escola está inserida e formar um sujeito crítico. Nessa teoria Libâneo (1990) aponta três tendências pedagógicas: Libertadora, Libertária e Crítico Social dos Conteúdos que priorizam o processo de ensino-aprendizagem e a realidade em que está inserido.

No processo educacional, o docente representa papel importante na formação do discente, por ser o mediador entre os conteúdos e a aprendizagem. Ele atua como um sujeito que pode ou não ajudar na transformação da sociedade, e isso dependerá de suas escolhas e experiências no âmbito social e a sua formação docente, isto é, com qual “lente” teórica e prática ele concebe a Educação e a formação do discente.

O vocábulo “educar” se origina do latim – da preposição “e” (indica um ponto de partida, um movimento de dentro para fora) e do verbo “ducere” (significa conduzir, levar), no processo de ensino-aprendizagem o ato de educar se embasa na relação docente e discente que trazem consigo suas identidades e histórias de vida, mas precisam saber conviver no mesmo espaço, respeitando essas diferenças.

Desse modo, a formação continuada se faz imprescindível para que o docente possa acompanhar o processo histórico de mudanças e proporcionar qualidade à formação dos discentes. Destaca-se a dimensão reflexiva no entendimento de Schön (1995), Pimenta (1999) e Nóvoa (1992) que enfatizam a necessidade de formar docentes reflexivos que possam articular teoria e prática conduzidos pela ação-reflexão na e sobre a ação.

Para que a Educação seja de qualidade, o campo da docência exige um profissional específico que requer saberes especializados, pois seu trabalho é constituído de relações

humanas. No quadro a seguir, são ilustrados estudos de autores que distinguiram e se dedicaram ao estudo dos saberes docentes:

Quadro 4 – Saberes Docentes

Tardif, Lessard e Lahaye (1991)	Pimenta (1999)	Gauthier et al (2006)	Saviani (1996)
1. Saberes da formação profissional	1. Saberes da experiência	1. Saberes disciplinares	1. Saber atitudinal
2. Saberes das disciplinas	2. Saberes do conhecimento	2. Saberes curriculares	2. Saber crítico contextual
3. Saberes curriculares	3. Saberes pedagógicos	3. Saberes das ciências da educação	3. Saber específico
4. Saberes da experiência		4. Saberes da tradição pedagógica	4. Saber pedagógico
		5. Saberes experienciais	5. Saber didático curricular
		6. Saberes da ação pedagógica	

Fonte: Adaptado de Tardif, Lessard e Lahaye (1991), Pimenta (1999), Gauthier et al (2006) e Saviani (1996).
Elaboração própria (2016).

Com base nessas categorias, embora tenham especificidades em suas tessituras, pode-se observar que todos têm em comum a relevância da formação docente como um sujeito que precisa se apropriar de saberes primordiais que alicerçam a prática docente. Assim, “a relação dos docentes com os saberes não se reduz a uma função de transmissão dos conhecimentos já constituídos, (pois) sua prática integra diferentes saberes, com os quais o corpo docente mantém diferentes relações”. (TARDIF, LESSARD e LAHAYE, 1991, p. 218).

Outro assunto necessário de ser expresso relaciona-se às competências docentes, isto é, dimensões mais amplas que abrangem os saberes mencionados. Além desses autores, tem destaque Rios (2006), que ressalta as dimensões técnica, estética, política e ética.

Na primeira dimensão, *técnica*, se agrega a capacidade de lidar com os conteúdos, conceitos, comportamentos e atitudes, e a habilidade de os construir e reconstruir com os discentes; de teor *estético* está relacionada à sensibilidade e orientação numa perspectiva criadora; de feição *política* compreende a participação na elaboração coletiva da sociedade e ao exercício de direitos e deveres; e a dimensão *ética* refere-se à orientação da ação fundada no princípio do respeito e da solidariedade, na direção da realização de um bem coletivo (RIOS, 2006).

Vale ressaltar que se considera a dimensão ética sustentáculo para as demais, consoante Vásquez (2008, p. 23), pois “a ética é a teoria ou ciência do comportamento moral

dos homens em sociedade. Ou seja, é ciência de uma forma específica de comportamento humano”. Posteriormente, ressalta que “[...] as doutrinas éticas fundamentais nascem e se desenvolvem em diferentes épocas e sociedades como respostas aos problemas básicos apresentados pelas relações entre os homens, e, em particular pelo seu comportamento moral efetivo”. (VÁSQUEZ, 2008, 267).

A docência é situada e se desenvolve no fazer docente com as experiências e uso de todos os saberes que o constituem como sujeito que medeia o processo de ensino e aprendizagem e ajuda o discente a produzir conhecimento, transformando os saberes prévios em sistematizados. Com efeito, a formação docente, exige compromisso de permanente formação. Sobre esse assunto, Freire (2003, p. 28) destaca o fato de que

[...] a responsabilidade ética, política e profissional do ensinante lhe coloca o dever de se preparar, de se capacitar, de se formar antes mesmo de iniciar sua atividade docente. Esta atividade exige que sua preparação, sua capacitação, sua formação se tornem processos permanentes. Sua experiência docente, se bem recebida e bem vivida, vai deixando claro que ela requer uma formação permanente. Formação que se funda na análise crítica de sua prática.

É importante também frisar que, para se obter uma educação de qualidade, além da formação docente permanente, fazem-se necessário planos e cargos de carreira, valorização para os profissionais da educação, infraestrutura, recursos financeiros e políticas educacionais que proporcionem condições favoráveis para a formação discente humana e técnica, formando o cidadão apto a ingressar no mercado de trabalho e a se posicionar perante a sociedade como sujeito ativo.

O próximo tópico será destinado à apresentação dos resultados das entrevistas aplicadas com a equipe multidisciplinar que trabalha com a assistência estudantil (assistente social, pedagoga e psicóloga). Seguem-se as entrevistas com os docentes.

3 PESQUISA DE CAMPO - ANÁLISE DAS ENTREVISTAS REALIZADAS NO IFCE – CAMPUS FORTALEZA

Neste segmento, estão os resultados das entrevistas realizadas com as integrantes da equipe multidisciplinar que trabalha com a Assistência Estudantil (Cf. APÊNDICES A e B) e com os docentes do Ensino Superior (Cf. APÊNDICE C). As falas desses profissionais se tornam relevantes, pois trazem suas percepções e experiências acerca das atividades desenvolvidas no cotidiano em que há ações referentes à Assistência Estudantil.

Essas falas revelaram um pouco dos desafios e possibilidades enfrentadas por essas profissionais e os docentes para resolução de situações que surgiram nas relações humanas envolvendo discentes, docentes, momentos em que precisaram recorrer às suas competências técnica e ética para buscar as melhores possibilidades de resolução. Com efeito, essas falas enriqueceram esse trabalho e permitiram uma reflexão que pode se aproximar ou se distanciar do que regem a base legal e as pesquisas sobre o assunto.

3.1 Entrevistas com Integrantes da Equipe Multidisciplinar que Trabalha com a Assistência Estudantil

Os sujeitos integrantes da equipe multidisciplinar entrevistados foram a assistente social, identificada por *A1*, especialista em Gestão de Organizações Sociais pela Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA) e trabalha na Instituição desde 2009; a pedagoga - *P1* - é especialista em Psicopedagogia pela UECE e iniciou suas atividades em 2010; e a psicóloga - *P2* - é mestra em Psicologia pela Universidade de Fortaleza (UNIFOR), e também ingressou na Instituição em 2009. A entrevista foi efetivada no dia 16/06/2016. Em seguida, foram concluídas as entrevistas individuais com cada participante da equipe³¹.

3.1.1 Entrevista Coletiva com a Assistente Social, a Pedagoga e a Psicóloga

O roteiro de entrevista foi organizado em dois blocos de questões direcionadas à Dimensão Institucional e à Estrutura Física do *campus* Fortaleza, sempre tendo como eixo articulador central a Assistência Estudantil. Como esta entrevista ocorreu no mesmo dia das entrevistas individuais de cada participante da equipe, decidiu-se por trabalhar também com

³¹ Conforme nota 14.

uma equipe composta por quatro pesquisadoras³², responsáveis pela parte do roteiro – cada qual ou *per si* - na hora da realização da entrevista coletiva e das de caráter individuais.

Os primeiros questionamentos sobre a dimensão institucional da Assistência Estudantil foram direcionados à Coordenação, aos profissionais envolvidos, ao planejamento e desenvolvimento das atividades no cotidiano. As respostas sinalizaram que,

Aqui no Campus Fortaleza existe uma equipe e existe o trabalho, mas não uma coordenação específica. (P1).

A política determina que tem que ter uma equipe mínima para realizar as ações de assistência estudantil. Nós temos essa equipe mínima aqui no campus, mas eles não estão reunidos sob uma coordenação.

No caso, aqui em Fortaleza temos psicólogos, assistentes sociais, pedagogos, enfermeiro e dentista; serviços médicos e serviços de saúde. (A1).

Esse assunto sobre a composição da equipe foi mencionado, tanto com embasamento legal mediante o RPAE/IFCE (p. 45), como em depoimento da CSS (p. 44), porém é oportuno trazer à tona para comparação como a fala acima. Nesse documento, esclarece o art. 7º - cada *Campus* terá equipe multidisciplinar mínima constituída por pedagogo, assistente social, psicólogo, enfermeiro e nutricionista. Então, comparando com a fala de *AI*, percebe-se que ela acrescenta serviços, deixando claro que a equipe do IFCE - *campus* Fortaleza não é mínima. De outro ângulo, recuperando a fala da CSS (p. 44) sobre o assunto, exprimindo que a equipe era composta por

[...]psicólogos, assistente social, pedagogo, odontólogo, médico e enfermeiro é uma equipe completa como rege o regulamento, mas todos pertencem a uma coordenação e não existe um departamento de assistência estudantil. Coordenação de Serviço Social, Coordenação de Saúde, Coordenação de Orientação pedagógica, Coordenação de Estágio, Coordenação de Incubadora, que pertencem a Extensão e forma todo o núcleo de apoio ao ensino. (CSS - ABRIL, 2016).

Embora tanto *AI* como *CSS* não tenham mencionado todos os profissionais que constam no RPAE/IFCE³³, a equipe do IFCE - *campus* Fortaleza é caracterizada como completa, em relação a esse documento, entretanto os membros pertencem a setores diferentes, como ilustrado na fala da *CSS* e nas falas das entrevistadas integrantes da equipe. Outro elemento enfatizado pela *AI* reportou ao fato da inexistência de uma coordenação de Assistência Estudantil (também mencionado na fala da *CSS*). Essa peculiaridade do IFCE -

³² Conforme nota 14.

³³ No RPAE/IFCE, a equipe completa deverá ser composta por: I - assistente social; II - educador físico; III - enfermeiro, IV - médico, V - nutricionista, VI - odontólogo, VII – pedagogo, IX - assistente de aluno e X - técnico em assuntos educacionais.

Campus Fortaleza se relaciona ao seu processo histórico à estruturação do organograma institucional, como explicitado na fala anterior da CSS. Essa falta de uma coordenadoria específica dificulta o trabalho e o planejamento das ações de todos os membros da equipe multidisciplinar, como ilustrado a seguir

Com a assistência estudantil, por exemplo, a psicologia, o serviço social e o de saúde estão integrados à diretoria de extensão, mas a pedagogia está integrada à política de ensino. Porque, na composição da equipe mínima existe a presença de um nutricionista. Como a gente já havia falado, aqui no campus Fortaleza não existe uma coordenação para potencializar as ações. Os profissionais vão fazendo o que der. (A1).

O número reduzido de servidores também foi citado como fator que dificulta a realização do trabalho da equipe, como destacou a pedagoga:

Meu setor é um setor como o das meninas, deficitário. Temos 7 mil alunos, entre técnicos e professores, mais de mil funcionários e pouca gente pra atender. Meu setor, que é a coordenação pedagógica, é composta por 9 profissionais, sendo que 4 não são pedagogos e 5 são. Dos 5, 2 são técnicos formados em pedagogia, mas pedagogos mesmo, efetivos, só são 3 com cargos concursados. Nós temos duas professoras, dois técnicos e um auxiliar. Os técnicos assumem a função de pedagogos, embora não sejam contratados para área. Eles têm formação, mas realizaram concurso para nível médio, então não deveriam assumir a função, mas acabam absorvendo as demandas. No meu setor, o pessoal pensa que tem muita gente trabalhando, mas nós não temos. Então, eles acham que a coordenação pedagógica não faz nada. Talvez o que a gente consegue fazer é muito pouco por conta de pouca gente que tem no setor e o trabalho acaba sendo absorvido ou sem ser visto. (P1).

A entrevistada no limiar de sua fala salienta que *temos 7 mil alunos, entre técnicos e professores, mais de mil funcionários* (P1), apontando para a relação desproporcional entre funcionários e discentes. Consequentemente, percebe-se interligação desse tema com a questão do espaço físico. Em relação aos servidores públicos, é oportuno destacar o ingresso por concurso público (antes era por indicação) como um avanço embora haja as desigualdades na concorrência. O quadro reduzido de servidores nos órgãos públicos é uma incógnita constante nas negociações entre governos e sindicatos, portanto, um desafio que necessita de políticas públicas orçamentárias e ser uma questão de prioridade para os governos.

Em relação ao espaço físico, ressalta-se, que especificamente no IFCE - *campus Fortaleza*, atualmente se torna comprometido pela oferta de vários cursos que foram se expandindo e aumentando significativamente o contingente de pessoas ao longo da história dessa Instituição, como mencionado.

Nas falas a seguir, as entrevistadas se expressam sobre as reuniões para o planejamento das ações de assistência estudantil,

Fazemos encaminhamentos, juntamente com os relatórios, até porque não temos tempo para nos reunir. (P1).

Os profissionais não se reúnem para as ações de assistência estudantil, trabalham em conjunto quando surgem as necessidades. Mas, assim, uma agenda sistemática desses setores interligados a gente não tem. (P1).

Quando foi indagado sobre um exemplo de situação que exige a necessidade de uma reunião da equipe, foi ressaltado que

Chega um aluno na coordenação pedagógica com algum problema, aí a gente recebe o aluno, conversa, faz um encaminhamento para o serviço social, caso haja necessidade. Ou seja, faz-se uma triagem e se encaminha para o serviço social, mas muitos vão para a psicologia. (P1).

A equipe destacou não existir aquele momento de reuniões para planejar as ações, para executar e avaliar com todos os setores envolvidos, mas cada setor faz as suas reuniões e, quando é do interesse de todos, são socializados os resultados. Na ocasião foi indagado sobre o estudo pessoal e/ou em grupo no concernente à formação continuada

Questão de estudo, a gente precisa se reunir pra estudar e trabalhar. Aí lá na CPP a gente tem os nossos momentos de estudo e estudamos leis, resoluções, pareceres. Porque apesar de ter essa divisão organizacional, todos recebem a demanda de trabalho do seu setor. [...] Então a gente tem esse momento na CPP, onde a gente fecha para atendimento, põe um aviso e vai estudar, mas isso se dá a partir da necessidade, não é sistematizado. (P1).

O estudo em grupo, com base na fala da *PI*, não tem um planejamento de rotina e acontece eventualmente. Considera-se mais um dado relevante que dificulta o trabalho pela ausência de discussões e reuniões que muitas vezes estabelecem o diferente na agilidade e qualidade dos atendimentos, de seus encaminhamentos a até na questão da burocracia das instâncias da organização estrutural das instituições. De outro ângulo, com base na fala a seguir, apresentadas na (p. 43), a situação era distinta

Quando cheguei aqui em 1991 toda sexta-feira à tarde a orientadora pedagógica e outros professores sentávamos e tínhamos o Grupo de Estudo da Educação era distribuído textos, analisados dava o parecer e elaborávamos projeto para nosso trabalho. (CSS - ABRIL, 2016).

A formação continuada revela-se um importante fator na qualidade, tanto da formação do profissional como no fazer suas atividades cotidianas. Consoante Libâneo (2004, p. 227), a formação continuada “é o prolongamento da formação inicial, visando o

aperfeiçoamento profissional teórico e prático no próprio contexto de trabalho e o desenvolvimento de uma cultura geral mais ampla, para além do exercício profissional”.

Complementando sua fala, a CSS faz um comparativo sobre aquela situação em 1991 e a de 2016, ressaltando que a causa das mudanças no modo de trabalho foi o crescimento acelerado da oferta de cursos na Instituição. Por conseguinte, o aumento elevado de discentes se tornou desproporcional ao número de servidores,

Mas a gente não pode comparar em 1991 com 500 alunos e hoje a gente tem ensino médio, ensino técnico, ensino superior (tecnológico, licenciatura e bacharelado) e pós-graduação, então é muita coisa. Uma instituição que cresce, mas não olha a base, podemos criar mais um curso se não damos conta dos que já tem? (CSS - ABRIL, 2016).

Centrando a pergunta na formação continuada pessoal de cada uma, manifestaram que

a questão da capacitação pessoal não é muito diferente, é cada um por si; interesse pessoal de cada um buscar as capacitações. (P1).

Isso é muito particular, de cada um, não tem essa ideia de nos reunirmos. No caso do Serviço Social, participamos há dois anos da Semana do Assistente Social. Mas algo que a gente receba incentivo da instituição, não. (A1).

Em consonância com essas falas, percebe-se que não há incentivo para esse fim, porém a psicóloga ressaltou a pós-graduação

Eu acho que tem o Programa de Pós-Graduação, que o IFCE investe uma parte. No caso, mestrado, especialização e etc., mas não sei como está isso agora (P1).

Na fala seguinte, a psicóloga traz seu exemplo, confirmando a possibilidade do incentivo da Instituição:

Existe. Mas não é decidido de antemão. O profissional identifica a sua necessidade de capacitação, vai por fora, tem que fazer uma seleção. Por exemplo, pra um curso de pós-graduação, eu fui contemplada com ajuda de custo pra fazer meu mestrado; eu fiz em uma Universidade particular. (P2).

Complementando essa fala, ela também enfatizou as dificuldades em relação a esse processo:

Fiz a seleção e depois que recebi o “aceite”, tive que conversar com a chefia pra saber se eu podia solicitar ajuda de custo e então autorizou. Então, existe uma fila de espera, por conta da quantidade de profissionais que querem e o orçamento é reduzido, e você fica aguardando. Quem já foi contemplado, passa um tempo distante;

não pode logo em seguida solicitar outro, pra tentar contemplar um maior número de servidores. (P2).

Sobre o tempo de trabalho e o tempo de estudo para os servidores que são contemplados com o afastamento do trabalho, para realizar o curso fora da cidade onde é lotado, a possibilidade de concretização com maior aproveitamento é superior à do servidor que precisa trabalhar e estudar simultaneamente, condição que sobrecarrega o profissional, interferindo na qualidade, tanto dos seus estudos como do seu trabalho.

O orçamento limitado para atender todas as demandas das instituições públicas está condicionado às negociações políticas e prioridades dos governos, motivo pelo qual os recursos são escassos e dependem da necessidade da gestão. Sobre o afastamento para fazer cursos P2 destacou *que isso irá variar muito as chefias, a sua relação com os profissionais do setor. Se não tem profissionais suficientes, não tem como você se afastar. Então, tem que ter uma equipe minimamente composta pra você poder fazer isso.*

Em relação aos documentos que embasam a atuação desses profissionais a equipe se reportou assim:

A gente tem o PNAES, que é o Plano Nacional de Assistência Estudantil que é a nível nacional; a nível interno a gente tem um regulamento, tem também a política da assistência que é recente, de 2014-2015. O regulamento passou por uma revisão agora, a primeira versão é de 2011 e foi revisado agora em 2016; publicada agora a revisão dele. Então, trabalhamos embasadas no PNAES, na política de assistência estudantil do IFCE e no regulamento, que é o que a gente tem mais à mão para tirar dúvidas; no Serviço social é como a gente trabalha. (A1).

Além do PNAES, a equipe destacou o fato de que também segue as diretrizes concernentes para cada área, por exemplo, de acordo com a pedagoga, que mencionou a LDB, o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), as Resoluções e Pareceres, o Regulamento de Ordem Didática (ROD/2015)³⁴. Sobre este último, acrescentou:

A gente tem o nosso regulamento de ordem didática da instituição; é um regulamento único para todos os campi. Aprovado e referendado pelo Consup (conselho superior) e ele normaliza o funcionamento dos campi. Mas não deixa de obedecer à LDB e às resoluções, que são documentos que vão tratar de questões mais específicas; pareceres servem pra tirar uma dúvida que você tem naquela resolução, na atuação daquela resolução. Então, dentro da área pedagógica, a gente é muito amarrado nessa questão legal. E ainda tem Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), entra um pouco da Constituição Federal, dos direitos e deveres do cidadão. A gente trabalha com um olho na Lei e o outro no fazer. (P1).

³⁴ Disponível em <<http://ifce.edu.br/espaco-estudante/regulamento-de-ordem-didatica/arquivos/rod-2015.pdf>>. Acesso em 2016.

A necessidade constante de consultas à legislação torna ainda mais importante a prática da formação continuada, de grupos de estudos e reuniões para o planejamento e desenvolvimento das atividades e ações a serem tomadas. Imbernón (2010, p. 75), salienta que

O conhecimento profissional consolidado mediante a formação permanente apoia-se tanto na aquisição de conhecimentos teóricos e de competências de processamento da informação, análise e reflexão crítica em, sobre e durante a ação, o diagnóstico, a decisão racional, a avaliação de processos e a reformulação de projetos.

No tocante ao questionamento sobre o orçamento para a Assistência Estudantil no *Campus*, as seguintes respostas foram enfatizadas:

A definição do orçamento eu acredito que é relacionado ao número de alunos [...] é feito um percentual. Agora, assim, o total que entra, como é dividido e quanto vai para cada linha da assistência a ser trabalhada é que a gente não sabe. Eu acredito que deva ter uma Lei aí em algum lugar que diga os percentuais e no que o dinheiro pode ser aplicado, porque tudo é assim, existe uma lei orçamentária. (P1).

*A assistência estudantil tem um montante pra trabalhar a questão dos auxílios, então esse valor é dividido para os auxílios, para a **merenda** e uma parte para o setor de **saúde**. Como é feita essa divisão, eu não sei. Quando chega para o Serviço Social já é a quantidade específica de auxílios que podem ser liberados durante aquele semestre ou ano. Mas o valor, pelo menos pra mim, nunca chegou (A1) (Grifou-se).*

Pelas falas infere-se que a equipe não participa do planejamento orçamentário e já recebe a quantidade de auxílios referente a cada setor. Um dado mencionado na fala da A1 que chamou atenção foi “merenda e saúde”. Na ocasião, se indagou sobre a participação desses setores com a Assistência Estudantil em relação ao orçamento no *campus* Fortaleza e foram sinalizados alguns posicionamentos que explicam o binômio destacado:

Além da cantina com a merenda escolar que é um pouco diversificada (diferente) da escola regular, mas recebe a verba que é a mesma da escola regular. E entra com uma contrapartida que consegue oferecer uma alimentação mais consubstanciada. (P1).

No documento ROD (2015, p. 47), um dos itens assinalado como direito dos discentes se reporta à alimentação:

IX. receber alimentação saudável (merenda escolar/lanche para cursos técnicos integrados) e refeição mais lanche para os cursos integrados ao ensino médio com oferta em tempo integral. Inclui-se estudantes de cursos técnicos integrados ao ensino médio que estão matriculados como residentes no *Campus*.

No que se refere à participação dos profissionais, discentes e docentes na constituição desse orçamento, a equipe salientou:

A gente sabe que não, mas vou explicar o porquê. Aqui a gente tem um setor financeiro e esse setor não se comunica com a gente, ele se comunica com o gabinete do diretor. O que a gente pode acompanhar é no PDI e nas prestações de conta, que estão disponíveis na internet; é informação pública. Mas de chamar os setores pra explicar, conversar, dizer o que tem ou quanto tem, não. Eles planejam, repassam pra gente e nós executamos. (P1).

Na opinião da equipe sobre a participação dos integrantes da Assistência Estudantil na divisão desse orçamento e no regimento das ações, foi enfatizado que,

Com certeza, e dos alunos também. Porque eles são atendidos, são o alvo. Eu, como profissional, não posso inferir que o importante pra ele é um auxílio específico, só eles sabem o que é importante pra cada um. (A1).

Aqui como tem muitos alunos, o que vem de auxílio, é executado. Então, nunca teremos o suficiente para atender todos os alunos em suas demandas. Mas tem algo interessante, que às vezes os alunos chegam na coordenação pedagógica e nos tratam por professora; então eles perguntam “professora, eu soube que aqui tem um auxílio pra gente comprar livros, pra xerox, e que é aqui na coordenação pedagógica”, então explicamos para os alunos que não é na coordenação, como devem proceder para darem entrada nesses auxílios e encaminham muitas vezes pra cá. Como é pra comprar livros e tirar xerox, eles pensam que é na coordenação. (P1).

Além das falas reforçarem a importância da participação na divisão do orçamento, a *PI* expressa uma situação em que se observa falta de informação dos discentes em relação aos auxílios, mesmo todas enfatizando que eles são informados no início do semestre, além das informações que podem ser adquiridas com os colegas, nos setores e no *site* da Instituição. No que concerne ao trabalho interdisciplinar da equipe de Assistência Estudantil, foi assinalado que

À medida que chega o caso em que se observa que é importante a participação de outros profissionais para atender àquela demanda, a gente entra em contato. A gente trabalha com várias questões parecidas; questão de rendimento escolar, evasão, exclusão social, então se chega uma demanda elencada nesses aspectos, nós nos comunicamos e explicamos a situação, coletamos informações com outros setores pra facilitar o atendimento. Mas é a partir da demanda. (A1).

Um assunto que se considera importante destacar, e que fez parte da discussão com a equipe, foi como acontecia o trabalho com os estudantes deficientes.

Nós temos alunos deficientes, mas não são muitos, são poucos os casos. Quando somos procuradas, atendemos. É uma demanda do departamento. Quando o departamento tem, então solicita e a gente vai, conversa com o aluno e vê a situação.

Caso tenha necessidade de um acompanhamento mais sistemático, aí a gente vê como se faz esse acompanhamento. Temos mais deficiência física E nós recebemos um deficiente auditivo, mas já lia, escrevia, fazia leitura labial e, com isso, conseguia se comunicar muito bem. (P1).

A inclusão não só de pessoas deficientes, mas também de todos, desde a Educação Infantil, somente será eficaz quando as políticas públicas educacionais priorizarem a garantia da educação de qualidade como um direito de todos. Direcionando ao Ensino Superior, Chauí (2003, p. 11), enfatiza que

[...] se quisermos tomar a universidade pública por uma nova perspectiva, precisamos começar exigindo, antes de tudo, que o Estado não tome a educação pelo prisma do gasto público e sim como investimento social e político, o que só é possível se a educação for considerada um direito e não um privilégio, nem um serviço.

Complementando essa ideia, foi perguntado se esses discentes tinham alguma prioridade na solicitação de auxílios.

Eu acredito que não tenham. (A1).

A gente tem um regulamento que vê a questão da renda familiar, questão socioeconômica. Os (discentes deficientes) que a gente recebeu aqui até agora, nesses seis anos que estou aqui no campus, são alunos que já vêm muito bem estimulados e resolvidos, com a questão financeira-familiar tranquila. (P1).

Na ocasião, a *PI* também ressaltou que em seu setor chegam situações que envolvem a questão de gênero, embora não seja foco desse trabalho, mas se considera oportuno mencionar, pelo fato de a entrevistada dar ênfase ao assunto como um problema recorrente no *Campus*:

O nosso maior problema na instituição está vinculado à questão de gênero. Chega muito essa questão do conflito da aceitação dos diversos gêneros, tanto de alunos, como pai de alunos, servidores, técnicos e professores. Então, a gente vai, conversa, explica, pede compreensão. A gente sabe que o direito de estar no mundo é nosso, do diferente e de todo mundo, mas a gente vai levando. Nós ainda não temos uma política efetiva para trabalhar essas questões de gênero aqui dentro do campus. Então, isso vez por outra chega lá. (P1).

Embora não seja algo novo e sim a abrangência e modos como esses pontos são expressos no cotidiano, os conflitos ocasionados nas relações sociais se tornam desafios para a convivência de variadas maneiras de viver e que precisam dividir os mesmos espaços. Esse tema está incluso nos artigos 176 - 179 do ROD/2015, que se referem ao reconhecimento institucional da identidade de gênero. A fala da *P2* traz dados relevantes que sinalizam para situações que envolvem o relacionamento docente-discente:

Quando chega pra cá é muito da história de que a responsabilidade pelo sucesso escolar é do educando e aí quando o professor encaminha muitas vezes ele quer se eximir da responsabilidade de tá ali acompanhando aquele aluno. Eu acho que ele (professor) desconhece... eu vejo, por exemplo, encaminhar pra cá pra fazer terapia... “ah, porque o menino não se aceita como menino”- questão de gênero - “porque fulaninho quer usar o nome social e isso é errado” e aí tem uma série de preconceitos que a gente sabe que existe e vai pra psicóloga porque está perturbado, porque não é normal, dê um jeito nessa criatura, resolva... então eu acho que eles não compreendem não. (P2).

Quanto ao relacionamento com a gestão superior do *campus* Fortaleza, as respostas abaixo sinalizam para uma noção de como se desenvolvem essas ações

A porta do gabinete é aberta a todos. Então a gestão não tem aquele momento de chamar para conversar e sim para trabalhar. Chega lá no setor e diz “olha, tem que estabelecer uma ação aí da coordenação pedagógica para atender este tipo específico de aluno, de demanda”. Questão também de discussão de semana pedagógica, quantidade de dias, o que vai ser ofertado e então se planeja e se discute (P1). (Grifo da entrevistada).

A fala inicia sinalizando para uma a possibilidade de diálogos, porém, no desenvolvimento, a entrevistada vai trazendo elementos relevantes em que se percebem limites, quando menciona ações específicas, como a Semana Pedagógica, quando a entrevistada ressaltou: “olha, tem que estabelecer uma ação aí da coordenação pedagógica para atender este tipo específico de aluno, de demanda”. (P1). Na fala a seguir, se observam elementos de situações que apontam também para temas tratados com a gestão:

Porque nós não temos recurso para nada na coordenação pedagógica. Tudo nosso, uma reunião de pais, por exemplo, onde queremos dar um brinde aos pais ou um lanche, nós temos que ir lá no gabinete do diretor, sentar e ver o que está colocado, o que pode ser ofertado e estabelecer lá mesmo. Então a gente não tem orçamento pra nada. Se quer entregar material pro aluno, tem que ir na diretoria de ensino, sentar com o diretor de ensino, ver o que pode fazer, quanto pode fazer para atender aqueles alunos. Então, no meu setor, somos chamados para trabalhar, mas não somos chamados para planejar. (P1).

Vale ressaltar no final da fala, quando ressalta, *somos chamados para trabalhar, mas não somos chamados para planejar* (P1), situação em que se percebe um descontentamento da entrevistada, podendo-se inferir que a participação no planejamento para ela é necessária. Concorda-se que o ato de planejar é essencial no desenvolvimento das atividades e que exige integração e reflexão. Padilha (2001, p.30) assevera que planejamento

é um processo de busca de equilíbrio entre meios e fins, entre recursos e objetivos, que visa o melhor funcionamento de empresas, instituições, setores de trabalho, organização grupais e outras atividades humanas. Para ele, o processo de planejar é sempre um processo de reflexão, de tomada de decisão sobre a ação, um processo de previsão de necessidades e racionalização de emprego de meios (materiais) e recursos

(humanos) disponíveis, visando à concretização de objetivos em prazos determinados e etapas definidas, a partir dos resultados das avaliações.

No segundo bloco de perguntas (cf. APÊNDICE A), o eixo norteador foi a estrutura física do *Campus* Fortaleza, buscando compreender como a equipe se posicionava em relação aos ambientes que favorecem o trabalho da equipe e da comunidade escolar em geral e também os desafios enfrentados.

O primeiro questionamento foi destinado à avaliação da equipe sobre a estrutura física do *Campus*. A equipe classificou, de modo geral como bom, mas em razão do grande número de discentes dos distintos públicos assistidos dos cursos técnicos, ensino médio, cursos superiores as instalações já não comportam e necessita de construção de mais espaços (assunto sinalizado), como também, ressaltaram a ausência de alguns ambientes que consideram relevantes, aspectos enfatizados nas falas seguintes

As políticas foram chegando e os espaços não foram criados, foram se agregando aos espaços que já tinham; um mal em todas as instituições. Desde o início da instituição pra cá, houveram ampliações, uma na década de 1950, outra na década de 1970 e aí depois parou, todo mundo foi se agregando no espaço que já tinha. Agora a gente vê uma ampliação, mas os espaços são voltados mais para os cursos, para salas de aula e não para os setores. Pode ser que depois, quando tiver uma folga dos espaços de cursos, surja um planejamento de ampliação dos espaços dos setores administrativos. Porque ali onde é a casa de artes vamos ganhar um espaço, já que vão se mudar para este bloco e talvez surja aí um espaço. Acredito que vão desafogando alguns espaços, onde alguns setores poderão se apropriar. Meu sonho é que naquele espaço da casa de artes seja criado um centro de convivência dos alunos, refeitório etc. (P1).

Sobre a ausência de algum espaço importante, foram salientados exatamente o espaço de convivência e o refeitório, já mencionado na fala anterior.

A gente não tem refeitório. A merenda dos alunos, o lanche, é em qualquer lugar. Muitas vezes os alunos lancham no batente da porta, então você abre a porta e eles estão lá. Na minha visão, voltando pra parte da assistência estudantil, tomando o refeitório como parte da equipe, eu vejo como deficiência a falta do refeitório; de um espaço adequado para eles fazerem as refeições deles. A gente aqui tá falando da assistência estudantil, mas tem os terceirizados e etc., então acaba não tendo espaço adequado pra refeição de ninguém; nem servidor, nem terceirizado e muito menos os alunos. (A1).

Complementado essa fala, ressaltaram que *esse espaço de refeição, passado o momento da refeição, poderia ser um espaço de convivência pro alunos, com mesa, bancos, como uma pracinha onde eles pudessem sentar etc. (P1 e A1)*. Quando destacado se a inexistência desses espaços - refeitório, convivência - interferia na permanência do discente na Instituição, a pedagoga se reportou à Pesquisa de Levantamento de Dados realizada em 2013

Uma pesquisa que nós fizemos lá no setor sobre evasão, nós puxamos em 2013 todas as evasões e fomos telefonar de um por um, pro contato que tínhamos aqui no cadastro. Para os alunos que telefonamos, nenhum deles citou a condição do espaço físico. Eles citam coisas como: laboratório, às vezes um laboratório já está mais deficitado, ou é mais antigo e precisa renovar; mas o espaço físico em si, não. Nesse ponto eu, pessoalmente, me angustio nessa questão de espaço físico porque a gente recebe uma demanda grande de alunos e nós não temos espaço de convivência pra esses alunos. A gente passa aqui e vê os estudantes sentados nos corredores e aqui, o Campus em si, o espaço é pequeno... se torna pequeno. (P1).

Em consonância com essa pesquisa, que teve como objetivo conhecer as causas da evasão, o espaço físico em si não foi considerado como fator diretamente relacionado à evasão, e a pedagoga acrescentou que a *questão da evasão era ligada a emprego, doenças na família, ou às vezes eles passavam em um concurso, ou passavam em seleção pra outro curso (P1)*. Outro dado mencionado foi que a evasão era mais frequente no Ensino Técnico e no Ensino Superior é mais pontual. Sobre os cursos integrados:

Já a evasão do integrado está amarrada, colada com o ENEM; é interessante isso com essa questão do ENEM, porque o nosso integrado aqui dura quatro anos, que é o ensino médio somado ao ensino técnico. A gente recebe os alunos com treze, quatorze, quinze anos, mas de vez em quando aparece um de doze. Quando os alunos vão completando dezesseis, dezessete anos, vem a angústia do ENEM, então eles saem, vão pra escola regular, tal escola regular os recebe muito bem e vão fazer o ENEM. Eles entram no terceiro científico da escola regular e abandona porque está na outra escola, precisa estudar pro ENEM, então abandonam o curso aqui (P1).

Sobre essa discussão, a psicóloga mencionou vivências cotidianas de seus atendimentos a discentes trazendo elementos que contribuem para o entendimento sobre a evasão nos cursos integrados:

Eu não tenho esses dados, mas já atendi alguns alunos que estão fazendo o técnico integrado, fazem o ENEM, conseguem aprovação e então abandonam o curso; eles já tendo maioria conseguem o certificado de conclusão do ensino médio e vão fazer o que eles se identificam. Muitos chegam aqui, vários aliás, sem se identificar com o curso escolhido. Na verdade, escolhem o curso de uma forma muito aleatória, às vezes vêm pela pressão dos pais, ou conhecem algum colega que já estudou aqui, já que é uma instituição centenária, então tem renome. Dessa forma, vão fazer a seleção e escolhem qualquer curso sem saber de fato o que aquele curso trata, sem fazer uma pesquisa mais aprofundada, então quando chegam aqui, com o decorrer do tempo, percebem que aquilo não é a praia deles; não se identificam e ficam em sofrimento, querendo evadir e mudar de curso. Dependendo do caso, eles até conseguem fazer essa mudança de curso, mas a oferta do técnico aqui é muito restrita; é mais para essas profissões da área de ciências exatas, então muitos querem outras coisas, enfim. (P2).

Essa fala revela outros dados significativos que os discentes relataram como causadores da evasão do curso integrado e técnico, exemplificando: a não identificação do discente com o curso, escolha aleatória do curso, chegada à instituição pela sua tradição e/ou pela insistência dos pais, a impossibilidade de mudança de curso, pela especificidade da oferta

dos cursos nas áreas das Ciências Exatas³⁵ e também não foi enfatizada a estrutura física do *Campus*. Vale ressaltar que possui uma área de 25.930 metros quadrados com vários ambientes, embora apresente problemas: falta de refeitório, espaços pequenos, dentre outros, mas considera-se um bom espaço físico, conforme descrição da página 27. No caso de acesso para pessoas deficientes existem rampas e elevadores, porém não em todos os blocos. Possui banheiros adequados.

Mais especificamente, foi inquerido sobre os espaços de atendimento da equipe aos discentes no tocante aos auxílios, tendo sido mencionado que há uma sala para a Psicologia, uma para a Assistência Social e uma para a Pedagogia, porém alguns desafios são enfrentados para o trabalho interdisciplinar como distância entre as salas e de estrutura física desses espaços, fato relacionado à não existência de uma coordenação de Assistência Estudantil, que vincula esses setores a diretorias diferentes, como enfatizado na fala a seguir: *a gente (pedagogia) trabalha próximo à diretoria de ensino, porque nós temos diretor geral, administrativo, financeiro e de ensino. A nossa sala é próxima ao diretor de ensino.* (P1). As outras são ligadas à Diretoria de Extensão.

Quanto ao aspecto da distância entre as salas, há proximidade entre as salas de Psicologia e Serviço Social, mas ambas ficam distantes da sala de Pedagogia, que funciona no piso superior do mesmo bloco na parte lateral. Sobre a estrutura física das salas, a pedagoga relatou:

Lá no meu setor é um quadrado grande dividido com madeirites, não é uma parede e quando chega alguém pra conversar, eu saio da minha mesa, minha colega sai da mesa dela e a gente procura sair pra garantir um pouco o sigilo. Algumas conversas você pode ter na frente de todos, mas algumas outras devem ser mais reservadas. O que a gente procura fazer é deixar duas pessoas responsáveis por essas conversas com alunos. Não tem copa nós pegamos onde tinha os armários e colocamos a mesa, que é onde fica o frigobar o café e etc, mas copa mesmo nós não temos, nem banheiro. A gente usa copa e banheiro da CCA, a sala do controle acadêmico, que é no mesmo corredor. (P1).

A fala da assistente social destacou que

No serviço social, somos seis assistentes sociais e hoje temos uma estagiária, mas a gente tem que fazer revezamento, porque quando tá todo mundo, alguém fica sem mesa pra trabalhar. Além disso, a sala que estava reservada, que tem lá como sala de entrevista, funciona como copa, funciona como arquivo e suporte para o projeto. Os bolsistas de determinado projeto ficam lá e quando a gente quer fazer um atendimento que é uma coisa mais sigilosa a gente pede para os alunos saírem pra gente ficar lá, pra fazer entrevista, atendimento, enfim. Mas se chegam dois alunos e um quer falar de auxílio formação, que tem uma assistente social específica pra isso,

³⁵ No IFCE - *campus* Fortaleza são ofertados os seguintes cursos técnicos, que podem ser realizados simultaneamente ao ensino médio: Edificações, Informática, Mecânica Industrial, Química e Telecomunicações. Disponível em <<http://ifce.edu.br/menu-de-relevancia/nossos-cursos1/cursos-tecnicos>> e acesso em 2016.

e o outro quer falar de auxílio dos discentes, fica todo mundo conversando ao mesmo tempo e a mesa de uma das assistente é complicada de um aluno chegar perto, porque fica em um canto. Basicamente, no serviço social não tem espaço pra mais nada. (A1).

No referente ao Setor de Psicologia, foi ressaltado que,

Na sala da psicologia ficam dois psicólogos e a salinha de atendimento individual. A gente tem um problema aqui que é muito sério, é falado há anos, que é a falta de revestimento acústico. Então, a gente tem que manter o sigilo e a falta de local adequado fere até a questão da ética e a gente não consegue garantir isso. Então, é uma coisa que tem que ser resolvida, mas não tem nem perspectiva de resolução. Do mesmo jeito de dentro pra fora. (P2).

As três respostas mencionam as dificuldades enfrentadas no cotidiano em relação à estrutura física das salas de atendimento que comprometem o conforto e bem-estar dos profissionais e discentes, como até a dimensão ética do sigilo, pela precariedade desses ambientes. De outro ângulo, mesmo com esses desafios, a psicóloga complementou sua fala, ressaltando o avanço que o setor conseguiu

A psicologia teve um ganho, porque antes a psicologia tinha uma sala. Aqui funcionava o serviço social, então todo esse constrangimento de ter que passar por profissionais, outros alunos, para chegar no atendimento, então veio aqui pra essa salinha. O que já é uma evolução. (P2).

Nessa etapa de entrevista coletiva em relação à maior participação e intervenção, ocorreram, respectivamente, as falas de *P1*, *A1* e *P2*, que trouxeram elementos relevantes que permitiram o conhecimento da formação continuada, do funcionamento e das condições em que são desenvolvidas suas atividades no cotidiano. Na sequência, são mostradas as repostas dessas mesmas profissionais, que foram entrevistadas individualmente³⁶, com base no roteiro (APÊNDICE B).

3.1.2 Entrevistas Individuais com a Assistente Social, a Pedagoga e a Psicóloga

As falas desses sujeitos serão apresentadas simultaneamente, seguindo a ordem *A1*, *P1* e *P2*, de acordo com os questionamentos do roteiro, buscando a visão geral sobre as respostas apontadas e observar melhor as especificidades individuais em cada fala, a pergunta inicial foi direcionada à avaliação. O ato de avaliar, embora seja muito antigo, visto que é uma especificidade humana, é muito complexo e considera-se necessário não apenas o foco nos

³⁶ Conforme nota 14.

resultados, mas que possibilite a articulação da óptica qualitativa sobre a quantitativa, estabelecendo um planejamento com objetivos e metas para lograr êxito na situação evidenciada no momento, Demo (1999, p. 1) enfatiza que

Refletir é também avaliar, e avaliar é também planejar, estabelecer objetivos etc. Daí os critérios de avaliação, que condicionam seus resultados estejam sempre subordinados a finalidades e objetivos previamente estabelecidos para qualquer prática, seja ela educativa, social, política ou outra.

Sobre as funções da avaliação, Libâneo (1995, p. 195), ressalta [...] que cumpre funções pedagógico-didáticas, de diagnóstico e de controle em relação às quais recorre a instrumentos de verificação. Inserido no tema avaliação o questionamento inicial foi direcionado a avaliação sobre a Política de Assistência Estudantil

Existe o programa em âmbito nacional que ele traz algumas diretrizes pra nós. Na verdade, este programa foi criado para as universidades e foi meio que adaptado para as especificidades dos institutos, pois temos alunos do nível superior, do técnico, e do nível médio integrado ao técnico. No meu ponto de vista, o programa é um pouco assistencialista. Pois há a concessão de auxílios, mas muitas vezes não temos tempo para fazer um acompanhamento de qualidade com os estudantes, realizar um trabalho que faça diferença na atuação do assistente social, por exemplo acompanhar os alunos, integrá-los na elaboração (nós tentamos) a nível de IFCE, mas a nível do campus Fortaleza é quase que inexistente a participação dos alunos nos processos de decisões, de elaboração e no acompanhamento das ações relativas a assistência estudantil. (A1).

Em consonância com a fala da A1, destacam-se dois aspectos: o fato de não se ter uma política de assistência estudantil específica para os institutos trabalhando, com a adaptação da política criada para as universidades; o outro aspecto se refere à concessão de auxílios para os estudantes, porém não existe um acompanhamento de qualidade dos alunos que recebem esses auxílios, sobretudo, no *campus* Fortaleza. Vale lembrar a especificidade desse *Campus* no tocante ao seu processo histórico de expansão dos cursos e aumento do número de estudantes, por conseguinte, ocasionando uma desproporcionalidade do espaço físico e quadro de servidores. Observando a resposta a seguir a P1 diz que a política atende os estudantes no que se dispõe e assinala a necessidade de ampliação:

Eu acredito que é uma boa política, ela atende, mas ela precisa ser ampliada, ela atende no que ela dispõe, ela consegue atender o aluno, ela precisa ser ampliada, ela precisa de uma ampliação destes recursos, para atender mais gente. (P1).

A fala da P2, na sequência, ressalta o distanciamento entre teoria e prática, enfatizando as deficiências enfrentadas pela equipe e que incidem na qualidade do trabalho. Outro elemento ressaltado foi a ausência de integração da equipe.

Eu avalio assim a história, a concepção... eu acho muito bacana, mas na parte prática ela deixa muito a desejar, conforme a gente conversou ali (se referindo a entrevista em grupo) agora a pouco, né? Tem uma equipe, mas essa equipe não tá trabalhando de forma integrada, não tem participação nos planejamentos das ações, não sabe a questão do orçamento. Enfim, tem uma série de coisas que acabam afetando a qualidade da prestação do serviço e que atrapalha todo profissional que tá envolvido com a assistência estudantil e isso acaba repercutindo, né... nos alunos, na educação que a gente pretende promover. (P2).

Percebe-se que a ausência de planejamento e integração, aliadas a fatores destacados, dificultam o trabalho dessas profissionais e interfere também na qualidade da educação dos discentes. O questionamento posterior buscou saber qual o entendimento pessoal do que é Assistência Estudantil. As respostas sinalizaram que

Para mim, Assistência Estudantil é garantir que o estudante permaneça na instituição. Mas, que não seja uma garantia de qualquer forma, apenas dando um auxílio, por que muitas vezes não sabemos se o auxílio é o mais importante, por exemplo, nos casos de evasão que muitas vezes não se dá apenas por conta de um auxílio. [...] Hoje o carro chefe da Assistência Estudantil são os auxílios, na minha compreensão deveríamos ter também um trabalho de qualidade no acompanhamento, na psicologia, um atendimento primoroso no setor de saúde, um refeitório de qualidade para os alunos, além de oferecer a merenda escolar, oferecer almoço e jantar. Então, entendo a AE com esse trabalho bem maior, do que ser apenas a questão dos auxílios. No campus Fortaleza a Assistência Estudantil meio que não existe, é cada um trabalhando no seu setor e não de forma integrada. (A1).

Sobre esse questionamento, a A1 enfatiza que a função da Assistência Estudantil é a garantia da permanência dos alunos na instituições, como também evidencia a necessidade do acompanhamento dos estudantes, aspecto já mencionado em sua fala anterior, e acrescenta a falta de integração da equipe, enfatizada na resposta anterior da P2. Tomando esses elementos apontados, observa-se que vêm ao encontro do que respaldaram a P1 e P2 a seguir:

Olha assistência, a assistência estudantil ela começa, quando chega alguém aqui e pede uma informação na portaria ou a um desses vigias, tudo que eu presto de serviço ela é uma assistência estudantil, não só a financeira a questão de informação, encaminhamento, de acolhimento, que é muito importante você ter um acolhimento pra o aluno que chega então a assistência estudantil, na minha visão como pedagoga, ela perpassa por toda e qualquer informação, acolhimento e serviço que eu preste ao aluno. (P1).

Assistência estudantil... o que eu percebo, né (hesitação)... eu acho que é o que vai fundamentar as ações voltadas para a comunidade escolar. Então, assim, o fundamento, a base sobre a qual a gente vai tá montando as ações, fazendo planejamento dos projetos, dos programas. (P2).

A P1 chama atenção para todos os serviços prestados aos estudantes e a P2 menciona a hesitação (dúvida, incerteza) e enfatiza as ações voltadas para a comunidade

escolar. Com efeito, todos esses fatores destacados (*AI*, *PI* e *P2*) são relevantes e devem caminhar juntos com a concessão dos auxílios para a garantia da permanência dos estudantes na instituição, mas, de acordo com as falas, ainda é um desafio para a equipe. O questionamento seguinte se reportou à percepção da atuação de cada entrevistada dentro da Assistência Estudantil

Ela poderia ser bem melhor, mais abrangente, poderíamos trabalhar de forma mais integrada, com o trabalho interdisciplinar, mas não conseguimos, [...] acabamos que temos mais contato com o regulamento que traz a regulação do nosso fazer com relação aos auxílios (A1).

Nessa resposta, a *AI* traz novamente a ausência da integração e da interdisciplinaridade, mencionando também o documento sobre a regulamentação das competências do fazer cotidiano. Pesquisando nesse documento já citado - RAE (2015) - as atribuições dos componentes que fazem parte de toda a equipe da assistência estudantil são regulamentadas no Capítulo VII, artigos 8º ao 12º. Em relação ao Serviço Social, salienta as seguintes atribuições:

Quadro 5 – Atribuições do Serviço Social

I - Incentivar a participação democrática do discente, como sujeito de direitos, no espaço educacional, favorecendo o seu acesso ao Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES).
II - Planejar, executar, monitorar e avaliar as ações relacionadas aos auxílios e à política de assistência estudantil.
III - Realizar pesquisas de natureza socioeconômica e familiar para caracterização da população discente, contribuindo na identificação e intervenção dos fatores sociais, culturais e econômicos que influenciam no processo de ensino-aprendizagem, visando a permanência e o êxito dos estudantes.
IV - Participar de equipes multidisciplinares para a elaboração e execução de programas e projetos sociais voltados a temas relevantes, como saúde, violência, cultura, cidadania, direitos sociais e humanos (questão racial, de gênero, orientação sexual, deficiência, políticas afirmativas, dentre outros).
V - Elaborar relatórios, pareceres e manifestações técnicas para subsidiar decisões institucionais e promover o acesso aos direitos sociais dos discentes.
VI - Realizar parcerias e articular as instituições locais e/ou regionais, contribuindo para a minimização das vulnerabilidades enfrentadas pelos alunos e famílias.
VII - Realizar visitas domiciliares com o objetivo de ampliar o conhecimento acerca da realidade sociofamiliar do discente, de forma a assisti-lo e encaminhá-lo adequadamente e com qualidade.
VIII - Orientar os discentes e seus familiares sobre os seus direitos, de modo a reforçar o seu poder reivindicatório junto às instituições responsáveis pela execução das políticas sociais.
IX - Promover a atuação dos estudantes em suas entidades político-representativas, realizando atividades socioeducativas, estimulando o debate acerca das diversidades e da pluralidade.
X - Assessorar a gestão dos <i>campi</i> em relação ao orçamento da Assistência Estudantil.

Fonte: RAE (2015, p. 4 -5). Elaboração própria (2016).

Articulando essas atribuições com as falas anteriores, percebe-se que muitas das atividades, por exemplo, as que se referem aos itens II, III, IV e IX, não são realizadas no cotidiano, principalmente pela falta de tempo dos profissionais que trabalham com um quadro

mínimo de funcionários para atender a uma demanda muito elevada. Por outro ângulo, de acordo com a fala da CSS (2016), essas atribuições se tornavam mais prováveis de se realizarem nos anos de 1991, quando se tinha uma demanda bem inferior de 500 estudantes. Atualmente, a instituição conta com mais de sete mil estudantes, além dos demais servidores que fazem parte da comunidade institucional, que aumenta o contingente de pessoas. Essa situação também comparece à na fala da P1:

Foi como eu te disse o papel da gente aqui ele é muito unitário, como você não é chamado a um planejamento de ações, você trabalha com o que é delegado pra você e quem delega não tem essa formação, essa visão pedagógica, então restringe o teu trabalho, a questão de você não ter uma política de formação continuada da instituição, que a instituição apoie, ou seja, numa formação continuada, numa capacitação de minicurso ou oficina fora a gente não tem essa política de incentivo, então isso também limita o trabalho da gente, você tem que atualizar e como eu te falei, o setor é reduzido, então você tem uma sobre carga de trabalho grande e eu não só com assistência ao estudante, eu trabalho com assistência ao professor, com a assistência aos planejamentos dos cursos, com a revisão dos documentos dos cursos.

No RAE (2015, p. 5-6), as atribuições do serviço pedagógico no artigo 12º dispõe que:

[...] envolve a orientação, no que concerne ao trabalho de conscientização, aconselhamento, informação aos pais e alunos; à supervisão, no que diz respeito ao acompanhamento das atividades do ensino e da aprendizagem: à pesquisa enfocando o levantamento, o estudo e a análise de dados e demandas para o diagnóstico educacional.

As atribuições são mostradas de maneira bem abrangente e centraliza três eixos: orientação, supervisão e pesquisa. No entanto, podem ser especificadas em inúmeras atribuições, o que também sobrecarrega o trabalho do pedagogo, comprometendo tanto a qualidade da execução das atividades como da saúde desse servidor. A situação indicada no exemplo da P1 abaixo, complementa tanto sua fala anterior como se aproxima dos discursos expostos pelas demais entrevistadas, contribuindo para ratificar esse aspecto no cotidiano:

[...] eu tô revisando um projeto de um curso tá com mais de quinze dias, e não é todo dia que eu consigo abrir o documento para trabalhar nele, não é todo dia e assim, e isso angustia porque só quem pode assinar para mandar pra pró-reitoria, para mandar para o Conselho Superior, são os pedagogos. (P1).

É notória a discussão sobre o quadro mínimo de funcionários, para atender a demanda atual da Instituição, como um fator determinante na precariedade das atribuições dos profissionais no cotidiano, como retratado também na fala da P2:

Ela é precária... Ainda mais por conta da limitação com o pessoal, nós somos só dois pra atender um universo de quase 8 mil alunos. Falta essa coordenação (de

assistência estudantil)... é uma coisa que eu acho que dificulta muito o trabalho (a falta da coordenação). A gente trabalha muito assim: de acordo com a demanda que surge... as vezes eu me sinto até um pouco inibida de tá... sugerindo outras ações, porque eu acredito que eu não vou conseguir dar conta da demanda que vai surgir a partir dessa provocação, então eu acabo trabalhando com um universo muito limitado de alunos diante do que a gente tem aqui e, enfim, é complicado.

Retornando ao documento retrocitado RAE (2015, p. 5), o artigo 11º rege que o Serviço de Psicologia apoia a promoção do processo educativo dos sujeitos que compõem a comunidade escolar, valorizando a escuta psicológica. Destaca as ações:

- I - acolhimento;
- II - acompanhamento;
- III - avaliação psicológica;
- IV - orientação de discentes e comunidade escolar;
- V - assessoria e/ou participação nos projetos coletivos, buscando a interlocução dos atores protagonistas nos planejamentos e ações educacionais;
- VI - visitas domiciliares - mapeamento da rede de apoio e reflexão sobre os aspectos institucionais.

Comparando a fala da *PI* e as atribuições do Serviço de Psicologia, observa-se também um distanciamento em relação ao desenvolvimento de ações no cotidiano. De tal modo, chama as atribuições V e VI que ficam à margem por conta dos fatores elencados que impossibilitam a realização de todas as atribuições, enfatizando também a qualidade dos serviços, assunto que antecipa uma preleção para o questionamento seguinte: quais os principais desafios enfrentados na sua atuação dentro da Assistência Estudantil?

Eu acho que meu desafio hoje não seria nem dentro da Assistência Estudantil, seria dentro do serviço social no IFCE campus Fortaleza. Tomando como base a minha experiência em outro campus que trabalhei, nós tentávamos desenvolver a AE, não apenas os auxílios. O nosso maior desafio é fazer com que o serviço social seja visto não só como o local onde o estudante consiga o auxílio, que possamos ter uma atuação para além do repasse de recurso financeiro desenvolvendo outras atividades, por exemplo, no âmbito da pesquisa, realizando trabalho em grupo com os estudantes, desenvolvendo projetos que sejam voltados para os alunos, que faça com que o trabalho do assistente social não seja apenas destinado para seleção de auxílios. (A1).

A fala da *AI* ressalta a necessidade de fazer com que o Serviço Social seja visto como abrangente e que não se restrinja apenas ao trabalho de seleção para os auxílios. É oportuno complementar com o fragmento a seguir:

O que temos desenvolvido são projetos pensados por outras pessoas que muitas vezes não ter relação com a Assistência Estudantil. Na verdade, necessitamos de uma equipe e um espaço maior, assim como também o compromisso coletivo da equipe para tentarmos ampliar o atendimento e a nossa prática profissional. Pois devido à

grande demanda de alunos que solicitam auxílio, não conseguimos realizar outros trabalhos, desenvolver projetos e ações que estejam para além dos auxílios e acabamos apenas executando o trabalho que o orçamento nos permite. Temos seis assistentes sociais para o dia inteiro, das 7h às 19h. (A1).

Traz à tona dados já mencionados, que reforçam a urgência de mudanças para a aproximação da teoria e prática, isto é, documentos e fazer diário. Sobre esse mesmo questionamento, a *P1* salientou como desafios na atuação:

É a questão dos setores não terem uma visão muito clara do trabalho do pedagogo, é um trabalho que a gente faz de forma constante, mas que o pessoal olha e diz que o pedagogo não faz nada, ainda tem muito. Eles não percebem os resultados, se você não fizer algo de impacto, que seja uma coisa de impacto, que você chame para segregar mais gente esse resultado não é perceptível, é como o trabalho das meninas aqui do serviço social, que o pessoal diz que só trabalha na época dos auxílios, elas trabalham monitorando esses alunos o semestre todo, chamando, reunindo-se, não é um trabalho pontuado é como o pessoal da coordenação pedagógica, a gente tem um trabalho, ali que é contínuo, mas que não é percebido.

Um elemento destacado se refere à visibilidade dos trabalhos realizados. Ela ressalta que os demais setores só focam no que é perceptível para eles. No caso do Serviço Social, resume-se ao trabalho com os auxílios, assim como não percebem o monitoramento do acompanhamento dos alunos, também pelo Setor de Pedagogia. Pode-se cogitar em que a ausência das atividades que precisam de socialização, como pesquisa, minicurso, seminários, dentre outras, e que não são realizadas pelas dificuldades (falta de profissionais, de espaço físico, de integração da equipe) talvez colabore com essa impressão de que os servidores dos demais setores têm de não se ter um trabalho contínuo como enfatizado na fala da *P1*.

É relevante frisar o trabalho da equipe no início do semestre com os alunos novatos para apresentação e esclarecimentos sobre a assistência estudantil. Nesse momento, como se faz uma convocação é um exemplo de trabalho de impacto, levando em consideração a visibilidade. A resposta da *P2* salienta três pontos, já mencionados: número reduzido de funcionários, falta de uma coordenação de assistência estudantil e orçamento limitado:

Número reduzido de profissionais pra um universo muito grande de alunos. A gente tem algumas ações interdisciplinares, como eu tinha dito, com o serviço social com a CTP, mas são coisas pontuais, não estão sistematizadas. Eu acho que falta ter essa coordenação de assistência estudantil aqui no campus pra integrar mais essas ações. Eu acho que isso é o que pesa mais... o limite orçamentário é outra coisa que emperra. A gente deixa de adquirir materiais, jogos, testes psicológicos por essa limitação de orçamento. Eu acho que são as principais coisas que eu sinto no dia a dia... os principais desafios. (P2).

Em outra etapa de sua fala, ela aponta um elemento novo, também tornado um desafio - que é a heterogeneidade do público atendido na Instituição, conforme ela enaltece o “choque de gerações” que estudam em cursos e níveis diversos:

E tem o desafio maior, porque a instituição é grande e ela tem um público muito diverso, muito heterogêneo. A gente pega adolescente, tem gente aí da extensão que é idosa... então, assim, tem esse choque de gerações, enfim, é um grande desafio. Aí tem a mentalidade ainda, apesar de ser uma instituição de ensino que tem pós-graduação, ensino superior... mas, as vezes, as mentalidades ainda são de colégio, de ensino fundamental, de ensino médio que tem que pegar o aluno... trazer... então, assim, as ações ficam muito... os discursos não ficam uniformes e são tratamentos que assim... enfim, eu não sei nem a palavra, mas atrapalha muito.

Outro elemento que também ainda não havia sido mencionado se refere à participação dos pais na intervenção junto aos seus filhos, quando transfere a responsabilidade para o profissional, como enfatizado ao final da fala seguinte:

O tratamento com o adolescente é de um jeito, com o adulto é de outro... tem que ser, claro! A gente tem que reconhecer as diferenças, mas tem certas coisas que não dá pra conceber... você ter que pegar o menino, ir lá, ler, preencher o formulário com ele e aí vem a mãe, o pai e querem que você pegue o menino pela mão e dê um jeito. (P2).

Essa concepção dos pais mencionados nessa fala leva a pensar que eles tenham uma ideia fragmentada sobre educação de seus filhos, como salientam Duru-Bellat e Van Zanten (1992, p.168 APUD OLIVEIRA, 2010, p.14): “a norma escola, é escola, casa, é casa”. Assim, a Instituição e a Família têm papéis bem distintos, percepção que pode ensejar dissabores e até conflitos no relacionamento entre os discentes, profissionais e pais.

No questionamento a seguir: considera que a Assistência Estudantil contribui para a redução dos índices de retenção e evasão escolar? Se sim, como? Se não, por quê?

[...] Para a questão da evasão não existe dados que comprove que uma das causas da evasão seja a não concessão do auxílio. Para mim nunca chegou casos que a falta de auxílio tenha ocasionado a evasão do aluno. E não tenho conhecimento de alguma pesquisa realizada aqui no setor sobre este aspecto do auxílio. (A1).

Se não tivesse a assistência estudantil, o quadro seria bem pior, principalmente para aquele aluno carente, o auxílio financeiro para aquele aluno carente, porque não é barato você estudar em uma instituição, mesmo ela sendo pública, em uma instituição técnica não é barato, você precisa de xerox, você precisa de ônibus, a gente aqui não tem o restaurante universitário, você precisa de um auxílio para ter um almoço principalmente aquele aluno que tá manhã e tarde e as vezes até noite aqui dentro assistindo aula. (P1).

Em consonância com A1, a falta de auxílio não é a causa para evasão, ao passo que a P1 chama atenção para a importância do auxílio financeiro na vida do estudante, mas não

menciona a evasão. A fala a seguir traz alguns elementos a mais que o auxílio para responder e complementar a relação auxílio e redução da evasão

Com relação a evasão, eu acho que os auxílios ajudam muito. No entanto, tem uma série também de críticas a respeito... eles as vezes são depositados quando o semestre já tá pra encerrar. Tem atrasos... as vezes os alunos acabam usando para outros fins, porque no final das contas, como sai com muito atraso, acaba servindo pra outras coisas que não a garantia desse acesso aqui. Tem aluno que recebe auxílio transporte e reprova por falta [...]. Os alunos, por exemplo, as vezes procuram a psicologia por conta dessa não identificação do curso. (P2).

Observa-se, na perspectiva de P2, que os auxílios ajudam muito aos discentes, porém existem alguns problemas enfrentados pelos discentes em relação ao recebimento (atraso, uso do auxílio para outros fins). Especificamente sobre a evasão, ela pontua duas situações que podem contribuir: a reprovação por falta e o descontentamento do discente em relação ao seu curso. Portanto, sua concepção vem ao encontro do que enalteceram a A1 e P1 de que não há uma constatação direta da relação auxílio e evasão.

Na sequência, foi inquirido quais são as ações que podem ser desenvolvidas no intuito de propiciar a permanência dos estudantes até a conclusão do curso.

Além dos auxílios, eu acho que os estudantes poderiam está mais presente na decisão de locações de recursos para os auxílios que são mais importantes para eles, [...] Talvez, se fosse realizado este trabalho o auxílio seria mais importante do que ele é hoje. [...] Considero também como sendo importante a instalação do refeitório. Seria muito positivo perguntar a eles, o que estão precisando, para que possamos trabalhar de acordo com as reais necessidades. Como não possuo dados quantitativos, então acredito que hoje o auxílio seja um dos fatores que faça com que o aluno permaneça, além da afinidade com o curso. (A1).

A1 destaca a participação dos discentes na decisão de locar os recursos, a instalação do refeitório, afinidade com o curso e os auxílios. Na concepção de P1:

Eu acho que a gente tem é que estender, as ações que a gente já tem e implantar outras de acompanhamento mesmo individual de alunos. De mais funcionário, os auxílios... A gente tem umas ações da CAEF- Coordenação de apoio de educação física, que ajuda a manter o aluno aqui, as ações esportivas, elas mantêm, elas conseguem manter o aluno aqui, as ações do pessoal de artes também, as escolas de música, dança teatro, porque pra participar das ações eles têm que tá matriculado nos cursos.

P1 salienta o acompanhamento dos estudantes e ações ligadas ao esporte, às artes, música e ao teatro, ressaltando que elas já existem e que o discente precisa estar matriculado para usufruir dessas atividades. Na perspectiva de P2:

Eu acho que seria uma boa se a gente pudesse ouvir esses alunos e fazer um levantamento das necessidades deles, do interesses... pra trabalhar em cima de tais temas. Eu sinto necessidade e falta de saber mais sobre isso e a gente como equipe ter um apoio da gestão e poder estar implementando isso... uma coisa que a gente não faz aqui que eu acho que deveríamos fazer é esse acompanhamento pro aluno se formar no tempo certo... regular. Tem alunos que tão aqui há mais de 10 anos. Então assim, é uma coisa que é um problema, a meu ver, e não é feito nada a respeito. Tem casos e casos também... tem gente que tá com algum problema de saúde, tem os transtornos psíquicos, gente que tem psicose... enfim... mas tem outros casos que não... a pessoa vai só levando com a barriga, faz só uma disciplina... as vezes justamente pra não perder o auxílio... enfim.

O discurso de P2, além de mencionar também a ação de acompanhamento do discente, faz uma correlação entre essa ação e o tempo do estudante no curso, apontando que existem alunos com muito tempo a mais que o de seu curso. Por conseguinte, deveria haver um acompanhamento contínuo no tempo certo de duração do curso. Menciona, também, o apoio da gestão.

Na pergunta seguinte, buscou-se saber como percebe que a Assistência Estudantil é compreendida pelos servidores (técnicos administrativos e docentes) que trabalham diretamente com as ações. A resposta da A1 sinaliza várias situações de como a Assistência Estudantil é percebida por segmentos diversos:

A assistência estudantil é vista pelos servidores apenas como distribuição de auxílios, e pelos docentes também, em alguns casos os que são coordenadores de laboratórios procuram o serviço social para selecionar o aluno para ser bolsista naquele laboratório, neste caso é o auxílio formação. Para alguns funcionários o serviço social é o repassador de auxílio; para o serviço médico, se algum aluno passa mal no campus, o serviço social deve entrar em contato com a família do aluno, quem tem que acompanhar o aluno ao posto, ou ao hospital na ambulância do SAMU é o assistente social; o aluno fez uso de alguma substância ou de drogas e está no Campus, leva para o serviço social. Acredito que o serviço médico não se veja como parte da Assistência Estudantil, assim como o pessoal da Coordenação Técnica Pedagógica (CTP). Embora, quando temos casos que precisam ser trabalhados por todos os profissionais conseguimos nos reunirmos. (A1).

Finalizando sua apreciação, destaca a observação de que o Serviço Médico não faz parte da equipe da Assistência Estudantil, embora existam situações em que a equipe toda se reúna. Considera-se sua percepção do ponto de vista da prática pelo trabalho fragmentado e falta de interação, como já mencionado. De maneira institucional no RAE (2015, p. 4), como já expresso, especifica os integrantes da equipe multidisciplinar de Assistência Estudantil mínima (cinco integrantes em que a área da Saúde está contemplada – enfermeiro e nutricionista) e completa (dez profissionais em que na área da Saúde integra - médico, enfermeiro, odontólogo e nutricionista -) e o art. 9º desse documento ressalta que o Serviço de Saúde atua na prevenção, promoção, tratamento e vigilância à saúde, de modo individual e coletivo, colaborando com ensino-aprendizagem (RAE, 2015, p.5).

Bolsa, auxílio e eles nem se tocam que trabalho que a gente faz na coordenação pedagógica é um trabalho de assistência estudantil. Pensa que é só bolsa, ou então serviço da psicologia, quem tem uma visão mais ampla aí detecta a psicologia e detecta o serviço saúde, mas não detecta que a merenda escolar é um trabalho de assistência estudantil, que a biblioteca ela é um trabalho de assistência estudantil. Então a visão assim ainda é muito, limitada, algumas questões. (P1).

A resposta da *P1* também direciona para uma visão limitada, que gira em torno do auxílio. É o mesmo norteamento da *P2*, como descrito a seguir, de foco nos auxílios, porém um aspecto chama atenção, ao concluir essa fala, que se refere ao docente e ao técnico, enfatizando uma prioridade daquele segmento no *Campus*.

Eu acho que eles não compreendem (pausa longa). [...] Eu acho também que o pessoal em relação ao serviço social vê muito a questão só dos auxílios, uma visão só dos auxílios... com relação à CTP, fica muito centrado só mesmo no aluno problemático, então assim, aquele encontro pedagógico que devia ser um momento pros professores estarem participando com mais afinco, eu acho que não percebem a importância [...]. O que importa aqui são os professores. Os outros servidores, os outros técnicos ficam preteridos. (P2).

Nas três respostas, há uma confluência de que a percepção da Assistência Estudantil está relacionada, à primeira vista, aos auxílios. Sobre a prioridade do docente em relação aos demais técnicos, algumas conjecturas podem ser cogitadas: existência ainda forte, em instituições de ensino, de um discurso tradicional que concebe o docente como detentor de conhecimento e que tem o dom da fala final. Outro aspecto é a validação desse saber em nível de titulação, como doutorado e pós-doutorado, que enseja um certo poder, como também na paridade na votação de escolha do reitor, por exemplo, a porcentagem de valor é desigual sendo maior peso o voto dos docentes e, por fim, acrescenta-se o equívoco nas falas de muitas pessoas de que existe o docente, o técnico etc, e muitas vezes não consideram que o docente também é servidor, igualmente aos demais; o que muda é a especificidade dos cargos e funções.

Os auxílios estudantis atuam transpondo a permanência universitária? Se sim, que como?

No meu ponto de vista não. No Campus Fortaleza deveria trabalhar para além da questão da permanência do estudante. Mas, hoje o objetivo do auxílio, tanto é que está no regulamento, é para permanência e conclusão com êxito [...] se o aluno conseguiu concluir seu curso no período hábil, a Assistência Estudantil cumpriu seu papel. (A1).

Eu acho que não posso te responder essa questão de auxílio porque não é a minha vivência como pedagogo, e como os setores eles não são interligados, eles são autônomos a gente não tem essa visão par além, o que alguns alunos, que a gente bate papo com os alunos e a gente conversa com eles, eles dizem que os auxílios

ajudam na permanência deles aqui dentro, mas eu não sei te dizer para além daqui. (P1).

Eu acho que extra Campus. Eu acho que é a proposta, né? Garantir, claro, que o aluno consiga permanecer aqui no tempo adequado, consiga concluir o seu curso. (P2).

Essas falas ressaltaram a garantia da permanência dos discentes na instituição para concluírem seus cursos como sendo objetivo dos auxílios. De outro ângulo, ainda sobre a questão em pauta, nos discursos seguintes, destacam elementos que ajudam na percepção dos auxílios como contribuição que ultrapasse a permanência universitária na vida desses estudantes:

eu acredito que para além sim também, porque eles se formam aqui dentro e eles saem e eles buscam, outros cursos, ou uma pós-graduação, ou concurso e de qualquer forma aquele auxílio permitiu que ele ficasse aqui e concluisse o curso aqui, isso contribui pra que ele busque outros horizontes, essa formação que ele teve aqui dentro, ela é importante pra que ele busque outros horizontes lá fora, é minha visão particular, eu não posso te apontar um dado. (P1).

A *P1* destaca o fator da conclusão do curso que proporcionou uma formação inicial para que o discente buscasse outras opções. Isso foi possível por conta dos auxílios recebidos.

[...] mas eu acho que possibilita que ele se engaje... tô pensando agora no auxílio formação... se engaje em outras atividades aqui dentro... que possam agregar não só a questão do financeiro, mas valor a formação... amplie o recurso desse aluno a outros momentos aqui dentro... que possa se engajar em atividades de extensão, de ensino, de pesquisa. Acho que acaba contribuindo, também, na renda familiar... impacta... e acho que por conta disso, ele permanecendo aqui e concluindo seu curso com êxito ou até depois saindo, ele vai ter outras perspectivas. (P2).

A *P2* também tem ideia convergente em relação à fala da *P1*, destacando, além do valor financeiro, a formação do discente em âmbito geral, acrescentando a questão dos auxílios também servirem como complemento familiar, visto que o critério central para a seleção desse discentes é a condição econômica.

No questionamento a seguir, foi inquirido como a equipe trabalha para que haja uma compreensão reflexiva dos benefícios para todos os estudantes.

Não existe este trabalho. (A1).

A gente divulga, a gente fala e orienta. Nesse momento de acolhimento com os alunos, antigamente, até um tempo atrás, a pouco tempo atrás, a coordenação pedagógica ela trabalhava sozinha, a gente ia fazia o acolhimento, era num dia só, aí o pessoal ia e apresentava o setor ali pra todo mundo era geralção, já tá com dois semestre que pelo menos do integrado a gente já tá fazendo de forma isolada, a gente recebe o integrado uma semana antes e vai trabalhando com os meninos cada setor a gente tem cinco dias pros setores passarem nas salas e ter uma conversa com eles e se apresentar, a gente tá planejando agora um seminário de introdução, a instituição os

técnicos, e aí a gente vai separar curso técnico, vai ter seu seminário, as licenciaturas terão seus seminários, e os tecnólogos e isso pra os novatos, para receber, informar. (P1).

Nas duas falas, mesmo a primeira sendo apenas a negação da existência do que foi questionado e a segunda ao enumerar algumas ações, observa-se que a fragmentação do trabalho da equipe ratifica o que já foi expressado de falta de integração e de planejamento da equipe. A resposta de P2 inicia também com uma negação,

[...] eu acho que isso não ocorre... o trabalho é muito individualizado (pausa) infelizmente. Aqui a gente trabalha mesmo com as demandas que vão surgindo... não há aquele planejamento... até há um esboço disso, mas é mais uma coisa setorizada, muito. Até nessa questão mesmo da interdisciplinaridade, as questões que dizem respeito a qualquer um dos profissionais que possam estar trabalhando na área da assistência estudantil. Na verdade, acaba sendo uma coisa (inaudível)... do tipo, passa pro outro aí pergunta “como é que tá o fulano” e pronto. Você acaba também transferindo um pouco pro outro resolver... o outro profissional e enfim, as ações mesmo de fato, coletivas... elas são muito pequenas.

Essa percepção aproxima-se também do pensamento descrito nas duas falas anteriores, evidenciando a individualização e as ações coletivas serem pequenas e, mais uma vez, salienta a falta de planejamento e o trabalho cotidiano ser norteado pela demanda.

Muitos dos aspectos dessa etapa individual estiveram no momento coletivo e infere-se, de maneira geral, que a ausência de uma coordenadoria específica para tratar da Assistência Estudantil se torna um grande ocasionador de desafios que influem prejudicialmente no trabalho da equipe multidisciplinar. Na sequência, serão expostas as falas dos docentes sobre aspectos da Assistência Estudantil com base no roteiro constante no Apêndice C.

3.2 Entrevistas Individuais com os Docentes do Ensino Superior

Para a escolha dos cursos, foram utilizados os critérios “número maior de discentes que receberam auxílios em 2014 e 2015 (semestre 1)” e “uma representação de cada grupo dos cursos de nível superior”, isto é, licenciatura, bacharelado e tecnológico. Nesse universo, foram selecionados os cursos de licenciatura em Teatro, bacharelado em Engenharia de Telecomunicações e tecnológico em Saneamento Ambiental. Quanto aos sujeitos, foram entrevistados seis docentes, sendo dois de cada curso.

Do curso de licenciatura em Teatro, foram entrevistadas duas docentes, identificadas por DT1 e DT2. A primeira ingressou como servidora técnica em 1994 e prestou concurso para docente em 2008; possui formação em Pedagogia na UECE, doutorado em

Educação na UFC e atualmente trabalha na Diretoria de Assuntos Estudantis³⁷. A entrevista foi realizada em 12/07/2016. A segunda (DT2) iniciou as atividades na Instituição em 2004 e foi a primeira docente a prestar concurso público para Fortaleza, visto que os demais foram remanejados da área de Artes de modo geral. Tem graduação em Psicologia (UFC), mestrado em Teatro pela Universidade de São Paulo (USP) e Doutorado também em teatro pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). A entrevista foi realizada em 18/07/2016.

Do curso de bacharelado em Engenharia de Telecomunicações, os sujeitos entrevistados foram um docente e uma docente nomeados por DET1 e DET2. O primeiro tem 33 anos de experiência. Atualmente é coordenador do curso, tem graduação em Engenharia Elétrica (UFC) e doutorado em Educação na área de Telecom pela (USP). A docente tem 12 anos de atividades na Instituição é coordenadora do curso técnico integrado de Informática, é graduada em Engenharia Elétrica (concluindo em 2002, ocasião em que se formaram 20 homens e cinco mulheres, sendo uma das turmas que mais tinha engenheiras) e mestrado na área de Formação. As entrevistas foram realizadas em 14/07/2016.

Participaram dois docentes do curso tecnológico em Saneamento Ambiental identificados por DSA1 e DSA2. O primeiro tem oito anos de atividades na Instituição, possui graduação em Biologia, mestrado e doutorado em Engenharia Ambiental. O outro docente tem sete anos de experiência na Instituição, com graduação e mestrado em Engenharia Civil. As entrevistas aconteceram em 14/07/2016.

O questionamento inicial foi o que sabe sobre as bolsas de auxílio do Programa de Assistência Estudantil. As docentes do curso de licenciatura em Teatro se expressaram:

É um setor que envolve também os auxílios; envolve toda a assistência. Trabalha/acompanha sistemicamente todos os profissionais da assistência. Os Campi possuem coordenadores de assuntos estudantis e nestas coordenadorias têm psicólogos, assistentes sociais, em alguns campi tem a presença do nutricionista, em quase todos têm o enfermeiro. (DT1).

eu sei as informações porque, por exemplo, fizemos a semana de Teatro e alguns professores vieram explicar várias coisas aos alunos, como a política da assistência estudantil, quais auxílios possíveis, explanação sobre projetos de extensão, etc. [...] Nesse semestre, por conta da crise no país, eu tenho ouvido entre alunos que a renovação não está sendo possível, ou que novos pedidos não estão sendo realizados, etc. Mas é isso que eu sei, que se trata de uma gama extensa de auxílios; desde pai/mãe, até transporte, moradia. (DT2).

³⁷ Atualmente estou na Diretoria de Assuntos Estudantis, então não sei se isto dará validade para a sua pesquisa porque eu certamente sei tudo sobre as bolsas de assistência. Então é uma variável que provavelmente não representa o que é o docente, de modo geral; eu sei porque estou nesta Diretoria, mas talvez o docente possa trazer algo mais fidedigno para a sua pesquisa. Informo para que se leve em conta esta informação. (DT1).

A fala da *DT1* menciona alguns profissionais da equipe multidisciplinar (psicólogo, assistente social, nutricionista e enfermeiro) e destaca que os *campi* têm uma coordenadoria, mas já foi enfatizada a peculiaridade do *campus* Fortaleza de não possuir esse setor específico e, com base nas falas das entrevistadas, seria essencial para a melhoria do trabalho da equipe.

A outra docente - *DT2* - relaciona o seu entendimento às ações de comunicação e informações sobre os auxílios realizadas nos eventos, priorizando a Semana de Teatro. Esse aspecto foi destacado pela equipe multidisciplinar, quando discorreu sobre ações que têm como objetivo divulgar as informações para os discentes sobre a Assistência Estudantil e os auxílios, portanto, torna essas ações relevantes para a comunidade institucional e chama atenção para o contexto econômico que vivencia o País e para as dificuldades enfrentadas pelos discentes para receberem os auxílios. Os docentes - *DTE1* e *DTE2* - do curso de bacharelado em Engenharia de Telecomunicações salientam que:

Bem, nós sabemos que existe uma quantidade de bolsas disponíveis aos alunos e tem o objetivo de engajar o aluno em laboratórios, pra colaborar com a formação dele também e ajudá-lo a se deslocar para que ele possa estar aqui em sala. Então, levamos à risca este procedimento de aprendizado e ensinamento, além da ajuda deles em laboratórios; que é o grande mote da bolsa de auxílio conosco. (DET1).

Eu sei que o pessoal do Serviço Social tem bolsas como auxílio-formação, auxílio transporte, auxílio óculos etc. Então, a gente sempre dá essas informações no primeiro dia de aula, então sempre vai alguém do serviço social e fala que existem esses auxílios e que eles têm que ficar atentos ao site, para quando sair o edital. [...] Como funciona o processo eu não sei de forma aprofundada, eu só explico a questão do auxílio de modo geral, já que muitos alunos procuram. (DET2).

A resposta do docente *DET1* foca sua fala no auxílio bolsa-formação, em que o discente irá cumprir atividades em laboratórios sob acompanhamento de um docente, enfatizando a seriedade no processo ensino-aprendizagem. Menciona *DET2* cita alguns auxílios, dentre os quais o auxílio-formação, e enfatiza o trabalho de divulgação dos auxílios aos estudantes.

O RAE (2016) regulamenta todas as modalidades de auxílios. Como mencionado são 12, e o penúltimo é destinado ao auxílio-formação: subsidia a ampliação da formação dos discentes, devendo as atividades estar vinculadas ao curso no qual o aluno está matriculado, com base em ações de ensino, pesquisa e extensão. Vale ressaltar, consoante *CSS* (ABRIL, 2016), que esse auxílio é criado após a extinção da bolsa PEPE em 1985, com a denominação de bolsa-trabalho é atualmente a bolsa-formação.

Os docentes - DSA1 e DSA2 - do curso tecnológico em Saneamento Ambiental direcionaram também suas respostas a seguir para os auxílios. Ressaltam que tiveram conhecimento sobre esse assunto somente com base na propagação das informações do serviço social.

Eu sei que os alunos, ao ingressarem no curso, podem procurar um setor por aqui chamado serviço social, que dá toda a assistência pra alunos que têm dificuldades de se deslocar até o instituto, ou mesmo dificuldades de se manter por se encontrarem em situações vulneráveis socioeconomicamente, então existe uma série de programas que podem estar sendo disponibilizados para esses alunos; alguns com mérito puramente econômico e outros com mérito também estudantil. Não conheço documentos, conheço pela própria divulgação do Serviço social daqui da instituição. (DAS1).

Eu tenho pouco conhecimento sobre este assunto, o que eu sei é que funciona como um incentivo para os alunos trabalharem com pesquisa ou projetos junto aos docentes e, através de um projeto, conseguem recursos para manter esses alunos no programa. Logicamente, isto a partir das regras do programa, critérios etc. O que eu sei é, basicamente, isso. (DAS2).

As seis falas contribuem para reforçar o discurso das entrevistadas da equipe multidisciplinar - A1, P1 e P2 - de que a maioria dos integrantes da comunidade institucional do *campus* Fortaleza correlacionam de imediato Assistência Estudantil e auxílios, por exemplo, nas falas já descritas:

A assistência estudantil é vista pelos servidores apenas como distribuição de auxílios. (A1).

Bolsa, auxílio e eles nem se tocam que trabalho que a gente faz na coordenação pedagógica é um trabalho de assistência estudantil. (P1).

Eu acho também que o pessoal em relação ao serviço social vê muito a questão só dos auxílios, uma visão só dos auxílios. (P2).

O próximo questionamento indagou sobre as possíveis conversas entre os docentes e discentes que recebem auxílios e quais os auxílios que os estudantes mencionaram e o que expressaram sobre esses auxílios. As docentes do curso de licenciatura em Teatro enfatizaram que

Eles mencionam auxílio alimentação, transporte, porque nosso maior percentual de auxílio é nesses dois tipos de bolsa; nessas duas modalidades. Nesse semestre ainda não perguntei, já que começou há pouco tempo. (DT1).

Sim, já aconteceu. [...] Como professora, perguntam mais se eu sei o prazo para pedir, se o prazo acabou, etc., é mais informativo. O que eu sempre oriento é que conversem com alunos que já recebem auxílio para saber quais os passos a ser seguidos, porque tem a inscrição/renovação na seleção, tem os editais, os períodos, etc. Então, eu oriento a conversarem com outros alunos ou os encaminho ao serviço social. (DT2).

Nas duas falas - *DT1* e *DT2* - as respostas são positivas. A primeira destaca os dois auxílios mais solicitados pelos discentes (alimentação e transporte) e a seguinte ressalta que as perguntas dos estudantes são direcionadas mais para a questão burocrática (prazo, passo a passo) e que os orienta para conversa com outros discentes que já recebem e/ou para o Serviço Social. As respostas dos docentes do curso de bacharelado em Engenharia de Telecomunicações apontam para outra circunstância

É, normalmente a quantidade maior de auxílios/bolsas está no auxílio- formação. É o maior quantitativo. Temos alunos estrangeiros que recebem bolsa de moradia, ou de transporte, alimentação etc, mesmo porque acompanhamos os alunos estrangeiros muito de perto. São alunos da Guiné, da Ilha que é portuguesa, etc; esses alunos normalmente estão em uma situação financeira muito vulnerável; o país deles não manda auxílio e conseguimos mantê-los com essas bolsas, inclusive tem alunos que são casados com brasileiros(as), com filhos e se mantém com essas bolsas. (DET1).

Não, nunca ouvi falar. Quando eles falam é sobre renovar; me pedem históricos para tentar a renovação. Mas sobre ter perdido o auxílio ou algo do tipo, não. Se me procuram, encaminho para o Serviço Social. Na sala de aula já me perguntaram e eu falei sobre o setor específico. (DET2).

DET1, embora enfatize alguns auxílios (moradia, transporte, alimentação), destaca o auxílio- formação como o que é mais solicitado no curso, como também sua fala deixa transparecer que esses auxílios servem para manter os estudantes que residem distante do *Campus*, os estrangeiros, e que também são usados para o custeio familiar.

A resposta inicial de *DET2* foi negativa, mas no decorrer de sua fala, ressalta que os alunos lhe solicitam o histórico para a renovação dos auxílios e que ao ser indagado pelos discentes sobre auxílios, os encaminha ao Serviço Social. Na óptica dos docentes - *DSA1* e *DSA2* - do curso tecnológico em Saneamento Ambiental,

Sim, já. Na verdade, quando eles vêm pra gente pedir informação, geralmente estão preocupados com iniciação científica; a maior parte dos estudantes quer saber se tem alguma bolsa que ele possa pegar pra trabalhar em um laboratório. Acredito que isso acontece porque as bolsas de auxílio sócio-econômico são, normalmente, encaminhadas logo que o aluno entra; são instruídos em palestras, no primeiro dia de aula o próprio serviço social manda o seu grupo lá para apresentar e mostrar pra esses alunos, já no primeiro dia, todas as informações a respeito dessas bolsas. Então, geralmente, eles já vão direto para o serviço social quando querem um auxílio alimentação, auxílio moradia, etc.; já quando vêm perguntar alguma coisa para o professor, pelo menos na minha experiência pessoal, é de que a bolsa geralmente tem a ver com pesquisa, estudo e etc. (DSA1).

Não, nunca um aluno me abordou para me perguntar sobre bolsas de pesquisa. Já chegaram para perguntar sobre estágios, empresas, onde podem conseguir trabalhos

externos. Mas trabalho na área específica do curso dele, não, nunca houve esse tipo de abordagem. (DSA2).

DSA1 salienta que, ao ser procurado pelo discente, as perguntas são direcionadas à bolsa de pesquisa ou para trabalhar em laboratório. No caso, auxílio-formação, e que os demais auxílios eles (discentes) já têm conhecimento de onde obter as informações e se direcionam para o Serviço Social. *DSA2* expressa que a procura dos alunos se restringe a informações sobre trabalho externo, portanto, disponibilidades de estágios e empresas.

Sobre a relação entre aprendizagem e recebimento de auxílios, foi inquirido o seguinte: considera, no geral, que o discente tem melhor aproveitamento na sua aprendizagem quando recebe auxílio? Justifique sua resposta. Consoante as falas das docentes do curso de licenciatura em Teatro, observa-se que,

Na minha concepção, sim. Eu suponho que quando ele tem essa despreocupação com questões financeiras, já que você está falando do auxílio financeiro, ele pode mais tranquilamente se voltar aos estudos. A gente também identifica essa correlação pelo menos na fala de alguns estudantes, em alguns estudos que já fizemos por conta da Diretoria. Então, fizemos essa correlação de um grupo de alunos que recebem bolsa e um grupo de alunos que não recebe naquele semestre. Nota-se que os alunos reprovam menos e evadem menos quando recebendo o auxílio. Diante destes dados, identificamos tal correlação. (DT1).

DT1, com base em conversas de estudantes e de estudos realizados sobre evasão, reprovação e auxílio na comparação de dois grupos de alunos, ressalta ao final de sua resposta: [...] *nota-se que os alunos reprovam menos e evadem menos quando recebendo o auxílio*, fator que contribuiu na sua resposta de positividade.

DT2 iniciou sua fala afirmando incerteza de se poder fazer a relação aprendizagem e auxílio de imediato: *eu não sei se dá pra fazer essa relação assim de imediato, mas eu acho que é muito importante pra eles permanecerem*. No discorrer do discurso, expressou dois aspectos interessantes nesse curso: distância entre a residência e o *campus* Fortaleza

[...] Temos, inclusive, muitos alunos que vêm de interiores perto da capital, como Cascavel, Pacajus, e voltam no mesmo dia para casa. Tem uma aluna que tem problema de visão nos dois olhos, ela é deficiente visual e até pensamos em um auxílio pra mãe da aluna porque a mesma precisava acompanhá-la sempre até às aulas. (DT2).

Nesse curso, não é diferente dos demais, e existem alunos que precisam de auxílio-transporte. Vale ressaltar que, dentre os cursos de licenciatura, o de Teatro é o que mais tem discentes que recebem auxílios-alimentação e transporte, situação também do curso de bacharelado em Engenharia de Telecomunicações e do curso tecnológico de Saneamento

Ambiental. Esse foi um dos critérios para a escolha desses cursos constarem desta investigação, como ressaltado.

Exemplificando, destacou o caso de uma estudante deficiente visual, que não tem prioridade na solicitação dos auxílios, visto que o critério é a situação socioeconômica do discente. Em outro ângulo, ela também assinala a situação da mãe da aluna, de ter que vir todo dia em acompanhamento. De tal modo, pode ser uma situação que dificulte a permanência desta aluna no curso. O segundo aspecto enfatizado refere-se ao desafio do trabalho com a arte:

[...] Às vezes começa na tradição, como quadrilha, que é uma tradição popular, então, fazer esse descolamento até Fortaleza pra estudar um curso que tem um mercado de trabalho, mas não é um mercado de trabalho amplo e forte... porque eles vão ser professores de teatro, em algum concurso etc., e alguns já trabalham na área, mas a lida com a arte é difícil. (DT2).

Sinaliza para a fragilidade e restrição do mercado de trabalho. Considera-se que esse fator deve ter sido levado em conta no momento de criação do curso, direcionando-o para ser uma licenciatura, portanto, o estudante teria mais oportunidades de trabalho, abrangendo também o campo do magistério, como ressaltado na conclusão de sua fala: *porque eles vão ser professores de Teatro, em algum concurso etc. (DT2).*

Continuando com a indagação, considera no geral que o discente tem melhor aproveitamento na sua aprendizagem quando recebe auxílio? Justifique sua resposta. Os docentes - *DET1* e *DET2* - do curso de bacharelado em Engenharia de Telecomunicações, destacaram:

Não, eu percebo que o aluno passa a ser mais interessado principalmente nas aulas práticas de laboratório; então, passa a ser um fator determinante para que ele se interesse mais por essa parte prática, a parte do curso que realmente interessa pra ele. E acho que o grande aprendizado dele é a responsabilidade com a própria instituição, ele passa a perceber que a instituição também é dele, então essa ideia de posse é maior que em outros alunos; o cuidado, a empolgação etc. (DET1).

Isso eu nunca percebi, até porque não sei quais dos meus alunos recebem auxílio, então não posso associar. Não, nunca soube. Eu imagino que ajude bastante, porque existem exemplos de alunos que não têm o dinheiro para vir às aulas. (DET2).

DET1 ressalta alguns benefícios que ele percebe no aluno que recebe auxílio e aqui ele direciona novamente sua fala para o auxílio-formação como um meio que ajuda a formar uma pessoa responsável, além do aprendizado em sua área técnica.

A outra docente - *DET2* - direciona sua resposta para o auxílio-transporte acentuando que esse recurso ajuda bastante no deslocamento dos alunos que não podem custear. É interessante registrar o fato de que, no momento desta entrevista, uma discente da Instituição que recebe auxílio pediu licença e acrescentou sobre o assunto que, se não fosse o auxílio, não

tinha dinheiro *nem pra comer, nem pra comprar calças jeans para vir às aulas*³⁸. Após essa interferência da discente, a entrevistada complementou:

Então, quando o aluno tem esse auxílio, faz muita diferença, porque ele consegue ter mais acessibilidade. Se os pais não conseguem arcar com os gastos com passagens e alimentação, é importante que a instituição proporcione a segurança para o aluno de que ele poderá vir às aulas e voltar tranquilamente. São casos em que, se não tivesse o auxílio, o aluno provavelmente abandonaria o curso e pra gente é ruim porque fica a vaga ociosa. Assim, eu acho que faz toda a diferença. (DET2).

No tocante à mesma questão, sob o ponto de vista dos docentes do curso tecnológico em Saneamento Ambiental,

Aí depende. Eu, particularmente, só tenho ciência de que o aluno está recebendo auxílio quando ele é meu bolsista; então, eu não sei quando ele é bolsista de outro professor ou se ele está recebendo um auxílio alimentação, eu realmente não tenho conhecimento dentre os meus alunos sobre quais recebem e quais não recebem. Dos que eu oriento e tenho comigo, eu sei que eles têm que ter um comprometimento e é isso que interfere e melhora o desempenho do aluno, de fato. (DSA1).

na minha opinião, o fato de ele estar atuante, com presença, não implica em um bom desempenho. (DSA2).

Assim como sua resposta anterior, a sua fala vai ao encontro do auxílio-formação pelo fato de ele acompanhar o aluno, de tal sorte que tem conhecimento de quem recebe esse benefício. Finaliza apontando o compromisso do discente e o fato de desse aspecto ajudar na melhoria de seu desempenho. DSA2 não faz a correlação direta entre auxílio e bom desempenho no que se refere à aprendizagem.

Na sequência, o encaminhamento foi norteado para saber as dificuldades que o discente que recebe auxílio tem no acompanhamento dos conteúdos trabalhados em sala de aula. A respeito disso, as docentes do curso de licenciatura em Teatro expressa que

O desempenho dele vai estar muito mais ligado a outros fatores[...], não significa que o aluno, necessariamente, tenha um déficit cognitivo ou tenha dificuldades de aprendizagem de antemão. (DT1).

Mais uma vez, eu não posso precisar com certeza a relação aluno que recebe auxílio e algum déficit no aprendizado. Acho que temos os dois casos; temos alunos que recebem o auxílio e a partir disso passam a se dedicar mais ao curso, superando dificuldades, e temos alunos que têm essa dificuldade de base muito evidente, não sendo suficiente o curso para ajudar. [...]O auxílio anda nesse esforço/disciplina para

³⁸ Complementando sua fala: *afirmo que é muito importante porque, por exemplo, eu pago aluguel, faço muitas coisas e se não tivesse esse auxílio, eu não teria como ficar aqui o dia todo estudando. Então, é algo importantíssimo! Porque para trabalhar e estudar é quase impossível, afinal, como consigo um trabalho de meio período? É impossível. Quando se consegue, é insustentável manter os dois, porque se você tem uma prova, não tem como estudar.*

cumprir os requisitos do curso, e aos poucos eles vão descobrindo que é importante para essa superação da educação-base. (DT2)³⁹.

As respostas não relacionam o auxílio à aprendizagem do estudante, mas o auxílio ajuda no deslocamento para o curso e a assiduidade do aluno. Por conseguinte, o aluno acompanhando o dia a dia no curso tem mais possibilidades de aprendizagem. A DT2 enfatiza ainda dois tipos de alunos que recebem auxílios no curso: os que se dedicam e superam as dificuldades e os que têm déficit de aprendizagem de base. O auxílio está direcionado a dar condições para o aluno de acordo com as modalidades e tipos de auxílios. Em contraposição, o estudante precisa de disciplina e comprometimento, como já destacado em falas anteriores. Para os docentes do curso de bacharelado em Engenharia de Telecomunicações,

Acredito que a maior dificuldade pra eles é que, naturalmente, ele tem que dedicar um tempo pra essa bolsa e aí, como consequência, ele vai ter menos tempo pra estudar. Mas em compensação, ele tem a vantagem que ele tem conhecimentos extra; alguns deles se envolvem tanto que inclusive nós incentivamos que participem das aulas que acontecem nos laboratórios. Então, alguns passam a ser alunos voluntários da própria aula e ainda ajudando no próprio conhecimento dele. Todos são cursos afins; são alunos do núcleo comum, onde tem eletrônica e etc que são comuns e todos aprendem. (DET1).

Tem alguns alunos que são bolsistas e trabalham nos laboratórios; eles são ótimos alunos. (DET2).

Ambos mencionam o auxílio- formação, ressaltando a contribuição dos discentes que recebem auxílios nas aulas de laboratórios melhorando a própria aprendizagem, como salientado na fala de DTE2. De certa maneira, servem como incentivo para os demais alunos, como enfatizado por DET1, os discentes que se tornam voluntários, fato que é muito bom para o curso e para os alunos. Na perspectiva dos docentes do curso tecnológico em Saneamento Ambiental, as falas foram direcionadas da seguinte forma:

Isso é uma questão do próprio programa de bolsas, eu não sei dizer de quais especificamente, mas existe esse critério de que o aluno deve apresentar desempenho satisfatório, podendo perder essa bolsa, caso contrário. Então, é uma coisa que é obrigatória. Se não me engano, alunos com mais de duas reprovações por semestre,

³⁹ Considera-se importante acrescentar o complemento de sua fala por trazer elementos do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) que contribui para a permanência do discente no curso: *mas temos tido um bom número de colocações de grau nos últimos dois anos, entram vinte e cinco, saem quatorze/quinze alunos; numa licenciatura que tem dois TCC, porque temos o TCC espetáculo e o TCC monografia. Então, acho que isso tem feito o aluno permanecer e a tentar cumprir a carga horária de modo que não fiquem trancamentos no histórico, que tenha notas boas, evitando reprovações, etc. Basicamente, tem os dois casos; alunos que tiveram uma família mais estruturada, ajudando nessa fase de estudos básicos na educação primária e alguns que têm mais dificuldades, claro, porque é difícil. No caso, o TCC é um período de retenção, pode levar um semestre ou dois, porque é quando o aluno vai escrever a monografia, geralmente 40/50 páginas, e isso pode causar certa crise; porque tem que ter leitura e tem que ter passado de pesquisa; então tem certa retenção, mas não é um número tão significativo. (DT2).*

perdem a bolsa, seja ela de mérito estudantil ou de auxílio socioeconômico. Ou seja, se esse aluno não tiver um desempenho mínimo, ele perde o benefício. (DSA1).

DSA1 mencionou o aspecto burocrático, já expresso no edital, que regula a concessão dos auxílios, destacando o aspecto disciplina e desempenho como condições para que o estudante continue a receber quaisquer modalidades de auxílio. *DSA2* sinaliza um elemento já enfatizado pela *DT2*, que é a falta de conhecimento básico dos discentes no curso:

Um curso desses de nível superior, nos últimos semestres, pressupõe-se que o aluno vai chegar nesse momento com um conhecimento básico para determinadas questões. E a gente percebe que, quando surge a necessidade de serem aplicadas questões das mais variadas naturezas, em que o conhecimento básico é necessário, aparecem alunos com essas dificuldades. (DSA1).

Na sequência de sua fala, discorreu sobre um exemplo do desempenho de um aluno que estudou com ele e que se tornou bolsista:

No caso, tive oportunidade de ver um deles que foi meu aluno e hoje é bolsista no laboratório de mecânica dos solos; é um aluno bom do ponto de vista do esforço, trabalhava fazendo ensaios de laboratório, mas na aula, na hora de fazer a prova com a parte teórica, você percebe que o conteúdo era fraco. Ele já se formou. Era o último semestre; hoje ele trabalha, inclusive passou em um concurso da Cagece em um município do interior e hoje está desempenhando esse trabalho lá na área que ele se formou. O fato é que, mesmo com o esforço evidente, você percebe a deficiência de base nas disciplinas; este aluno tinha essa deficiência. (DSA2).

Pelo relato, é notório que o aluno tinha dificuldades em conteúdos prévios que serviam de base para a disciplina, mas, pelo esforço, esse estudante conseguiu permanecer no curso e até ser aprovado em concurso público, ponto de vista que vem ao encontro de falas anteriores ao correlacionarem, de alguma maneira, o auxílio à melhora do desempenho.

A questão seguinte se propõe saber da motivação do discente que recebe auxílio do que não recebe. Nas respostas das docentes do curso de licenciatura em Teatro,

Não, não identifiquei. (DT1).

Sim, o auxílio é um elemento motivador. (DT2).

Na fala da *DT2*, observam-se trechos relevantes que ajudam a pensar o auxílio como elemento motivador. Primeiro, ela destaca o fato de motivar, mas também que a falta do auxílio não leva à desistência do curso. Aponta um exemplo:

O fato de não conseguir o auxílio pode desmotivar, mas acredito que não a ponto de desistirem do curso. Teve um caso de um aluno que não conseguiu o auxílio, trancou

o curso e foi morar em outra cidade, trabalhar; agora está voltando, porque estamos numa fase em que é mais difícil ainda enfrentar a realidade de outra cidade e se manter. (DT2).

O segundo elemento mencionado foi o turno da tarde, em que as aulas do curso são realizadas, e a dificuldade do aluno encontrar um estágio de trabalho que possa atender ao tempo de que ele dispõe

O nosso curso tem uma característica que eu acho que ajuda a entender a quantidade de auxílios, que é o fato de ser um curso no período da tarde, o que impede, em algumas medidas, um emprego de oito horas diárias, por exemplo. É bom pra dinâmica do teatro, porque à tarde estuda, à noite se apresenta e tem a manhã livre para descansar, mas não existe um tempo hábil para trabalhar. (DT2).

O fragmento a seguir traz o desfecho de seu ponto de vista sobre a questão, e ressalta que o auxílio é sim motivador e ajuda na permanência do aluno, controlando a evasão no curso. Sobre o horário do curso e o mercado de trabalho, aponta a possibilidade de migração de alunos para o curso de Teatro da UFC por ser realizado no horário noturno.

Então, na realidade de um aluno que tem que estudar e trabalhar, o auxílio entra como um fator fundamental para a permanência no curso. Isso eu considero um fator importante; tem o fato dos alunos carentes, é uma realidade, mas também tem essa questão do horário do curso. O que nos ajuda a não evadirem pro curso de teatro da UFC que é noturno, inclusive tivemos algumas transferências logo que abriu o curso de teatro lá, porque é atraente a ideia de trabalhar e estudar à noite; mas agora estabilizou. Então, acho que o auxílio ajuda nessa fixação, realmente motiva. (DT2).

As repostas dos docentes do curso de bacharelado em Engenharia de Telecomunicações foram positivas e ressaltaram que:

Percebo muita diferença! Como falei, a motivação dele para as aulas práticas, a preocupação dele com o aprendizado dos outros colegas, o ensino, já que ele fica disponível como monitor também, a organização com o laboratório e equipamentos, então ele passa a se apropriar de todos estes elementos. Lógico que nós fazemos um trabalho com eles sobre isso, fazemos pequenos treinamentos para que eles tenham consciência de que ali também faz parte do que eles estão responsáveis. (DET1).

DET1 chama atenção para responsabilidade que o aluno vai adquirindo com o ambiente de trabalho, no caso, o laboratório, com o aprendizado dos demais colegas e também dos docentes e coordenação de curso em ofertar cursos para que eles tenham não somente uma formação técnica, mas que também aprendam requisitos relevantes para a formação profissional, como disciplina, responsabilidade etc. Em outro momento de sua fala, assinalou detalhes sobre o treinamento destacado acima:

Tem também o treinamento antecipado para que ele se comporte como profissional e não como aluno, no sentido principalmente da vestimenta, porque aqui não temos

fardamento e eles fizeram questão de usar a farda que tem agora para bolsistas e o restante da roupa como um todo; calça, sapato, segurança elétrica, etc. Trata-se de todo um treinamento que fazemos no começo para que ele tenha consciência dessa realidade. (DET1).

DET2 aborda a questão financeira:

Sim, com certeza, porque tira a preocupação deles quanto ao acesso às aulas. Até pelo fato de liberar os pais de muitos gastos como material escolar, por exemplo, para uma xerox, lanche e etc., já é uma ajuda.

Esse é outro aspecto da condição financeira no momento em que o discente se sente tranquilizado, e o auxílio tem esse propósito. Por conseguinte, ele terá mais condições de acessibilidade e permanência até a conclusão de seu curso e com possibilidades de uma formação mais qualitativa, bem como de sair com melhores condições de ingresso no mercado de trabalho. As falas dos docentes do curso tecnológico em Saneamento Ambiental também sinalizam para esse pensamento:

Com certeza. Isso é um fator que, inclusive, vai ajudar a diminuir a evasão. (DAS1).

Acho que sim, podemos dizer que a remuneração torna o aluno mais motivado no curso. Não dá para precisar o quão motivado, mas a sensação é essa. (DAS2).

A pergunta seguinte foi direcionada a saber se o discente que recebe auxílio tem mais chances de evasão. As falas abaixo apresentam o ponto de vista das docentes do curso de licenciatura em Teatro:

Sim, com certeza ajudam a permanecerem. (DT1).

Acredito que sim ajuda a permanecer e também a terminar no período correto, no tempo hábil, sem se estender longamente, porque o auxílio também tem suas exigências para renovação e etc., existe todo um tempo para isso. (DT2).

Concordam com o questionamento e *DT2* destaca também a exigência do aluno que recebe auxílio de terminar o curso em tempo hábil, exceto casos de doenças e /ou que são aceitos pelas coordenações como direito do estudante e tenham respaldos legalizados. Esse assunto, já mencionado, se torna um problema para a instituição e que têm alunos com o dobro de tempo e que ainda não concluíram seu curso. Chama atenção para o fato de que essa situação não é de um aluno que recebe auxílio continuamente.

Com certeza absoluta, não tem nem o que dizer sobre isso. Eu até digo que o auxílio é um fator determinante para ele não evadir. (DET1).

Eu penso que sim. Porque ele vai pela lógica de que, agora que tem essa ajuda, vai até o fim. O próprio compromisso é mais concreto; a responsabilidade que se coloca ao aluno. (DET2).

Quanto aos docentes do curso tecnológico em Saneamento Ambiental, DSA1 comunga da mesma ideia das docentes do curso de licenciatura em Teatro:

Acredito que nosso maior problema quanto à evasão hoje não é por problemas financeiros, ou menos a dificuldade do aluno. Mas é fato que o auxílio ajuda a diminuir essa evasão.

De outro ângulo, DSA2 faz uma analogia entre o lanche e evasão. Na sua conclusão, levanta a possibilidade de que a presença desse aluno na instituição pode ser direcionada à questão do lanche, por exemplo e, dessa maneira, essa quantidade de alunos na instituição não estaria relacionada diretamente ao desempenho, como enfatizado em sua fala a seguir:

Eu não sei si a analogia vai ajudar, mas, por exemplo, quanto ao horário que é servido o lanche dos alunos, existe uma sensação, pode parecer estranho isso, mas parece que o aluno vem para assistir a aula, mas também vem por conta do lanche. Pode parecer polêmico isso, mas é uma percepção minha. Então, se a pessoa vem para comer, não quer dizer que o desempenho dela vai ser exemplar por conta disso. Então, o que faz a evasão minimizar? Coisas desse tipo? Tudo bem, mas isso é refletido no desempenho do aluno. Para uma grande parcela, acho que não influencia nada; se a pessoa vem por conta do lanche, por exemplo. No caso dos bolsistas, dá a eles a intenção do desempenho dos alunos ser melhor; é como eu disse, dos que eu conheci, metade eram bons alunos e a outra metade, não. (DSA2).

Analisando essa perspectiva, percebe-se nas entrelinhas de sua fala que ele deixa transparecer a ideia de o auxílio se tornar importante na evasão, quando ele aponta nas linhas iniciais de sua fala que *parece que o aluno vem para assistir a aula, mas também vem por conta do lanche*. Embasada nessa concepção, observa-se que essa situação pode ser articulada à baixa condição socioeconômica da maioria dos alunos, que dependem da merenda que é distribuída pelo Governo Federal e, como já destacado, faz parte do setor de Assistência Estudantil sob a gestão do profissional da Nutrição. É essa situação de falta de condições financeiras, isto é, o fator socioeconômico, um critério fundamental para que os discentes efetivem a solicitação de auxílios⁴⁰, por conseguinte, como também salientado em falas anteriores, um aliado na permanência do discente no curso e até além do curso.

⁴⁰ Cf. Anexo A - Edital do Programa de Assistência Estudantil, Ficha de questionário socioeconômico e Formulário para interposição de recurso relativo ao resultado da solicitação de auxílios – regulamento de assistência estudantil do IFCE.

Sobre a contribuição do auxílio na UFRJ à pesquisa de mestrado de Menezes (2012, p. 104), registra-se algumas falas dos entrevistados que vêm ao encontro dessa discussão:

Foi essencial...porque eu acho que...não sei como eu faria. Acho que eu teria que me virar muito mais para manter a faculdade. Ainda mais no começo.

Auxiliou... o fundamental... pra tirar xerox, se tem algum projeto cultural que não dá pra fazer. Auxiliou também no estágio, auxilia na impressão de trabalho... essas coisas xerox, compra do livro também.

É oportuno mencionar o estudo de Vargas (2011) enfatizado na seção - Fundamentação Teórica - em que os resultados apontaram que a assistência estudantil, ao subsidiar os discentes pobres a obterem o diploma de graduação, colabora para que eles ingressem no mercado de trabalho e ampliem suas possibilidades de ascensão na sociedade. A fala da CSS (2016), também já mencionada, ressalta esse aspecto [...] *eles (alunos) chegam aqui e dizem professora (porque tem a mania de chamar todo mundo de professor) professora passei no ITA, professora passei no IME, professora passei na Petrobrás, professora passei na USP.*

No quesito seguinte, o foco destacou a frequência do discente que recebe auxílio. Na concepção das docentes do curso de licenciatura em Teatro,

[...] O que o auxílio vai contribuir é fazer com que ele tenha as condições de se deslocar até a instituição e ele estando presente na instituição, conseqüentemente, ele vai ter um desempenho melhor do que ele faltando. (DT1).

Sim, sim, é como se ele fosse aprendendo a ser mais disciplinado. (DT2).

Ambas expressam resposta favorável. *DT1* sinaliza para um exemplo do auxílio-transporte como contribuinte da acessibilidade do aluno à Instituição, condição que permite associar essa frequência ao desempenho do aluno ou não, dependendo de outros fatores (motivação, qualidade da Educação Básica, condições de estrutura da sala de aula, de laboratórios, acompanhamento do docente, dentre outros). *DT2* concordou com a pergunta e acrescentou a disciplina que é exigida, tanto pelo docente como pela normatização, nos documentos que respaldam a seleção para a solicitação de auxílio. Para os docentes do curso de bacharelado em Engenharia de Telecomunicações, a frequência dos discentes é positiva:

Olha, eles estão sempre presentes. Tem aqueles casos esporádicos que faltam, mas já estou verificando de perto e tenho um acompanhador que faz esse acompanhamento; focando principalmente na melhora em sala de aula, se ele está se preocupando com os estudos etc, em relação a esse retorno imediato. Não, é só aqui no departamento, porque eu percebo eles muito soltos. Então, a gente questiona questão de horário, vestimenta, comportamento e etc. (DET1).

Sim, com certeza. (DET2).

Eles comungam do mesmo ponto de vista da frequência desses estudantes na instituição com os docentes do curso tecnológico em Saneamento Ambiental. *DSA1* destaca que é um dos pré-requisitos para os discentes cumprirem e aponta para a importância do auxílio, ressaltando a condição ideal, que é estudar sem precisar trabalhar. *DSA2* respalda essa relevância do auxílio para que o discente possa concluir seu curso:

É um pré-requisito, então se ele não tiver frequência, não vai ter a bolsa. Se ele tem a bolsa, é porque ele cumpre esses requisitos, tem boa frequência, não tem reprovação, etc. É uma bolsa importante, com certeza, porque nem todo mundo tem a possibilidade de estudar nas condições ideais, que seria sem ter que trabalhar, ou sem ter que se preocupar com o que vai comer ou onde vai dormir. E essas bolsas vêm a minimizar esse tipo de problema, porque, com certeza muita gente faz muitos sacrifícios para estar aqui dentro. (DSA1).

Na minha opinião, sem conhecer a fundo as causas, eu acredito que qualquer incentivo, seja em forma financeira ou por meio de custeio de transporte/moradia, é um fator contribuinte para a presença constante desse aluno na instituição. (DSA2).

Conforme a LDB nº 9.394 (BRASIL, 1996) a frequência é normatizada no art. 24, quando se refere à Educação Básica, exceto a Educação Infantil. No inciso VI, determina que

O controle da frequência fica a cargo da escola, conforme o disposto no seu regimento e nas normas do respectivo sistema de ensino, exigida frequência mínima de setenta e cinco por cento do total de horas letivas para aprovação.

Relacionado ao nível superior, o art. 47 no parágrafo 3º, determina que é obrigatória a frequência de alunos e professores, salvo nos programas de Educação à Distância. O edital nº 02/2016 do Programa de Assistência Estudantil do IFCE especifica como um dos requisitos que o discente deverá ter matrícula e frequência regulares (p. 2). Portanto, mesmo independentemente de receber auxílio, a frequência é um critério que precisa ser seguido à risca para aprovação no curso e o fato de receber auxílio exige, de certo modo, uma responsabilidade maior, como também proporciona uma motivação para que esse aluno, mediante seu esforço, permaneça no curso. O Programa de Assistência Estudantil- edital nº 02/2016 (p. 1), expressa que o objetivo do auxílio é

[...] ampliar as condições de permanência do aluno na instituição, apoiar a formação acadêmica dos discentes regularmente matriculados no IFCE - *campus de Fortaleza*, através de auxílios pecuniários, na perspectiva de viabilizar a igualdade de oportunidades, de contribuir para a melhoria do desempenho acadêmico e de agir preventivamente nas situações de retenção e evasão decorrentes da insuficiência de condições financeiras.

A frequência, além de poder ser relacionada ao desempenho, também incide em outro ponto, que é a avaliação. Esse foi o tema da última pergunta direcionada aos docentes - como é o processo avaliativo desse discente (que recebe auxílio) nas atividades e provas realizadas no decorrer do semestre? Na concepção das docentes do curso de licenciatura em Teatro,

A gente não faz uma separação a esse nível em sala de aula; como eu falei, eu como docente, não faço. É que por turmas, geralmente você tem um aluno que recebe auxílio; não é uma grande maioria que você possa identificar esse tipo de observação/acompanhamento. (DT1).

Não quero ser generalista, mas acredito que, em sua maioria, são alunos na média. Mas não são alunos que se destacam mais, que fazem uma monografia de qualidade superior. Temos muitos alunos aprovados em mestrados, vão direto para mestrado, na UFC, por exemplo. (DT2).

DT1 sinaliza para impossibilidade de não precisar uma resposta em virtude da não identificação dos alunos que recebem auxílios. *DT2* acentua que, em âmbito geral, a maioria se enquadra na média, e ressalta a excelência de alunos aprovados em cursos *stricto sensu*, mas que não é o caso daqueles em questão. Na óptica dos docentes do curso de bacharelado em Engenharia de Telecomunicações,

[...] ele é um aluno bom; termina sendo um aluno bom. Mesmo que ele seja regular no início, no final percebemos a melhora substancial desse aluno. Ele passa a ser requisitado pelos próprios professores pra fazer parte da aula dele. Nós temos casos aqui de o professor solicitar que aquele bolsista faça parte das aulas dele, porque ele ajuda inclusive na interação. Por exemplo, o grupo não pergunta, mas ele tem uma pergunta e termina sendo mediador com o professor; tirando dúvidas do colega etc. Então, é importante. (DET1).

O discente que recebe auxílio também é considerado como um *bom aluno* e enfatiza o processo de desenvolvimento gradual do aluno que é regular, mas que tem a possibilidade de ascender e se tornar um aluno bom. A outra docente - *DTE2* - enfatiza a excelência dos alunos que ele conhece:

Os que eu conheço, são excelentes alunos. As meninas que têm bolsa aqui nos laboratórios, pelo menos, são ótimas alunas. Outros professores também comentam e algumas vezes esses alunos até ajudam a tirar dúvidas de colegas que estão com dificuldades; então, até ajudam os professores. Ou seja, não existe essa ideia de desempenho inferior.

É relevante salientar nessa fala a excelência das meninas em um curso de Engenharia antes totalmente preenchidos pelo sexo masculino, como também que essa fala é de uma docente desse curso e coordenadora de um curso na área de Informática. O discurso

seguinte complementa o ponto de vista dessa docente, que assinala ser positiva a análise da avaliação do histórico que contém as notas e frequência, portanto, dois requisitos avaliados:

Eu acho que o aluno tendo a bolsa e tendo interesse, funciona. Porque o interessante é que, para renovar a bolsa, o aluno precisa levar o histórico e o mesmo é avaliado; então, ele sabe que tem que se esforçar para que se renove a bolsa. A preocupação dele é manter notas boas, não mais a preocupação de não conseguir concluir o curso por conta de vulnerabilidade financeira etc. Então, acho interessante esse requisito de manter a média, para que o aluno tenha esse esforço; é um critério positivo. Porque não faz sentido o aluno receber esse auxílio e faltar as aulas, ou tirar notas baixas. A não ser que seja um caso específico de doença ou algo assim. (DET2).

Sobre o tema avaliação, os docentes do curso tecnológico em Saneamento Ambiental destacaram que

Eu, particularmente, não acompanho as notas dos meus bolsistas justamente porque o serviço social já tem essa preocupação de ver se o aluno está cumprindo o mínimo necessário. Então, não tenho essa preocupação. Óbvio que se o aluno estiver cursando a minha disciplina especificamente, eu vou dar uma atenção maior e vejo que eles acabam se esforçando um pouco mais recebendo uma bolsa vinculada ao trabalho que ele está desenvolvendo. Fora das minhas disciplinas, eu realmente não acompanho. (DSA1).

DSA1 atribui o serviço de acompanhamento de notas ao Serviço Social -realmente é uma das tarefas desse setor - e ressalta que o discente recebedor de auxílio que ele acompanha é o que cursa a disciplina dele. De outro ângulo, embora do mesmo curso, a avaliação de DSA2 é de que há divisão de bons alunos e outros que denotam dificuldades de conhecimento de conteúdos considerados por ele base para o aprendizado nesse curso. Enfatiza a dificuldade em conhecimentos prévios da Matemática:

Sim, são alunos que foram meus alunos. É como eu lhe disse, a metade deles, nas avaliações, se mostravam consistente, realmente bons alunos. Enquanto a outra metade, inclusive do curso de Saneamento, tinham pouca base de conhecimento; chegando inclusive nos últimos semestres com deficiência em áreas-base, como Matemática e etc. (DSA2).

Essa deficiência destacada pode ser correlacionada à tendência pedagógica tradicional, mencionada na seção da Fundamentação Teórica, relacionada aos aspectos da didática do professor, incluindo métodos didáticos que se resumiam, na maioria das vezes, a uma aula expositiva oral sem participação do aluno, sem a explicação da importância e utilidade dos conteúdos transmitidos. Esse foco direcionado somente aos conteúdos também criou avaliação que priorizava somente o resultado e não o processo de aprendizagem do discente,

uma avaliação na perspectiva do professor autoritário. Sobre esse assunto Vasconcellos (1995, p. 37) expressa que

A prática da avaliação escolar chega a um grau assustador de pressão sobre os alunos, levando a distúrbios físicos e emocionais: mal-estar, dor de cabeça, “branco”, medo, angustia, insônia, ansiedade, decepção, introjeção de auto-imagem negativa. Uma escola que precisa recorrer à pressão da nota logo nas series iniciais, em certamente, uma triste escola e não está educando, é uma escola fracassada.

Com efeito, a Educação vista como processo ensino e aprendizagem de modo simultâneo tem mais possibilidades de lograr êxito. Nas falas, a maioria dos discentes que recebem auxílios têm um acompanhamento docente (além das atividades do setor de Serviço Social) e atestam que é notória a mudança desses discentes, tanto no desenvolvimento intelectual como na formação para o trabalho, considerações que também são possibilitadas por todos os serviços prestados pelos profissionais da Instituição. Nesse estudo, destacam-se as ações da Assistência Estudantil é enfatizada a relevância da concessão dos auxílios como fator aliado na permanência desses estudantes. Na sequência, vêm as Considerações Finais desta trajetória investigativa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Educação Superior brasileira, embora tenha logrado avanços em políticas públicas educacionais e na legislação no final dos anos de 1980 e seguintes, com a instituição do REUNI, o aumento no número de universidades federais, o incentivo aos cursos de Educação a distância, criação da UAB e dos institutos federais de Educação, Ciência e Tecnologia, como também, os Programas PROUNI e FIES para as instituições superiores privadas, ainda assim, enfrenta desafios para garantir a Educação como direito de todos, sobretudo, com qualidade.

Contribuindo para esse contexto, destaca-se as políticas públicas que são influenciadas pelas prioridades dos governos, além do problema histórico brasileiro de cunho socioeconômico da maioria da população, ocasionado pela desigualdade na distribuição de renda familiar. Esta situação perpassa todos os níveis da Educação Básica, pois a falta de condições para concluí-la em tempo hábil e com qualidade, dificulta o melhor desempenho desse estudante no Ensino Superior.

Com o intento de melhorar essa situação foram criados os auxílios para apoiar os alunos na conclusão de curso, como ressaltado, a Caixa Escolar que arrecadava recursos para esse fim. No IFCE - *campus* Fortaleza, a criação de bolsas como PEPE, atualmente, auxílio-formação, como também, os auxílios-transporte e alimentação (nesta pesquisa foram os mais solicitados) que fazem parte do conjunto de benefícios previstos no PNAES, cujo objetivo é atender a demanda dos alunos em condições socioeconômica vulnerável e controlar a evasão.

É notória a contribuição desses auxílios para subsidiar os discentes nos cursos, concepção que vai ao encontro dos resultados mencionados nos estudos sobre a assistência estudantil, nas falas dos sujeitos desta pesquisa e na concepção dessa pesquisadora, no entanto, vários fatores também dificultam o cumprimento do que é previsto em documento e na praticidade do cotidiano, ressaltando recursos financeiros que não contemplam a todos os alunos em condições socioeconômicas ínfimas, ocasionando tanto inclusão como a exclusão; o preconceito que pode ser desvelado no decorrer do curso gerando receio para o aluno e a dificuldade de alguns estudantes acompanharem os conteúdos nos cursos.

Esses fatores sinalizam para a fragilidade de uma política que acaba sendo “assistencialista”, portanto, contribuindo para mascarar como vem se desenvolvendo a Educação no Brasil em todos os seus níveis, sua função na sociedade e a quem é ofertada.

O IFCE - *campus* Fortaleza no seu processo histórico se constituiu como uma instituição de tradição na formação profissional de qualidade, podendo ser vista como um caminho que “abria portas” para o mercado de trabalho, situação distinta da vivenciada

atualmente de cunho eclético, por conta do elevado número de discentes e cursos. Outro aspecto é que os institutos utilizam com adaptação a mesma Política de Assistência Estudantil das universidades, embora se caracterize como instituição de Educação Superior, básica e profissional, pluricurricular e *multicampi*, especializada na oferta de Educação Profissional e Tecnológica. Esses fatores interferem no desenvolvimento do trabalho cotidiano e também estiveram presentes nas falas dos entrevistados.

Sobre a entrevista coletiva com a equipe multidisciplinar (a assistente social, a pedagoga e a psicóloga) destacou-se os seguintes resultados - no *Campus* existe uma equipe multidisciplinar completa, porém não existe uma Coordenadoria de Assistência Estudantil. Os integrantes dessa equipe pertencem a setores distintos, então não planejam, nem avaliam os assuntos juntos, somente quando é do interesse de todos da equipe. Cada setor faz suas reuniões, quando necessário, são socializados os resultados.

Apontaram um número reduzido de profissionais da equipe para atender a quantidade de discentes e demais servidores; a importância da formação inicial do profissional para desempenhar sua função; a instituição ajuda financeiramente na formação continuada, quando de interesse da gestão; o relacionamento da equipe com a gestão, somente para assuntos estritamente de trabalho de cada setor; no trabalho diário a equipe utiliza o PNAES e cada setor tem seus documentos específicos para consulta.

Quanto aos recursos financeiros, a equipe relatou que são limitados e que não participa do planejamento orçamentário, recebendo tudo pronto, sugere ainda, que seria importante a participação não só da equipe, como também, da representação de todos os servidores e discentes.

Dois assuntos importantes surgiram nas falas - os deficientes que não têm prioridade para receberem auxílios (o critério é a condição socioeconômica) e que tem poucos alunos nessa condição. O outro assunto, foi sobre a questão de gênero, um problema recorrente para a equipe que tenta intervir e buscar resolução para os conflitos gerados pelos diferentes pontos de vista dos segmentos envolvidos (servidores, pais e discentes).

A equipe classificou, de forma geral, a estrutura do *Campus* como boa, embora tenha mencionado que precisa de reformas e ampliações de espaços, enfatizou também, a ausência de um centro de convivência e de um refeitório; na óptica dos discentes, a equipe pontuou que a estrutura-física não é motivo de evasão e citaram as seguintes causas - a não identificação com o curso, chegam à instituição pela sua tradição e/ou pela insistência dos pais e a impossibilidade de mudança do curso.

Sobre os espaços de atendimento da equipe cada setor tem sua sala, porém nem todas estão próximas foi citado também os seguintes problemas: espaço restrito e sem acústica, condição que impede a privacidade e a garantia de sigilo; as salas não têm divisórias adequadas e suficientes para o número de profissionais e falta mobiliário.

Nas entrevistas individuais, alguns dos pontos citados na entrevista coletiva foram trazidos à tona, por serem as mesmas servidoras Técnica Administrativa em Educação. Sintetizando os achados dessas falas, enalteceram os seguintes aspectos: sobre a Política de Assistência Estudantil - ela atende ao que se propõe, mas que precisa ser ampliada; falta de tempo dos profissionais da equipe para um acompanhamento mais eficaz do aluno que recebe auxílio; impossibilidade para interação e planejamento com outros componentes da equipe, como também, para desenvolverem outras ações relevantes - visitas domiciliares, estudo de casos e pesquisas, situações que foram atribuídas à desproporção do quadro de profissionais da equipe para atenderem os discentes e demais servidores.

Relacionados aos auxílios - a percepção de que a maioria das pessoas da instituição (servidores e discentes) relaciona o trabalho dos setores da assistência estudantil aos benefícios e que só é visualizado no processo de seleção para esses auxílios; a equipe faz a divulgação sobre a assistência estudantil no início dos semestres; considera que a falta de recebimento de auxílios não é causa para evasão, mas que sem eles a situação poderia ser pior: o atraso no repasse dos auxílios dificulta a vida desses alunos; os auxílios contribuem e ultrapassam a permanência universitária do aluno, pois concluindo a formação inicial ele tem mais chances de ingressar no mercado de trabalho.

Sobre as ações que contribuem para a permanência dos alunos, destacaram: os auxílios; a participação da Comunidade Escolar, principalmente, dos discentes no planejamento dos recursos financeiros; a instalação do refeitório; acompanhamento dos alunos e ações ligadas ao esporte, às artes, música e ao teatro, já existentes e que beneficiam os alunos matriculados.

Também foi ressaltado o fato de que alguns pais tentaram responsabilizar os profissionais da equipe pelos problemas de seus filhos e que há alunos (mais dos cursos integrados) que não conseguem concluir o curso no tempo previsto, ocupando a vaga.

Sob a óptica dos servidores docentes, os achados de suas falas apontaram, em linhas gerais, conhecer os auxílios pela divulgação da equipe que trabalha com a assistência estudantil, do setor de Serviço Social e somente quem exerce a função de coordenação tem mais conhecimento sobre o assunto. Outro aspecto destacado foi de os institutos terem uma Coordenadoria de Assistência Estudantil, deixando margem para se cogitar a ideia de que não sabem da inexistência desse departamento no IFCE - *campus* Fortaleza.

No tocante às conversas entre docentes e discentes sobre auxílios, destacaram que os alunos solicitam mais os auxílio-alimentação e transporte, neste caso, os docentes os encaminham para o setor de Serviço Social ou o próprio aluno se direciona para esse setor. Informaram que são mais procurados pelos alunos para esclarecimentos sobre o auxílio-formação; os auxílios servem para manter os alunos no curso (deslocamento, alimentação dentre outros) e que também são usados no custeio familiar, principalmente, para os estudantes estrangeiros, na maioria, vindo dos países africanos.

Os docentes não têm controle da quantidade ou de quais são os alunos que recebem auxílios, exceto, quando se trata do auxílio-formação; salientaram que, além desse auxílio ajudar financeiramente, melhora a aprendizagem dos conteúdos técnicos e aspectos que são exigidos no mercado de trabalho - responsabilidade, pontualidade, assiduidade e relacionamento, dentre outros. Foi ressaltada a excelência de alunas que recebe auxílio-formação no curso de bacharelado em Engenharia de Telecomunicações.

Consideraram também que os alunos recebedores de auxílios, na maioria, são frequentes e que têm desempenho na média ou acima desta; o auxílio é um elemento motivador para o aluno, mas não está diretamente relacionado somente à aprendizagem, à evasão ou ao desempenho.

Em relação às respostas da equipe multidisciplinar (coletiva e individual), a pesquisadora destacou que as falas sobre a estrutura-física do *Campus* vão ao encontro do que foi percebido nas visitas realizadas, complementa que se observou algumas construções e reformas; o excesso de atividades diárias por conta do quadro reduzido de profissionais, com certeza, incide na qualidade do trabalho e falta tempo para uma formação contínua e também na realização de outras ações relevantes; observou que essas profissionais mostraram compromisso com sua função e disponibilidade para resolução de problemas.

Os auxílios contribuem para permanência dos alunos, sendo para muitos a única ajuda financeira para a sua manutenção no curso, de outro ângulo, por ser uma instituição de tradição junto à sociedade o estudante tende a se agarrar a essa oportunidade e talvez seja um elemento a ser considerado no aspecto evasão.

Sobre as falas dos docentes, a pesquisadora observou que há um descontentamento desses profissionais com alguns alunos que chegam sem base dos conteúdos essenciais para o curso em que está matriculado, mas também percebeu que eles admitem a existência da possibilidade dessa deficiência ser melhorada pelo esforço do aluno que recebe auxílio, consiga permanecer no curso até a conclusão e ajude a ingressar no mercado de trabalho. Então, infere-se que o auxílio acaba sendo um elemento primordial para esse aluno no momento, fator que

não deixa de ser resultado da maneira de como vem se relacionando a política de governo e as políticas públicas educacionais.

Relacionado aos auxílios ficou evidente de que os docentes têm conhecimento parcial sobre o assunto e apresentaram proximidade com o auxílio- formação; têm ciência da importância desses auxílios para os alunos, porém esses não possuem relação direta com a aprendizagem dos alunos que depende de outros fatores.

A única dificuldade que se aponta em relação a essas entrevistas foi o aspecto burocrático no agendamento com os docentes, mas nos instantes de todas as entrevistas os sujeitos mostraram receptividade, compromisso e deram importância a pesquisa, condição que aponta para uma concepção que visa uma Educação de qualidade.

Por fim, considera-se válida a implementação de programas criados para alicerçar a Educação Superior - evidenciando a assistência estudantil, pois diminui a preocupação do aluno com seus gastos diários no curso, contribui de alguma forma para o controle da evasão, porém só ameniza o problema, visto que a Educação é um processo, por conseguinte, necessita ser ofertada desde a Educação Infantil e com qualidade para todos, constituindo-se numa prática constante nos níveis seguintes.

Assim, é fundamental desde o início, uma Educação voltada para a formação cidadã que trabalhe o senso crítico, o conhecimento dos conteúdos técnicos sobre vários assuntos, a compreensão e o respeito com os seres humanos e o planeta, com as possibilidades de ingresso no mercado de trabalho, ajudando na tomada de decisão mediante a análise da realidade e habilidade na resolução de problemas do cotidiano. Concepção que esteve presente nas falas dos entrevistados, é defendida por muitos profissionais da Educação e demais pessoas que acreditam na possibilidade e concretização de uma vida melhor, mediante a garantia da educação pública de qualidade como um direito social.

REFERÊNCIAS

- ALTRICHTER, Herbert; BRÜSEMEISTER, Thomas; WISSINGER, Jürgen (Orgs.): **Educational governance. handlungskoordination und steuerung im bildungssystem**. Wiesbaden: VS Verlag, 2007, pp. 55-103.
- ALVES, Elaine Jesus. **Análise da política de assistência estudantil da Universidade Federal do Tocantins a partir dos relatórios de avaliação institucional da CPA**. Disponível em <<http://download.inep.gov.br>>. Acesso em dezembro de 2015.
- AMARAL, Marcelo Parreira do, STAUBER, Barbara & BARBERIS, Eduardo. Access to and accessibility of education throughout the educational trajectories of youth in Europe, **European Education**, 47:1, 1-10, 2015.
Disponível em <<http://dx.doi.org/10.1080/10564934.2015.1001251>>. Acesso em outubro de 2015.
- ANDRADE, Francisca Rejane Bezerra; MACAMBIRA JÚNIOR. Trabalho e interação: Influências Conceituais para uma política pública de qualificação Profissional da juventude. In. ANDRADE, Francisca Rejane Bezerra; MACAMBIRA JÚNIOR. (Org.) **Estado e Políticas Sociais: Fundamentos e Experiências**. Fortaleza: IDT, UECE, 2014.
- ARAÚJO, Denise Pereira de; MORGADO, Maria Aparecida. **Educação e juventude: um panorama da assistência estudantil e de seus usuários na UFMT (Cuiabá)**. Disponível em <http://www.abrapso.org.br/siteprincipal/anexos/AnaisXIVENA/conteudo/pdf/trab_completo_160.pdf>. Acesso em novembro de 2011.
- ARAÚJO, Helena de Lima Marinho Rodrigues. **A tradicional escola normal cearense chega ao bairro de Fátima: Formação das Primeiras Professoras Primárias (1958-1960)**. Fortaleza: Edição UFC, 2015.
- _____. **Escola Normal Cearense em Foco: Perspectiva histórica e da prática docente no estágio supervisionado**. Fortaleza: EdUECE, 2012.
- ARROYO, Miguel G. **Ofício de mestre: imagens e auto-imagens**. Petrópolis (RJ): Vozes, 2000.
- ASSIS, Anna Carolina Lili de, SANABIO, Marcos Tanure, MAGADALDI, Carolina Alves & MACHADO, Carla Silva. As políticas de assistência estudantil: experiências comparadas em universidades públicas brasileiras. **Revista Gestão Universitária na América Latina -GUAL**, v 6, n 4 – p. 125-146. Edição especial, 2013.
- BEHRING, Elaine R. Expressões políticas da crise e as novas configurações do Estado e da sociedade civil. In: **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.
- BOGDAN, Roberto; BIKLEN, Sari Knopp. **Investigação qualitativa em Educação**. Porto: LDA, 1994.
- BRASIL. **Constituição da república federativa do Brasil**. 1988. Disponível em <<http://www.palnalto.gov.br>>. Acesso em 2016.

_____. **Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007.** Brasília, 2007b. Institui o programam de apoio a planos de reestruturação e expansão das universidades federais – REUNI. Disponível em <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em 2016.

_____. **Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010.** Dispõe sobre o programam nacional de assistência estudantil – PNAES. Brasília, 2010. Disponível em <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em 2016.

_____. **Decreto nº 7.312,** de 22 de setembro de 2010 – Dispõe sobre o banco de professor-equivalente de educação básica, técnica e tecnológica, dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia vinculados ao Ministério da Educação e dá outras providências.

_____. **Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961.** Fixa as diretrizes da Educação Nacional. Disponível em <<http://planalto.gov.br>>. Acesso em 2016.

_____. **Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968.** Fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média, e dá outras providências. Disponível em <<http://planalto.gov.br>>. Acesso em 2016.

_____. **Lei nº 7.741,** de 16 de julho de 2008b – Altera dispositivos da Lei nº 9.394/96, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para redimensionar e institucionalizar a educação profissional técnica de nível médio, a educação de jovens e adultos e a educação profissional e tecnológica.

_____. **Lei nº 9.394/96** – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, 1996. Disponível em <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em 2016.

_____. **Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004.** Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES e dá outras providências. Disponível em <<http://planalto.gov.br>>. Acesso em 2016.

_____. **Lei nº 11.892,** de 29 de dezembro de 2008a - Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. 2008. Disponível em <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em 2016.

_____. **Lei nº 11.947,** de 16 de junho de 2009 - dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica. Disponível em <<http://planalto.gov.br>>. Acesso em 2016.

_____. **Lei nº 13.005 de 25 de junho de 2014,** com vigência de 2014-2024, aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências. Disponível em <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em 2016.

_____. **Lei nº 16 de 12 de agosto de 1834.** Faz algumas alterações e adições a Constituição Política do Império nos termos da Lei de 12 de outubro de 1832. Disponível em <<http://planalto.gov.br>>. Acesso em 2016.

_____. **Portaria normativa nº 39, de 12 de dez de 2007.** Institui o programa nacional de assistência estudantil – PNAES. Brasília, 2007^a. Disponível em <http://www.portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/portaria_pnaes.pdf>. Acesso em 2016.

CARRILO, Jorge; IRANZO, Consuelo. Calificación y competencias laborales en la América Latina. In: Tratado **Latino Americano de Sociología del Trabajo**. Coord. Toledo, Enrique de la Garza. México: El Colégio de México / Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales / Universidad Autónoma Metropolitana / Fondo de Cultura Económica – 2000.

CHAUI, Marilena. A universidade pública sob nova perspectiva. **Rev. Bras. Educ.**, Rio de Janeiro, n. 24, 2003. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n24/n24a02.pdf>> Acesso em 2016.

CISLAGHI, Juliana F; SILVA, Mateus T. O Plano nacional de assistência estudantil e o Reuni: ampliação de vagas versus garantia de permanência. **SER Social**, Brasília, v. 14, nº 13, p. 489-512, jul/dez. 2012.

DALE, Roger; ROBERTSON, Susan. The Varying Effects of Regional Organisations as subjects of globalisation of education. In: **Comparative Education Review**, vol. 46, Nr. 1, 2002, pp. 10-36. IFCE. Anuário 2013 do Instituto Federal de Ciência, Tecnologia e Educação do estado do Ceará, 2012.

DEMO, Pedro. **Pesquisa e construção de conhecimento**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1996.

_____. **Avaliação qualitativa**. Campinas (SP): Autores Associados, 1999.

DOURADO, Luiz Fernandes (Coord.), OLIVEIRA, João Ferreira de & SANTOS, Catarina de Almeida. **A qualidade da educação: conceitos e definições - The quality of education: concepts and definitions**. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2007. 65 p. (Série Documental).

DOURADO, Luiz Fernandes. Políticas e gestão da educação superior no Brasil: múltiplas regulações e controle. **RBP AE** – v. 27, n. 1, p. 53-65, jan./abr. 2011.

DOURADO, Marisnei Souza; GARAJAU, Narjara & FONSECA, Teresa Cristina. **Compartilhando Saberes: Relato da experiência do serviço social na política de assistência estudantil da UFMG Desenvolvida pela Fundação Universitária Mendes Pimentel – FUMP**. Disponível em <www.cress-mg.org.br>. Acesso em dezembro de 2015.

EDITAL nº 02/2016 – Seleção para solicitação de auxílios - Programa de Assistência Estudantil. Disponível em <www.ifce.edu.br>. Acesso em 2016.

DURU-BELLAT, M. e HENRIOT-VAN ZANTEN A., **Sociologie de l'École**, Paris, Colin, 1992.

FÁVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque. A Universidade no Brasil: das origens à Reforma Universitária de 1968. **Educar**, Curitiba, n. 28, p. 17-36, 2006. Editora UFPR.

FAZENDA, Ivani (Org.). **Novos enfoques da pesquisa educacional**. São Paulo. Cortez, 2001.

FERREIRA, Suely. Reformas da educação superior: de FHC a Dilma Rouseff (1995-2011). **Revista Linhas Críticas**, n 26 – p. 455-472, mai/ago, 2012.

FINATTI, Betty Elmer. **Assistência estudantil na universidade de Londrina – UEL**. Dissertação de Mestrado em Serviço Social. Universidade de Londrina –UEL. Londrina. 262 f. 2007.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: Saberes Necessários à prática docente**. São Paulo. Paz e Terra, 1996.

_____. **Professora sim. Tia não: cartas a quem ousa ensinar**. São Paulo: Editora Olho d'Água, 2003.

GABINETE DO REITOR. Disponível em <<https://ifce.edu.br/instituto/gabinete-do-reitor/gabinete-do-reitor>>. Acesso em março de 2016.

GARRIDO, Edleusa Nery. **Assistência estudantil: sua importância, atores envolvidos e panorama atual**. Disponível em <http://www.institutokirimure.pro.br/wp-content/uploads/2012/11/GARRIDO_E.pdf>. Acesso em novembro de 2011.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 1991.

_____. **Dados técnicos de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 2008.

_____. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 1999.

GOERGEN, Pedro Laudinor. A Ética em Pesquisa. **Práxis educativa**, Ponta Grossa, v. 10, nº 2, p.301-315, jul/dez. 2015.

GRAEFF, Betina Alves. **A política de assistência estudantil na universidade federal: da escola pública para o ensino superior**. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Faculdade de Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul - PUCRS. Porto Alegre, 2014. 99 f .

GAUTHIER, Clermont et al. **Por uma teoria da pedagogia: pesquisas contemporâneas sobre o saber docente**. Ijuí: Editora Unijuí, 2006.

GVIRTZ, Silvina; BEECH, Jason. The internationalization of education policy in Latin America. In: HAYDEN, M.; LEVY, J.; THOMPSON, J. (Orgs.): **The SAGE Handbook of Research in International Education**. Los Angeles u.a.: SAGE, 2007, pp. 462-475.

IMBERNÓN, Francisco. **Formação continuada de professores**. Porto Alegre: Artmed, 2010.

KOVALSKI, Aline Viero. **Os (des)caminho da política de assistência estudantil e o desafio na garantia de direitos**. 179 f. Tese de Doutorado em Serviço Social – Faculdade de Serviço Social, PUCRS. Porto Alegre 2012.

LIBÂNEO, José Carlos. **Democratização da escola pública: a pedagogia crítico social dos conteúdos**. São Paulo: Loyola, 1990.

_____. **Organização e Gestão da Escola: Teoria e Prática.** Goiânia: Alternativa, 2004.

_____. **Didática.** São Paulo: Cortez, 1994.

_____. Pedagogia e Pedagogos: Inquietações e Buscas. **Educar**, Curitiba, n.17, p. 153-176. 2001. Editora da UFPR.

LIRA, Alexandre Tavares do Nascimento. As bases da reforma universitária da ditadura militar no Brasil. XV Encontro Regional de História Ofício do Historiador Ensino & Pesquisa. **Anais do XV Encontro Regional de História da ANPUH-RIO.** 2012. Disponível em <http://www.encontro2012.rj.anpuh.org/resources/anais/15/1338430408_ARQUIVO_AibaseReformaUniversitariadaditaduramilitarnoBrasil.pdf>. Acesso em março de 2016.

MAGALHÃES, Roselia Pinheiro de. **Assistência estudantil e o seu papel na permanência dos estudantes de graduação:** a experiência da universidade federal do Rio de Janeiro. 205 f., Dissertação de Mestrado -Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Serviço Social, 2013.

MANCEBO, Tânia Barbosa, VALE, Andréa Araújo do & MARTINS, Tânia Barbosa. Políticas de expansão da educação superior no Brasil 1995-2010. **Revista Brasileira de Educação**, v 20, n 60, jan/mar, 2015.

MARTENS, Kerstin et al (Orgs.): **New arenas of education governance – the impact of international organisations and markets on educational policymaking.** Houndmills, Basingstoke: Palgrave, 2007.

MARTINS, Ana Maria Cavalcante, DUMARESQ, Zandra Maria Ribeiro, Fortes, Marta Mazza Parentes (Org). **Projeto de Implementação do Serviço Social na Escola Técnica Federal do Ceará** (Colaboração de Maria do Carmo Pinheiro – estagiária do Serviço Social). Fortaleza:CEFET, 1991.

MARTINS, Carlos Benedito. A reforma universitária de 1968 e a abertura para o ensino superior privado no Brasil. **Educ. Soc.**, Campinas, vol. 30, n. 106, p. 15-35, jan./abr. 2009. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/es/v30n106/v30n106a02>>. Acesso em março de 2016.

MARSIGLIA, R. M. G. O Projeto de pesquisa em serviço social. **Capacitação em serviço social**, Módulo 5: Intervenção e pesquisa em Serviço Social. Brasília: UNB/Centro de Educação Aberta, Continuada, à Distância, 2001.

MAURIEL, Ana Paula O. Desenvolvimento, pobreza e políticas sociais. In: **Em Pauta.** Rio de Janeiro, 1o. Semestre de 2013, n. 31, v.11, p. 97 – 117.

MCNEELY, Connie L. Prescribing national education Policies: the role of international organizations. In: **Comparative Education Review**, Vol. 39, Nr. 4, 1995, pp. 483-507.

MENEZES, Luis Carlos de (Org). **Professores: formação e profissão.** Campinas-SP: Autores Associados: NUPES, 1996.

MENEZES, Simone Cazarin de. **Assistência estudantil na Educação Superior pública: o programa de bolsas implementado pela Universidade Federal do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro PUC – Universidade Católica. Dissertação de Mestrado. 2012. 147 f.

MINAYO, Cecília (Org.). **Pesquisa social: teoria, Método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 2012.

_____. **O Desafio do conhecimento**. São Paulo: Hucitec, 1994.

MITTER, Wolfgang. Bildungssouveränität und schulträgerschaft in Europa in historisch-vergleichender Sicht. In: **Bildung und Erziehung**, Vol. 59, Nr. 1, 2006, pp. 5-20.

NASCIMENTO, Clara Martins do. A assistência estudantil consentida na contrarreforma universitária dos anos 2000. **Universidade e Sociedade/ Sindicato Nacional dos Docentes de Ensino Superior – Ano I, nº 1 fev**. Brasília, 2014.

NOVAES, Regina C. R. et al. **Política nacional de juventude: diretrizes e perspectivas**. São Paulo: Conselho Nacional de Juventude; Fundação Friedrich Ebert, 2006.

NÓVOA, Antonio. **Os professores e sua formação**. Lisboa: Dom Quixote, 1992.

_____. **Vidas de professores**. Porto: Porto Editora, 1992.

_____. Diz-me como ensinas, dir-te-ei quem és e vice-versa (p. 29-42). In: FAZENDA, Ivani. **A pesquisa em educação e as transformações do conhecimento**. Campinas: São Paulo, 1995.

NUNES, J. B. Carvalho. Busca científica na pesquisa em educação: tendências atuais. In: FARIAS, Isabel M. S. de; NUNES, J. B. Carvalho; NÓBREGA THERRIEN, Silvia M. **Pesquisa científica para iniciantes: Caminhando no Labirinto**. Fortaleza: EdUECE, 2010.

OLIVEIRA, Elenilce G. de; SOUSA, Antonia de Abreu. Trabalho, juventude e educação no contexto do capitalismo atual. In: MACAMBIRA, Jr.; ANDRADE, Francisca R. B. (Orgs.). **Trabalho e formação profissional: juventudes em transição**. Fortaleza: IDT, UECE, BNB, 2013.

OLIVEIRA, Maria do Céu Gomes Leal de. **Relação Família-Escola e participação dos pais**. Porto. Instituto Superior de Educação e Trabalho. Dissertação de Mestrado. 2010. 148 f.

PADILHA, R. P. **Planejamento dialógico: como construir o projeto político pedagógico da escola**. São Paulo: Cortez, 2001.

PARREIRA DO AMARAL, Marcelo. Política pública educacional e sua dimensão internacional: abordagens teóricas. In: **Educação & pesquisa**, vol. 36, Nr. Especial, 2010, pp. 39-54.

PIMENTA, Selma Garrido. Formação de professores: identidade e saberes da docência. In: _____. (Org.). **Saberes pedagógicos e atividade docente**. São Paulo: Cortez, 1999. p. 15-34.

PIMENTA, Selma Garrido e LIMA, Maria do Socorro Lucena. **Estágio e docência: diferentes concepções**. *Revista Poiesis Pedagógica, Revista do PPGEDUC*, Universidade Federal de Goiás – Catalão, v. 3, n. 3 e 4, p. 5-24, 2005-2006.

POLAK, Ymiracy N. de Souza e SANTANA, José Rogério e ARAÚJO, Helena de Lima Marinho Rodrigues. **Dialogando sobre metodologia científica**. Fortaleza: Edições UFC, 2014.

REGULAMENTO DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL/IFCE (*Campus Fortaleza*). Resolução nº 008/CONSUP/IFCE de 10 de março de 2014. Aprova regulamento da Assistência Estudantil. Disponível em <<http://www.ifce/fortaleza>>. Acesso em fevereiro de 2016.

REGULAMENTO DA ORGANIZAÇÃO DIDÁTICA (ROD) - Resolução CONSUP Nº 56, DE 14 de dezembro de 2015. Resolução que aprova as alterações no ROD aprovado em 22 de junho de 2015 pela resolução CONSUP nº35.

RESOLUÇÃO Nº 014, DE 02 DE MARÇO DE 2012. Aprova a proposta de revisão da missão – visão – valores do IFCE. Disponível em <https://ifce.edu.br/instituto/arquivos/resolucoes/2012/resoluo_n_14-2012.pdf>. Acesso em fevereiro de 2016.

RESOLUÇÃO Nº 019, DE 02 DE MARÇO DE 2012. Aprova as alterações no regimento interno do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará - IFCE. Disponível em <https://ifce.edu.br/instituto/arquivos/resolucoes/2012/resoluo_n_14-2012.pdf>. Acesso em fevereiro de 2016.

REUTER, Lutz R. Politik- und rechtswissenschaftliche bildungsforschung. In: TIPPELT, R. (Org.): **Handbuch erwachsenenbildung/weiterbildung**. Wiesbaden: VS Verlag, 2002, pp. 169-181.

RIOS, Terezinha Azerêdo. **Ética e competência**. São Paulo: Cortez, 2006.

ROSA, Chaiane de Medeiros. Marcos legais e a educação superior no século XXI. **Revista eletrônica de educação**, v 8, n 3 – p., 236-250,2014.

SANTOS, Eduardo & SILVA, Maurício Pedro da. Equidade e igualdade na reconfiguração da educação superior brasileira – governo FHC e Lula. **Revista Poésis**, v 6, n 10, - p. 452-478, jul/dez, 2012.

SANTOS, Gabrielle dos & FREITAS, Leona Oliveira. Ensino superior público brasileiro: acesso e permanência no contexto de expansão. **Revista Argumentus**, v 6,, n 2 – p. 182-200, jul/dez, 2014.

SAVIANI, Dermeval. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. Campinas: Autores Associados, 2007.

_____. Formação de professores aspectos históricos e teóricos no contexto brasileiro. **Revista Brasileira de Educação**, v. 14 nº 40, jan/abr, 2009.

_____. **Escola e democracia**: teorias da educação, curvatura da vara, onze teses sobre educação e política. São Paulo: Cortez, 1989.

_____. Os saberes implicados na formação do educador (p. 145-155). In. BICUDO, Maria Aparecida Viggiani, SILVA JÚNIOR, Celestino Alves da (Orgs.). **Formação do educador**: dever do Estado, tarefa da universidade. São Paulo: UNESP, 1996.

SCHÖN, Donald. Formar professores como profissionais reflexivos. In: NÓVOA, Antônio. **Os professores e sua formação**. Portugal: Nova enciclopédia, 1995.

SILVA, Maria Abádia da. **Intervenção e consentimento**: a Política Educacional do Branco Mundial. Campinas, SP: Autores Associados: São Paulo: FAPESP, 2002.

TARDIF, Maurice; LESSARD, Claude; LAHAYE, Louise. Os professores face ao saber: esboço de uma problemática do saber docente. In. **Teoria & Educação**, Porto Alegre, n. 4, 1991.

TAUFICK, Ana Luiza de Oliveira Lima. Análise da política estudantil dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. **RBP**AE – v. 30, n 1, p. 181-201, jan/abr, 2014.

TRIVINÕS, Augusto N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

UNESCO. **Relatório 2015** (Educação para Todos). Disponível em <<http://www.unesco.org/new/pt/brasil/education/education-for-all/>>. Acesso em março de 2016.

VARGAS, Michely de Lima Ferreira. Ensino superior, assistência estudantil e mercado de trabalho: um estudo com egressos da UFMG. **Revista Avaliação**, v 16, n 1 - p. 149-163, mar, 2011.

VASCONCELLOS, Celso dos Santos. **Avaliação**: concepção dialética libertadora do processo de avaliação escolar. São Paulo: Libertad, 1995.

VASCONCELOS, Dimas Augusto de. **Custeio da educação pública na era Vargas**: A caixa escolar do Ceará (1930-1945). 135 p. Dissertação de Mestrado da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Ceará. Fortaleza, 2013.

VASCONCELOS, N. B. Programam nacional de assistência estudantil: uma análise da evolução da assistência estudantil ao longo da história da educação superior no Brasil. **Revista da Católica**, v 2, n 3- p. 399-411, 2010. Disponível em <<http://www.catolicaonline.com.br/revistadacatolica>>. Acesso em 2016.

VÁZQUEZ, Adolfo Sanchez. **Ética**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2008.

WISEMAN, A. W.; BAKER, D. P. The worldwide explosion of internationalized education Policy. In: BAKER, David P.; WISEMAN, A. W. (Orgs.): Global trends in educational policy. **International perspectives on education and society**, Vol. 6, pp. London: Elsevier Science, Ltd., 2005, pp. 1-21.

YIN, Robert K. **Estudo de caso**: planejamento e métodos. Porto Alegre: Bookman, 2001.

ZAGO, Nadir. Do acesso à permanência no ensino superior: percurso de estudantes universitários de camadas populares. **Rev. Bras. de Educação**. Ag, 2006, vol. 11, nº 32, p. 226-237.

ATIVIDADES DESENVOLVIDAS NO PERÍODO DE ESTÁGIO PÓS-DOCTORAL - AGOSTO A DEZEMBRO DE 2015

1) Participação em Grupo de Estudo

Pesquisadora no Grupo de Estudo e Pesquisa em Políticas Públicas e Exclusão Social - GEPPES (CNPq), coordenado pela Profa. Dra. Francisca Rejane Bezerra Andrade. Associada em agosto de 2015.

2) Pesquisa de Levantamento de Dados⁴¹

Tese, Dissertação e Artigos sobre as categorias: Assistência Estudantil, Educação profissional, Educação Superior e Juventude nas Plataformas CAPES, Scielo e ANPEd, realizada em agosto, setembro e outubro de 2015, participação como coordenadora da equipe que contou com e quatro bolsistas que também fazem parte do Grupo de Estudo (GEPPES).

3) Participação em Banca na Qualificação de Mestrado

3.1) ANDRADE, Francisca Rejane Bezerra (orientadora); ARAÚJO, Helena de Lima Marinho Rodrigues & SANTOS, Geórgia Patrícia Guimarães dos. Aluno Paulo Cícero Sousa - *Ensino e Emprego: uma Análise dos Egressos do Curso Técnico em Petroquímica do Instituto Federal do Ceará – Campus Caucaia*, no Curso de Mestrado Profissional em Políticas Públicas da UECE, realizada em 05/10/2015.

4) Coorientação de Mestrado

4.1) Dissertação - **Escola Normal numa Perspectiva Histórica e Curricular**: um Estudo de Portugal e Brasil (Ceará) nos Anos de 1960 - 1980. Socorro Irlândia Bezerra Carvalho, sob a orientação do Dr. Joaquim Pintassilgo e coorientação da Dra. Helena de Lima Marinho Rodrigues Araújo. Iniciada em 2015. Dissertação Mestrado Acadêmico em História da Educação - Universidade de Lisboa.

⁴¹ Cf. nota 6 e Apêndice D.

5) Estágio de Docência na Educação Superior

Disciplina - Políticas Sociais Setoriais, Profa. Dra. Francisca Rejane Bezerra Andrade, carga horária – 60h/a. no Curso de Graduação em serviço Social na UECE.

Ementa: Estudo comparado das políticas sociais públicas. As políticas sociais como estratégia de enfrentamento da questão social no Brasil em diferentes conjunturas. Os princípios da descentralização, municipalização e focalização. O debate em torno da cidadania e dos direitos sociais.

6) Participação em Eventos Científicos Internacionais e Nacionais

6.1) **VI Congresso Internacional de Avaliação Educacional**, 2015, Fortaleza. Avaliação: Veredas e Experiências Educacionais. Fortaleza: out. 2015. (UFC)

6.2) **IV Encontro Internacional Trabalho e Formação dos Trabalhadores: Ensino Médio e Educação Profissional em Questão**, Fortaleza - UFC, nov. 2015.

7) Participação em Eventos Científicos Nacionais

7.1) **II Seminário Estadual de Práticas Educativas, Memórias e Oralidades - SEPOMO** Faculdade Integrada do Brasil - FAIBRA/ Teresina _PI – agosto de 2015.

7.2) **XIV Encontro Cearense de Educadores da Educação (ECHE) e IV – Encontro Nacional do Núcleo de História e Memória da Educação (ENHIME)**, Fortaleza- UFC, set. 2015.

7.3) **V Seminário Nacional Gênero e Práticas Culturais: Feminismos, Cidadania e Participação Política no Brasil**, 2015, Fortaleza. V Seminário Nacional Gênero e Práticas Culturais: Feminismos, Cidadania e Participação Política no Brasil. Fortaleza: EdUECE, nov. 2015. v. 10. p. 270-282. (UECE).

7.4) **II Seminário Estadual de Serviço Social na Educação – temática “Fortaleza a Educação Pública como direito Social”** – nov. 2015 (UECE).

8) Coordenação de Grupo de trabalho GT

Seminário Gênero e Práticas Culturais. 2015 (UECE).

GT 1 - Gênero, Saberes Históricos e Educativos - Ementa: Práticas culturais de mulheres e homens nos diversos campos da sociedade, denotativas de saberes educativos, expressões culturais de gênero e sua inserção em diferentes espaços e períodos históricos, cotidianos de mulheres/homens, espaços de construção e apropriação de saberes, experiências e vivências culturais.

9) Participação em Minicurso

Curso sobre *Avaliação em Larga Escala: Análise Pedagógica*. VI Congresso Internacional em Avaliação Educacional. Fortaleza: UFC, out. 2015.

10) Participação em Oficinas

10.1) *Acesso e Acessibilidade da Educação*

10.2) *Economia Política Cultural*

O objetivo das oficinas ‘Acesso e Acessibilidade da Educação’ e ‘Economia Política Cultural’ é contribuir para os estudos e debates em torno da pesquisa *Juventude e Assistência Estudantil: do direito social à efetivação de uma política pública democrática nos Campus do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará*, financiada pelo CNPq, sob coordenação da Profa. Dra. Francisca Rejane Bezerra Andrade, docente do Programa de Pós-Graduação em Educação e do Mestrado Profissional em Planejamento e Políticas Públicas da UECE.

Minicurrículo

O Prof. Marcelo Parreira do Amaral é doutor em Ciências da Educação pela Eberhard-Karls Universität Tübingen e Messer e professor titular em Educação Internacional e Comparada no Instituto de Educação da Westfälischen Wilhelms-Universität Münster, Alemanha. Coordenou o projeto europeu de investigação: Governança de trajetórias educativas na Europa, acesso, enfrentamento (**COPING**) e relevância da educação para os jovens em sociedades do conhecimento europeias em perspectiva comparativa (**GOETE**). Neste estudo, realizado entre

2010 e 2013, foram analisadas as trajetórias educacionais dos jovens em vida escolar na Finlândia, França, Alemanha, Itália, Países Baixos, Polônia, Eslovênia e Reino Unido.

11) Publicação de Trabalhos Completos em Anais de Congressos Internacionais

11.1) MAIA, Alberto. Filho. Maciel; **ARAÚJO, Helena de Lima Marinho Rodrigues**; CARVALHO, Wirla Risani Lima; OLIVEIRA, Jose Valmir Guimaraes. A Supremacia da Prova na Avaliação da Aprendizagem no Ensino a Distância. In: **VI Congresso Internacional de Avaliação Educacional**, 2015, Fortaleza. Avaliação: Veredas e Experiências Educacionais. Fortaleza: Imprece, out. 2015. p. 1511-1532.

11.2) **ARAÚJO, Helena de Lima Marinho Rodrigues**; MARINHO, Maria Assunção de Lima; Educação e Formação de Professoras Primárias (1958-1960). In: **IV Encontro Internacional Trabalho e Formação dos Trabalhadores: Ensino Médio e Educação Profissional em Questão**, 2015, Fortaleza. IV Encontro Internacional Trabalho e Formação dos Trabalhadores: Ensino Médio e Educação Profissional em Questão. Fortaleza: UFC, nov. 2015.

12) Publicação de Trabalhos Completos em Anais de Congresso Nacional

12.1) **ARAÚJO, Helena de Lima Marinho Rodrigues**; BRANDENBURG, Cristine; SANTANA, José Rogério. Reflexão Sobre Aspectos do Currículo na Escola Normal (1958-1960), 375-385. In FIALHO, Lia Machado Fiuza e BRANDEMBURG, Cristine. **Práticas Educativas, Memórias e Oralidade**. Fortaleza: EdUECE, 2015.

12.2) COLARES, Karla V.; **ARAÚJO, Helena de Lima Marinho Rodrigues**; SANTIAGO, Larisse B. M. A Imagem e a Memória Retratada nos Museus Virtuais. In: XIV ECHE e IV ENHIME, set. 2015, Fortaleza: EdUECE, 2015. v. 1. p. 557-566.

12.3) **ARAÚJO, Helena de Lima Marinho Rodrigues**; MARINHO, Maria Assunção de Lima; COLARES, Karla V. Participação da Mulher no Comando Tático Motorizado (COTAM) em Fortaleza. In: **V Seminário Nacional Gênero e Práticas Culturais: Feminismos, Cidadania e Participação Política no Brasil**, 2015, Fortaleza. V Seminário Nacional Gênero e Práticas Culturais: Feminismos, Cidadania e Participação Política no Brasil. Fortaleza: EdUECE, nov. 2015. v. 10. p. 270-282.

ATIVIDADES DESENVOLVIDAS NO PERÍODO DE ESTÁGIO PÓS-DOCTORAL - JANEIRO A AGOSTO DE 2016

1) Palestra

ARAÚJO, Helena de Lima Marinho Rodrigues - *Reflexões atuais sobre as Políticas de Educação: os Impactos para a Formação e a Atuação do Assistente social* - realizada na UECE em 19/02/2016 no Curso de Graduação em Serviço Social.

2) Organização de Livro

MARINHO, Maria Assunção de Lima, ARAÚJO, Helena de Lima Marinho Rodrigues & ANDRADE, Francisca Rejane Bezerra. *Economia, Políticas Sociais e Educação: Tecendo Diálogos*. Fortaleza: EdUCE, 2016.

3) Capítulo de Livro

ARRUDA, Bárbara Diniz Lima Vieira; ARAÚJO, Helena de Lima Marinho Rodrigues & LOPES, Ludimila Façanha. *Reflexões sobre assistência estudantil, acesso e permanência na educação superior: um olhar sobre o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará, campus Crateús*. Situação: aguardando aprovação.

4) Participação em Banca de Qualificação de Mestrado

4.1) VIANA, Luciana Maria Maia (orientadora); ARAÚJO, Helena de Lima Marinho Rodrigues & MATOS, Tereza Glaucia Rocha. Aluna Lidiand Mendes Pereira. *Inclusão Escolar: o que Pensam e o que fazem os Docentes na Educação Infantil*, no Curso de Mestrado em Psicologia da UNIFOR, realizada em 18/01/2016.

4.2) MATOS, Tereza Glaucia Rocha (orientadora); ARAÚJO, Helena de Lima Marinho Rodrigues; MACXIEL, Regina Heloísa & CHAVES, Hamilton Viana. Aluno Gledson de Souza Ferreira, *O trabalho de Professor Temporário na Rede Municipal de Ensino*, no curso de Mestrado em Psicologia da UNIFOR, realizada em 18/03/2015.

4.3) MAGAHÃES JÚNIOR, Antônio Germano (orientador); ARAÚJO, Helena de Lima Marinho Rodrigues & FROTA, Francisco Horácio da Silva. Aluna - Fabíola Camurça Janebro Damasceno. *A Formação Continuada dos Professores do Atendimento Educacional Especializado (AEE) da Prefeitura Municipal de Fortaleza com Base na Política de Educação Especial* no Curso de Mestrado Profissional em Políticas Públicas da UECE, realizada em 22/03/2016.

4.4) MAGAHÃES JÚNIOR, Antônio Germano (orientador), ARAÚJO, Helena de Lima Marinho Rodrigues & FROTA, Francisco Horácio da Silva. Aluna - Laura Dolores Gondim Carneiro, *Análise do Programa de Fluoretação da Água de Abastecimento Público no estado do Ceará, segundo os seguintes princípios doutrinários que regulam a política pública do SUS: a universalidade, a igualdade da assistência à saúde e a descentralização política-administrativa no ano de 2013, promovendo a inclusão social* no Curso de Mestrado Profissional em Políticas Públicas da UECE, realizada em 22/03/2016.

5) Participação em Banca de Defesa de Mestrado

5.1) MAGAHÃES JÚNIOR, Antônio Germano (orientador), ARAÚJO, Helena de Lima Marinho Rodrigues & ANDRADE, Francisca Rejane Bezerra. Aluna Luanda Maria de Figueiredo Lourenço – *Transparência das Informações Governamentais: um Estudo sobre Política de Transferência de Recursos Estaduais*, no Curso de Mestrado Profissional em Políticas Públicas da UECE, realizada em 19/04/2016.

5.2) ANDRADE, Francisca Rejane Bezerra (orientadora), ARAÚJO, Helena de Lima Marinho Rodrigues & SANTOS, Geórgia Patrícia Guimarães dos. Aluno Paulo Cícero Sousa - *Ensino e Emprego: uma Análise dos Egressos do Curso Técnico em Petroquímica do Instituto Federal do Ceará – Campus Caucaia*, no Curso de Mestrado Profissional em Políticas Públicas da UECE, realizada em 26/04/2016.

5.3) MAGAHÃES JÚNIOR, Antônio Germano (orientador), ARAÚJO, Helena de Lima Marinho Rodrigues & FROTA, Francisco Horácio da Silva. Aluna - Laura Dolores Gondim Carneiro, *Análise do Programa de Fluoretação da Água de Abastecimento Público no Estado do Ceará sob o Princípio da Universalidade* no Curso de Mestrado Profissional em Políticas Públicas da UECE, realizada em 17/08/2016.

APÊNDICE A – Roteiro de Entrevista Coletiva da Equipe Técnica (Assistente Social, Pedagoga e Psicóloga)

Dimensão Institucional

A Assistência Estudantil (AE) possui coordenação específica? Se sim, como funciona essa coordenação e quais atividades são desenvolvidas? Quais os profissionais envolvidos, suas atribuições e competências no planejamento, execução e avaliação das ações?

Qual a sua avaliação sobre a estrutura física do *campus* e sua contribuição ou não para a permanência dos alunos no curso? Que documentos e referenciais embasam a sua atuação profissional na Assistência Estudantil?

Como é definido o orçamento para a AE no *campus*? Há participação dos profissionais da AE, técnicos administrativos, docentes e estudantes na elaboração do orçamento para a AE? Se sim, como ocorre?

Como se estrutura o trabalho interdisciplinar na AE no *campus*? Como se dá a relação entre a equipe de AE e a Gestão Superior do *Campus*?

Existe autonomia da equipe da AE no desenvolvimento das ações? Ocorrem discussões sobre assistência estudantil no *campus* envolvendo técnicos, gestores, professores, alunos? Se sim, como e qual a participação da gestão, dos professores e dos estudantes nessas discussões? Há comissões deliberativas?

Estrutura física para a Equipe Técnica de Assistência Estudantil

Qual o espaço destinado para os profissionais da equipe? Como eles estão organizados nesse espaço? Comente sobre essa estrutura física.

Você(s) considera(m) que esse espaço é adequado para o desenvolvimento de suas atividades?

APÊNDICE B – Roteiro de Entrevista Individual da Equipe Técnica (Assistente Social, Pedagoga e Psicóloga)

Como você avalia a Política de Assistência Estudantil (AE)?

Qual o seu entendimento sobre o que é Assistência Estudantil?

Como você percebe a sua atuação dentro da Assistência Estudantil?

Quais os principais desafios enfrentados na sua atuação dentro da Assistência estudantil?

Você considera que a AE tem contribuído para a redução dos índices de retenção e evasão escolar? Se sim, como? Se não, por quê?

Quais ações podem ser desenvolvidas no intuito de propiciar a permanência dos estudantes até a conclusão do curso?

Como você percebe que a Assistência Estudantil é compreendida pelos servidores (técnicos administrativos e docentes) que trabalham diretamente com as ações?

Os auxílios estudantis atuam além da permanência universitária? Se sim, como?

Como a equipe trabalha para que haja uma compreensão reflexiva dos benefícios para todos os estudantes?

APÊNDICE C – Roteiro de Entrevista dos Docentes

Informações Pessoais

Curso? Quantos anos tem de experiência no IFCE/Fortaleza?

Formação/Graduação (ano de conclusão e instituição)?

Formação de maior grau?

Atuação Docente/ Assistência Estudantil

O que sabe sobre as bolsas de auxílio do Programa de Assistência Estudantil?

Já conversou com alguns discentes que recebem auxílio? Quais os que foram mencionados e sobre o que falou desses auxílios?

Você considera, no geral, que o discente tem um melhor aproveitamento na sua aprendizagem quando recebe auxílio? Justifique sua resposta.

Qual ou quais as dificuldades que o discente que recebe auxílio tem no acompanhamento os conteúdos trabalhados em sala de aula?

No tocante à motivação, considera que existe alguma diferença entre o discente que recebe auxílio e o que não recebe?

O discente que recebe auxílio tem menores chances de evasão? Em âmbito geral como é a frequência do aluno que recebe auxílio? E como é o processo avaliativo desse discente nas atividades, provas realizadas no decorrer do semestre?

APÊNDICE D – Material da Pesquisa de Levantamento sobre Educação Superior e Assistência Estudantil usado para estudo no GEPPES em 2016

Material	Autor(a)
<i>Texto 1</i> – Marcos Legais e a Educação Superior no Século XXI	Chaiane de Medeiros Rosa
<i>Texto 2</i> – Política de Expansão da Educação Superior no Brasil 1995-2010	Deise Mancebo (<i>et al</i>)
<i>Texto 3</i> – Equidade e Igualdade na Reconfiguração da Educação Superior Brasileira – Governos FHC e Lula	Eduardo Santos e Maurício Pedro da Silva
<i>Texto 4</i> – Reformas na Educação Superior: de FHC a Dilma Rousseff (1995-2011)	Suely Ferreira
<i>Texto 5</i> – Ensino Superior Público Brasileiro: Acesso e Permanência no Contexto de Expansão	Gabrielle dos Santos e Leana Oliveira Freitas
<i>Texto 6</i> – Ensino Superior, Assistência Estudantil e Mercado de Trabalho; um Estudo com Egressos da UFMG	Michely de Ilma Ferreira Vargas
<i>Texto 7</i> – As Políticas de Assistência Estudantil: Experiências Comparadas em Universidades Públicas Brasileiras	Anna Carolina Lili de Assis
<i>Dissertação de Mestrado 1</i> – Assistência Estudantil na Educação Superior Pública: o Programa de Bolsas Implementado pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (Mestrado em Serviço Social/Rio de Janeiro/2012)	Simone Cazarin de Menezes
<i>Dissertação de Mestrado 2</i> – A Política de Assistência Estudantil na Universidade Federal; da Escola Pública para o Ensino Superior (Mestrado em Serviço Social/Porto Alegre/RS/2014)	Betina Alves Graeff
<i>Dissertação de Mestrado 3</i> – Assistência Estudantil na Universidade Estadual de Londrina (Mestrado em Serviço Social/Londrina/2007)	Betty Elmer Finatti
<i>Tese de Doutorado 1</i> – Os (Des)caminhos da Política de Assistência Estudantil e o Desafio na Garantia dos Direitos (Doutorado em Serviço Social/Porto Alegre/RS/2012)	Aline Viero Kowlski

APÊNDICE E – Fotos do *Campus IFCE*

Foto 6 – Parte da Frente do *Campus*



Fonte - Arquivo Pessoal da Pesquisadora – setembro de 2016.

Foto 7 – Painel Cultural – Bloco Central



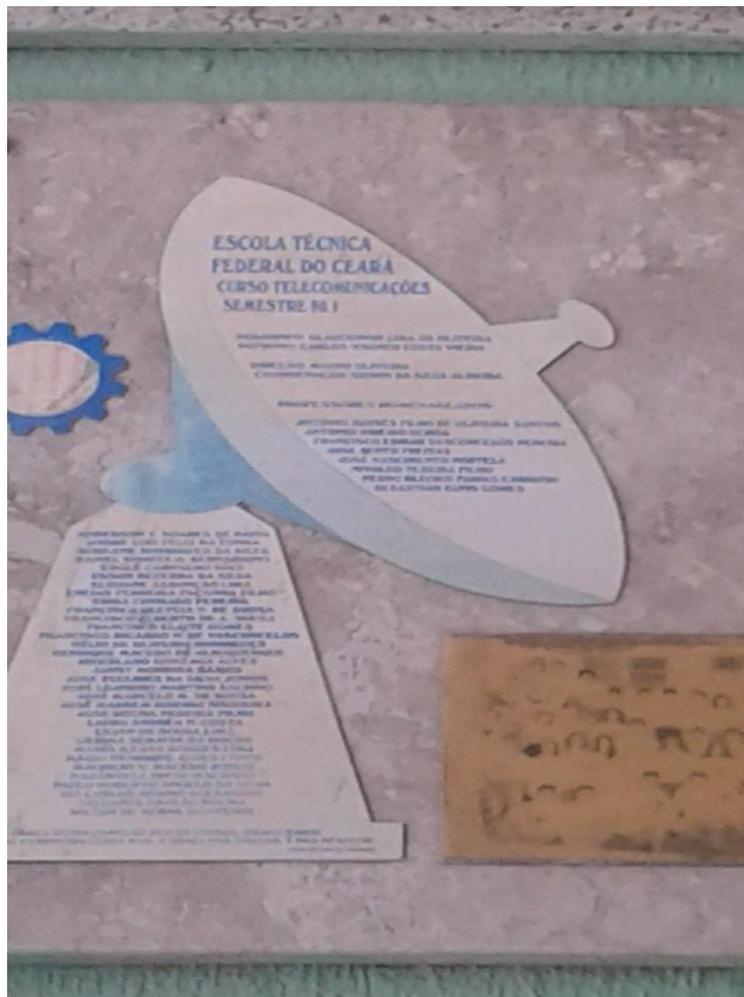
Fonte - Arquivo Pessoal da Pesquisadora – setembro de 2016.

Foto 8 – Placa de Formatura – Turma de 94.2



Fonte - Arquivo Pessoal da Pesquisadora – setembro de 2016.

Foto 9 – Placa de Formatura – Turma de 98.1



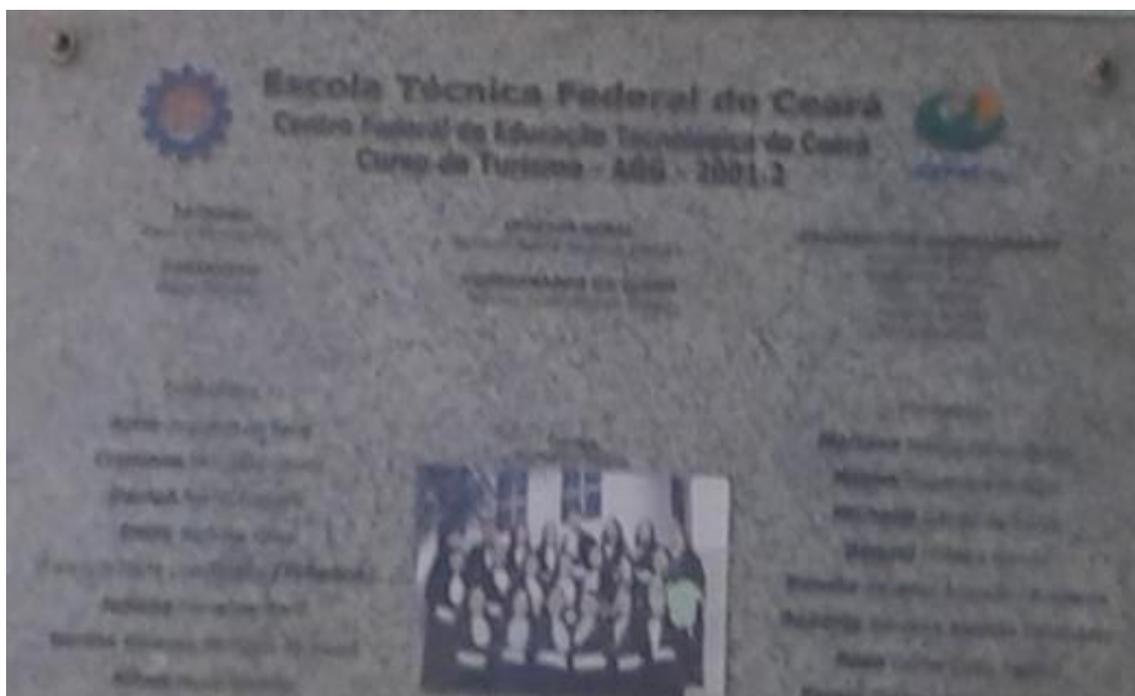
Fonte - Arquivo Pessoal da Pesquisadora – setembro de 2016.

Foto 10 – Placa de Formatura – Turma de 99.2



Fonte - Arquivo Pessoal da Pesquisadora – setembro de 2016.

Foto 11 – Placa de Formatura – Turma de 2001.2



Fonte - Arquivo Pessoal da Pesquisadora – setembro de 2016.

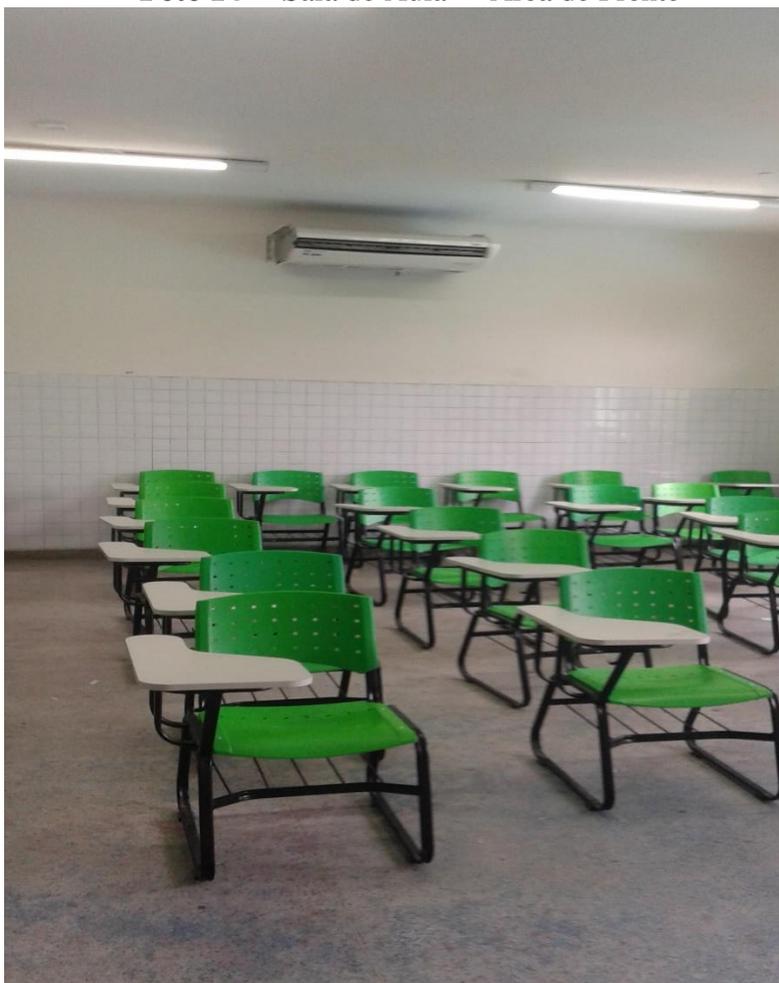
Foto 12 – Placa de Formatura – Turma de 2006.2

Fonte - Arquivo Pessoal da Pesquisadora – setembro de 2016.

Foto 13 – Sala de Aula - Entrada

Fonte - Arquivo Pessoal da Pesquisadora – setembro de 2016.

Foto 14 – Sala de Aula - Área de Frente



Fonte - Arquivo Pessoal da Pesquisadora – setembro de 2016.

Foto 15 – Sala de Aula - Área Superior



Fonte - Arquivo Pessoal da Pesquisadora – setembro de 201

Foto 16 – Sala de Aula - Área Lateral



Fonte - Arquivo Pessoal da Pesquisadora – setembro de 2016.

Foto 17 – Laboratório da Inovação Tecnológica



Fonte - Arquivo Pessoal da Pesquisadora – setembro de 2016.

Foto 18 – Laboratório de Engenharia Civil



Fonte - Arquivo Pessoal da Pesquisadora – setembro de 2016.

Foto 18.1 – Laboratório de Engenharia Civil



Fonte - Arquivo Pessoal da Pesquisadora – setembro de 2016.

Foto 19 – Bloco de Engenharia Civil



Fonte - Arquivo Pessoal da Pesquisadora – setembro de 2016.

Foto 20 – Novo Bloco em Reforma

=



Fonte - Arquivo Pessoal da Pesquisadora – setembro de 2016

Foto 21 – Biblioteca Eng^o Waldir Diogo de Siqueira



Fonte - Arquivo Pessoal da Pesquisadora – setembro de 2016.

Foto 22 – Entrada da Biblioteca Eng^o Waldir Diogo de Siqueira



Fonte - Arquivo Pessoal da Pesquisadora – setembro de 2016.

Foto 23 – Pátio do Bloco Central – Acesso (Elevador e Escada)



Fonte - Arquivo Pessoal da Pesquisadora – setembro de 2016.

Foto 24 – Pátio do Bloco Central



Fonte - Arquivo Pessoal da Pesquisadora – setembro de 2016.

Foto 25 – Área de Lanches



Fonte - Arquivo Pessoal da Pesquisadora – setembro de 2016.

Foto 26 – Entrada da Controladoria de Serviço Social



Fonte - Arquivo Pessoal da Pesquisadora – setembro de 2016

Foto 27 – Indicação do Parque Aquático



Fonte - Arquivo Pessoal da Pesquisadora – setembro de 2016.

Foto 28 – Parque Aquático



Fonte - Arquivo Pessoal da Pesquisadora – setembro de 2016.

Foto 29 – Parque Aquático – Área Lateral

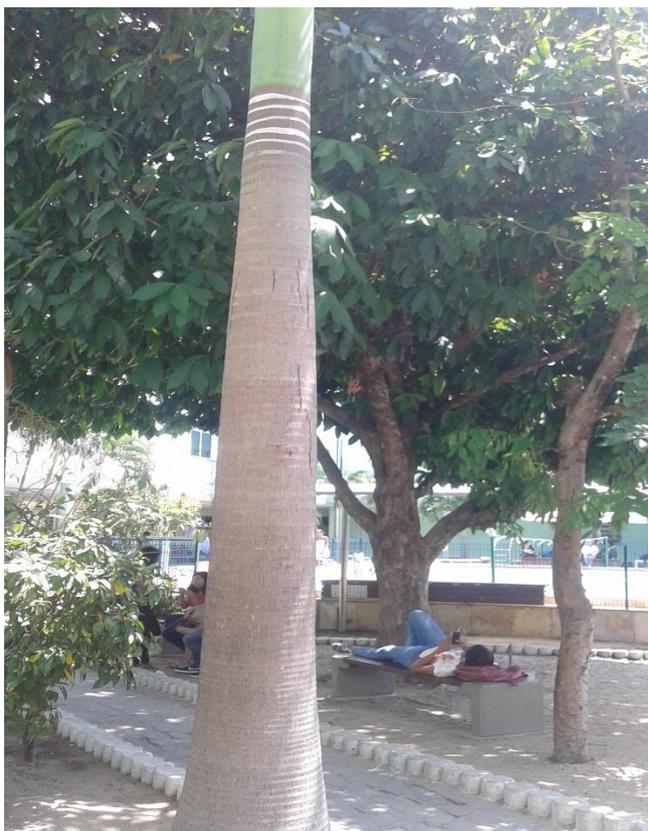


Fonte - Arquivo Pessoal da Pesquisadora – setembro de 2016.

Foto 30 – Depósito para Material usado nas Atividades na Piscina



Fonte - Arquivo Pessoal da Pesquisadora – setembro de 2016.

Foto 31 – Pátio

Fonte - Arquivo Pessoal da Pesquisadora – setembro de 2016.

Foto 31.1 – Pátio

Fonte - Arquivo Pessoal da Pesquisadora – setembro de 2016.

ANEXO A – Edital nº 02/2016

PODER EXECUTIVO
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ - *CAMPUS DE FORTALEZA*
DIRETORIA DE EXTENSÃO
COORDENADORIA DE SERVIÇO SOCIAL

PROGRAMA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL**EDITAL Nº02/2016**

O diretor geral do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará - *campus* de Fortaleza, no uso de suas atribuições estatutárias e regimentais, torna público que estarão abertas, de acordo com o que estabelece o presente Edital, as inscrições para a renovação dos auxílios (transporte, alimentação, moradia, discentes mães e pais) do Programa de Assistência Estudantil do IFCE - *campus* de Fortaleza, referente ao semestre letivo 2015.2.

1. DO OBJETIVO

Ampliar as condições de permanência do aluno na instituição, apoiar a formação acadêmica dos discentes regularmente matriculados no IFCE- *campus* de Fortaleza, através de auxílios pecuniários, na perspectiva de viabilizar a igualdade de oportunidades, de contribuir para a melhoria do desempenho acadêmico e de agir preventivamente nas situações de retenção e evasão decorrentes da insuficiência de condições financeiras.

2. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

O presente edital está fundamentado no Regulamento de Assistência Estudantil do IFCE, aprovado pelo Conselho Superior (CONSUP), por meio da Resolução nº 008, de 10 de março de 2014.

A realização do processo de renovação de auxílios é uma atribuição da Coordenadoria de Serviço Social do IFCE- *campus* de Fortaleza. Ao setor, cabem as tarefas de planejar, coordenar, executar e divulgar o resultado do processo de renovação, bem como de prestar todas as informações a ele pertinentes.

A Coordenadoria de Serviço Social do IFCE - *campus* de Fortaleza se reserva o direito de analisar as informações e a documentação apresentada e de proceder às ações complementares, tais como entrevistas e visitas domiciliares, sendo-lhe facultada a revisão do auxílio, em qualquer época.

3. DO PÚBLICO-ALVO

Alunos do IFCE - *campus* de Fortaleza, com matrícula e frequência regulares e que se encontram em comprovada situação de vulnerabilidade social.



PODER EXECUTIVO
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ - *CAMPUS DE FORTALEZA*
DIRETORIA DE EXTENSÃO
COORDENADORIA DE SERVIÇO SOCIAL

4. DOS REQUISITOS

- a) O discente deverá ter matrícula e frequência regulares;
- b) Os discentes deverão encaminhar requerimento de renovação à Coordenadoria de Serviço Social, acompanhado da documentação exigida no edital.

5. DOS REQUISITOS ESPECÍFICOS

5.1. AUXÍLIO -TRANSPORTE

Para fazer jus ao benefício, o estudante deverá declarar a necessidade de utilizar transporte coletivo ou similar no seu deslocamento até o campus.

5.2. AUXÍLIO -MORADIA

O discente deverá comprovar ser domiciliado em estado, município ou distrito diferente da sede do *campus* no qual se encontra matriculado. A concessão do benefício pressupõe também a não existência de residência estudantil no *campus*.

Além da comprovação do endereço de origem, o pretense beneficiário deverá comprovar as despesas com locação de imóvel (contrato de locação ou declaração do locador)(ANEXO 1).

5.3. AUXÍLIO- DISCENTES MÃES/PAIS

O pretense beneficiário deverá:

- a) ter filho (s) sob sua guarda;
- b) apresentar certidão de nascimento do (s) filho (s) com até 06 (seis) anos;
- c) apresentar laudo médico, no caso de ter filho (a)s com deficiência.

5.4. AUXÍLIO - ALIMENTAÇÃO

Os discentes poderão solicitar o referido auxílio desde que o *campus* não possua restaurante estudantil.

6. DA INSCRIÇÃO

A inscrição do candidato implicará o conhecimento das condições impostas para a concessão do benefício e a tácita aceitação das exigências estabelecidas pela Coordenadoria de Serviço Social, bem como o acatamento das normas contidas neste edital.



PODER EXECUTIVO
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ - CAMPUS DE FORTALEZA
DIRETORIA DE EXTENSÃO
COORDENADORIA DE SERVIÇO SOCIAL

A inscrição deverá ser realizada por meio de preenchimento do formulário socioeconômico (ANEXO 2), disponível no endereço eletrônico www.ifce.edu.br/fortaleza, conforme cronograma - item 12.

O preenchimento do formulário socioeconômico é de inteira responsabilidade do candidato.

O estudante deverá entregar na recepção central do *campus* de Fortaleza, das 8h às 19h, o requerimento com a documentação anexa.

7. DA DOCUMENTAÇÃO

7.1. DA DOCUMENTAÇÃO PARA RENOVAÇÃO DOS AUXÍLIOS (TRANSPORTE, MORADIA, DISCENTES MÃES/PAIS E ALIMENTAÇÃO):

- a) formulário socioeconômico (disponível em www.ifce.edu.br/fortaleza), devidamente preenchido e assinado;
- b) cópia legível do cartão de conta bancária ATIVA em nome do aluno;
- c) histórico escolar com autenticação eletrônica ou visto do servidor responsável pela Coordenadoria de Controle Acadêmico – CCA;
- d) contrato de locação ou declaração do locador (somente para renovação de Auxílio- Moradia).

8. DO PROCESSO DE RENOVAÇÃO

A renovação dos auxílios será realizada por meio de análise documental.

9. DA MANUTENÇÃO DOS AUXÍLIOS

9.1 Para fazer jus à manutenção dos auxílios, o discente deverá:

- a) encaminhar, semestralmente, novo requerimento, no prazo estipulado em edital elaborado pela Coordenadoria de Serviço Social, com a devida documentação em anexo;
- b) comprovar não ter mais de duas reprovações no semestre que impliquem sua retenção, no caso dos cursos semestrais; em se tratando dos cursos anuais, o aluno não poderá ter uma reprovação que implique em retenção. Casos especiais serão estudados pela equipe multiprofissional da assistência estudantil;



PODER EXECUTIVO
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
 INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ - *CAMPUS DE FORTALEZA*
 DIRETORIA DE EXTENSÃO
 COORDENADORIA DE SERVIÇO SOCIAL

10. DA DIVULGAÇÃO DOS RESULTADOS

O resultado será divulgado no site do *campus de Fortaleza*, de acordo com o que consta do cronograma (item 12 deste edital).

Cabe ao candidato acompanhar os resultados do processo, bem como tomar as providências necessárias para a formalização de sua participação no Programa de Assistência Estudantil do IFCE- *campus de Fortaleza*;

Em nenhuma hipótese, será prestada informação sobre o resultado por telefone.

11. DOS RECURSOS

Será aberto período para recurso do resultado preliminar nas datas que constam do cronograma (item 12 deste edital).

Para solicitar revisão de parecer, o aluno deverá apresentar formulário de recurso preenchido e assinado (ANEXO3), contendo exposição de motivos a serem avaliados.

Não serão recebidos recursos fora do prazo estipulado neste edital.

12. DO CRONOGRAMA

ATIVIDADE	PERÍODO	LOCAL
Divulgação do edital de renovação	A partir de 25/01/2016	Site do IFCE/ <i>Campus de Fortaleza</i>
Inscrições	01 a 19/02/2016	Recepção Central IFCE/ <i>Campus de Fortaleza</i>
Análise dos pedidos	02/02 a 09/03/2016	Coordenadoria de Serviço Social
Divulgação da lista dos discentes com documentação pendente dos auxílios (moradia, discente mães e pais)	24/02/2016	Site do IFCE - <i>campus de Fortaleza</i>
Entrega da documentação pendente dos auxílios (moradia, discente mães e pais)	25 e 26/02/2016	Recepção Central IFCE/ <i>Campus de Fortaleza</i>



PODER EXECUTIVO
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
 INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ - *CAMPUS DE FORTALEZA*
 DIRETORIA DE EXTENSÃO
 COORDENADORIA DE SERVIÇO SOCIAL

Resultado Preliminar renovação dos auxílios (moradia, discente mães e pais)	01/03/2016	Site do IFCE - <i>campus</i> de Fortaleza
Recurso ao resultado preliminar da renovação dos auxílios (moradia e discente mães e pais)	02 e 03/03/2016	Recepção Central IFCE/ <i>campus</i> de Fortaleza
Resultado final renovação dos auxílios (moradia e discente mães e pais)	04/03/2016	Site do IFCE - <i>campus</i> de Fortaleza
Divulgação da lista dos discentes com documentação pendente dos auxílios (transporte e alimentação)	14/03/2016	Site do IFCE - <i>campus</i> de Fortaleza
Entrega da documentação pendente dos auxílios (transporte e alimentação)	15 e 16/03/2016	Recepção Central IFCE/ <i>campus</i> de Fortaleza
Divulgação do resultado preliminar dos auxílios (transporte e alimentação)	18/03/2016	Site do IFCE - <i>campus</i> de Fortaleza
Recurso ao resultado preliminar dos auxílios (transporte e alimentação)	21 e 22/03/2016	Recepção Central IFCE/ <i>campus</i> de Fortaleza
Resultado final dos auxílios (transporte e alimentação)	23/03/2016	Site do IFCE - <i>campus</i> de Fortaleza

13. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

a) O pagamento do auxílio poderá ser cancelado a qualquer momento, caso seja comprovada a omissão ou a apresentação de informações falsas que possam ter beneficiado o discente no momento da seleção.

b) O auxílio será pago por meio de transferência eletrônica em conta bancária em nome do estudante, não sendo permitido o crédito em conta conjunta ou de terceiros.

c) Mesmo depois de divulgado o resultado da seleção, a Coordenadoria de Serviço Social do IFCE - *campus* Fortaleza, a seu critério e mediante estudo social, poderá contemplar os discentes, a qualquer tempo, com os auxílios devidos, em virtude da realidade do estudante e de acordo com a disponibilidade orçamentária do *campus*.



PODER EXECUTIVO
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ - *CAMPUS DE FORTALEZA*
DIRETORIA DE EXTENSÃO
COORDENADORIA DE SERVIÇO SOCIAL

d) A qualquer tempo, por motivo de interesse público, este edital poderá ser revogado ou anulado, no todo ou em parte, sem que isso implique direito à indenização de qualquer natureza.

e) O candidato terá a garantia de sigilo das informações fornecidas.

f) Os casos omissos serão resolvidos pela Coordenadoria de Serviço Social do IFCE *campus* Fortaleza, em consenso com a Diretoria de Extensão e Relações Empresariais.

Fortaleza, 21 de janeiro de 2016.

Ana Maria Nóbrega Cavalcanti
Coordenadora de Serviço Social
Campus de Fortaleza

Luzia Soares da Silva
Diretora de Extensão - Campus de Fortaleza
Em exercício

Antonio Moisés Filho de Oliveira Mota
Diretor Geral - *Campus* de Fortaleza



PODER EXECUTIVO
 MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
 INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ - CAMPUS DEFORTALEZA
 DIRETORIA DE EXTENSÃO
 COORDENADORIA DE SERVIÇO SOCIAL

ANEXO 1
DECLARAÇÃO PARA ASSINATURA DE LOCADOR DE IMÓVEL

(Declaração para quem mora em casa alugada e não tem contrato de locação)
DECLARAÇÃO PARA ASSINATURA DE LOCADOR DE IMÓVEL

Eu _____, portador (a) do CPF nº _____ e RG nº _____, residente na rua _____ nº _____ bairro _____ na cidade de _____, estado de _____, declaro que alugo minha residência, localizada na rua _____ nº _____ bairro _____, na cidade de _____, estado de _____, no valor de R\$ _____.

Afirmo ainda que o aluno(a) _____,

CPF _____, Estudante do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará - *Campus* _____, está na condição de meu inquilino, pagando pelo aluguel o valor de R\$ _____ (_____) período de ____/____/____ a ____/____/____.

Assumo total responsabilidade pelas informações citadas acima.

 (Local e data)

 Assinatura do Locador(a)



PODER EXECUTIVO
 MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
 INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ - CAMPUS DE FORTALEZA
 DIRETORIA DE EXTENSÃO
 COORDENADORIA DE SERVIÇO SOCIAL

ANEXO 2
FORMULÁRIO SOCIOECONÔMICO

MARQUE O AUXÍLIO DO SEU INTERESSE:

Transporte () Renovação Moradia () - Renovação Alimentação ()
 Renovação Discente Mães e Pais () - Renovação

A renovação se aplica para os alunos contemplados com o referido auxílio no semestre passado.

1. JUSTIFICATIVA DO INTERESSE PELO AUXÍLIO:

2. DADOS PESSOAIS:

Nome: _____ E.Civil: _____
 Matrícula: _____ CPF: _____ RG: _____
 Curso: _____ Semestre: _____ Turno: _____
 Idade: _____ Telefone(s): _____ / _____
 Celular: _____ / _____
 E-mail: _____
 End: _____ Compl. _____
 Bairro: _____ Cidade: _____ UF: _____
 Ponto de Referência: _____

3. SITUAÇÃO EDUCACIONAL:

Nível Fundamental:

() Todo em escola particular () Todo em escola pública
 () Maior parte em escola particular () Maior parte em escola pública
 Escola onde concluiu: _____

Nível Médio:

() Todo em escola particular () Todo em escola pública
 () Maior parte em escola particular () Maior parte em escola pública
 Escola onde concluiu: _____

Informações Adicionais:

Já recebeu algum benefício do IFCE? () Sim () Não

Quando? () Semestre passado () Faz dois semestres ou mais _____



PODER EXECUTIVO
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
 INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ - CAMPUS DE FORTALEZA
 DIRETORIA DE EXTENSÃO
 COORDENADORIA DE SERVIÇO SOCIAL

4. DADOS BANCÁRIOS:

Banco: _____ Agência: _____ Operação _____ Nº da conta bancária: _____

5. COMPOSIÇÃO FAMILIAR E SOCIOECONÔMICA:

Casa: Própria () Cedida ()

Alugada () Valor R\$ _____ Financiada () Valor R\$ _____

Outros: _____ Quantos cômodos possui () _____

Possui energia elétrica () Média de gasto mensal _____

Possui bolsa família ou outro benefício social () Não () Sim Valor: _____

Procedência:

Capital () Interior do Estado () _____

Outro Estado () _____ Outro País () _____

Possui _____ filhos? _____ Quantidade _____ de filhos: _____

Todos residem com você? _____ Em caso negativo, com quem mora(m)? _____

Quantidade de pessoas que vivem da renda familiar (inclusive você): _____

Informe os dados das pessoas que residem com você:

Nome	Parentesco	Idade	Atividade	Situação*	Renda

Legendas:

*ECA: Empregado Carteira Assinada / SP: Servidor Público / TS: Trabalho sem vínculo empregatício (estágio, bolsa, avulso, autônomo, cooperado) / NT: Nunca trabalhou /

D: Desempregado (pessoas que já trabalharam antes, mas estão sem emprego) / AE: Apenas estuda / AP: Aposentado ou pensionista. / NA (crianças fora da idade escolar)

A família possui outra fonte de renda:

Não ()

Sim () Valor

R\$ _____ Especifique: _____

Renda *per capita*: _____



PODER EXECUTIVO
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
 INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ - CAMPUS DE FORTALEZA
 DIRETORIA DE EXTENSÃO
 COORDENADORIA DE SERVIÇO SOCIAL

Quais dos bens abaixo a sua família possui? (considerar apenas os integrantes da unidade domiciliar)

Automóvel () _____ Ano _____ Marca _____

Moto () _____ Ano _____ Marca _____

Televisão () Geladeira () Máquina de lavar () Computador () Internet ()

TV a cabo ()

INFORMAÇÕES ADICIONAIS:

Alguém na família apresenta problema de saúde?

Não () Sim () Quem? _____

Faz uso de medicamentos contínuos? () Não () Sim

Valor mensal gasto com medicamentos: R\$ _____

Você é portador de alguma deficiência?

Não ()

Sim () Qual? Visual () Física () Auditiva () Mental ()

Outra () Qual? _____

Fortaleza, _____ de _____ de _____

 ASSINATURA DO CANDIDATO OU DO RESPONSÁVEL (EM CASO DE O DISCENTE FOR MENOR DE 18 ANOS)

PARA USO DA COORDENADORIA DE SERVIÇO SOCIAL

1. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES:

2. PARECER DO SERVIÇO SOCIAL:



PODER EXECUTIVO
 MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
 INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ - CAMPUS DE FORTALEZA
 DIRETORIA DE EXTENSÃO
 COORDENADORIA DE SERVIÇO SOCIAL

ANEXO 3

FORMULÁRIO PARA INTERPOSIÇÃO DE RECURSO RELATIVO AO RESULTADO DA SOLICITAÇÃO DE AUXÍLIOS – REGULAMENTO DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL DO IFCE

Instruções:

1. Preencher **TODOS** os campos deste formulário, inclusive local/data e assinatura.
2. Utilizar **LETRA DE FORMA**, caso o preenchimento seja à mão.
3. Colocar o formulário preenchido dentro de um envelope e lacrar.

Escrever do lado de fora do envelope: **INTERPOSIÇÃO DE RECURSO RELATIVO AO RESULTADO DA SOLICITAÇÃO DE AUXÍLIOS – REGULAMENTO DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL DO IFCE**

4. Entregar o **ENVELOPE LACRADO** no *campus* em que estuda.

RECURSO REFERENTE AO EDITAL Nº. ____, DE ____ DE
 _____ DE _____

NOME COMPLETO DO REQUERENTE: _____

CAMPUS EM QUE ESTUDA: _____

MATRÍCULA: _____

DOS FATOS (Exponha os motivos que o levaram a discordar do resultado, anexando documentos complementares caso considere necessário):

_____, ____/____/____.

Local e data

Assinatura

RESERVADO AO PARECER DO SERVIÇO SOCIAL

_____, ____/____/____.

Local e data

Assinatura